



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

Marcos Tadeu da Costa Junior

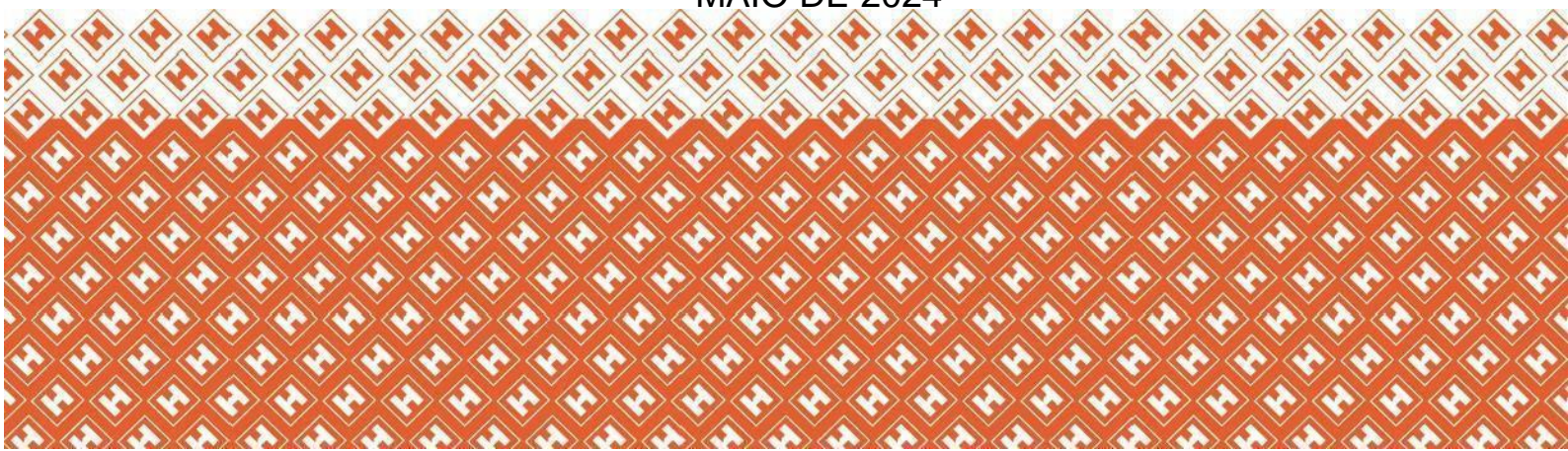
**PODCAST E ENSINO DE HISTÓRIA: DIREITOS E  
MANIFESTAÇÕES TRABALHISTAS NO ESTADO  
NOVO E NO GOVERNO TEMER.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB**

JOÃO PESSOA – PB

MAIO DE 2024



MARCOS TADEU DA COSTA JUNIOR

***PODCAST E ENSINO DE HISTÓRIA: DIREITOS E  
MANIFESTAÇÕES TRABALHISTAS NO ESTADO NOVO E NO  
GOVERNO TEMER***

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ariane Norma de Menezes Sá. Linha de Pesquisa: Saberes e práticas no espaço escolar.

JOÃO PESSOA- PB

MAIO DE 2024

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C838p Costa Junior, Marcos Tadeu da.

Podcast e Ensino de História : direitos e manifestações trabalhistas no Estado Novo e no governo Temer / Marcos Tadeu da Costa Junior. - João Pessoa, 2024.

142 f. : il.

Orientação: Ariane Norma de Menezes Sá.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Ensino de História. 2. Ensino de História - Recursos didáticos - Podcast. 3. Ensino - Recursos didáticos - Tecnologias. 4. Podcast - Direitos trabalhistas. 5. Espaço escolar - Saberes e práticas.  
I. Sá, Ariane Norma de Menezes. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37.015:94(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

ATA Nº 17

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta minutos, através da Plataforma Google Meet (meet.google.com/fcv-nryc-ryy), instalou-se a banca examinadora de dissertação de Mestrado do(a) aluno(a) MARCOS TADEU DA COSTA JUNIOR. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. RENAN MARQUES BIRRO, examinador externo à instituição, Dra. PRISCILLA GONTIJO LEITE, UFPB, examinadora interna, Dra. ARIANE NORMA DE MENEZES SÁ, UFPB, presidenta. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do professor Dr. MARTINHO GUEDES DOS SANTOS NETO, coordenador do Programa, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou a presidência dos trabalhos à professora Dra. ARIANE NORMA DE MENEZES SÁ, que de imediato solicitou ao candidato que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada "PODCAST E ENSINO DE HISTÓRIA: DIREITOS E MANIFESTAÇÕES TRABALHISTAS NO ESTADO NOVO E NO GOVERNO TEMER", marcando um tempo de vinte minutos para a apresentação. Concluída a exposição, a professora Dra. ARIANE NORMA DE MENEZES SÁ, presidenta, passou a palavra ao professor Dr. RENAN MARQUES BIRRO, para arguir o candidato, e, em seguida, à professora Dra. PRISCILLA GONTIJO LEITE para que fizesse o mesmo; após o que fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento; tendo sido **APROVADO** o candidato, conforme as normas vigentes na Universidade Federal da Paraíba. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao Programa, no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. O candidato não terá o título se não cumprir as exigências da banca.

Documento assinado digitalmente

gov.br

ARIANE NORMA DE MENEZES SA

Data: 22/05/2024 11:35:50-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. ARIANE NORMA DE MENEZES SÁ, UFPB, Presidenta

Documento assinado digitalmente

gov.br

RENAN MARQUES BIRRO

Data: 24/05/2024 12:11:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. RENAN MARQUES BIRRO, UPE, Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente

gov.br

PRISCILLA GONTIJO LEITE

Data: 22/05/2024 12:01:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. PRISCILLA GONTIJO LEITE, UFPB, Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente

gov.br

MARCOS TADEU DA COSTA JUNIOR

Data: 24/05/2024 15:37:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCOS TADEU DA COSTA JUNIOR, Mestrando



## Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu pai (In memoriam), Marcos Tadeu da Costa.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe.

Aos meus filhos, Lucas e Isabela, que são a motivação da minha vida.

A professora Dra. Ariane Norma de Menezes Sá, pela paciência, pelos conselhos, pela orientação, pela prontidão em auxiliar no recurso do concurso que passei durante o mestrado. Gratidão, por tudo!

Agradeço a todos os professores do ProfHistória - UFPB, em especial a professora Priscilla Gontijo, a professora Cláudia Lago e ao professor Damião. A disciplina de Seminário de Pesquisa, ministrada pela professora Priscilla, foi crucial para a preparação da qualificação e sobretudo as orientações. A disciplina “Metodologia no ensino de História: o pesquisador-professor e o professor-pesquisador”, ministrada pela professora Cláudia, foi de extrema importância para a montagem do projeto de pesquisa. A disciplina “Avaliação no ensino de História: para que, o que e como avaliar?”, ministrada pelo professor Damião, causou grande impacto pelos debates e sugestões de livros e textos, o que nos fez questionar como melhorar e transformar a educação. Gratidão, professores!

A todos os colegas do ProfHistória, turma de 2022: Manuel, Rosane, Maria do Socorro, Monique, Alisson, José Thiago, Emílio, Fabrício, João Pedro e João Maria, pelos debates e aprendizagens que construímos.

Aos professores, Dra. Priscilla Gontijo e Dr. Renan Birro, da banca de qualificação, pelas críticas e sugestões.

Aos meus alunos, pelas discussões sobre a história.

A equipe gestora, aos estudantes do 3º Ano A de 2024 e alguns colegas de trabalho da Escola de Referência em Ensino Médio Benigno Pessoa de Araújo, que contribuíram de alguma forma para que essa pesquisa acontecesse.

Aos colegas da Escola Cidadã Integral Abreu e Lima, que de alguma forma contribuíram com essa pesquisa e proferiram palavras de conforto, nos períodos mais atribulados.

A Deus por todas as benções em minha vida.



## RESUMO

O progresso tecnológico no século XXI teve um impacto tão significativo na sociedade que foi necessário repensar a educação a partir de novas perspectivas, inclusive, com a inserção das chamadas novas tecnologias digitais no cotidiano escolar, o que já se tornou uma realidade. Esta pesquisa examinou a eficácia do podcast como recurso didático para o ensino de história, tendo como foco a história do trabalho no Brasil, enfatizando a relevância da luta dos trabalhadores para garantir os direitos trabalhistas, comparando a Era Vargas (1930-1945) com o governo Temer (2016-108). O trabalho tratou do podcast e sua aplicação no ensino de história, uma vez que os estudantes acessam diariamente as mídias digitais e estudam por esses meios. Dessa forma, identificamos que ensinar como filtrar esses conteúdos para a aprendizagem é importante, para que eles saibam distinguir um conteúdo fundamentado de um conteúdo repleto de inconsistências. Para tal, realizamos um diálogo com a proposta apresentada por autores como Freire (2013), Luis e Assis (2009), Bittencourt (2018), Gomes (2002), entre outros. A partir dos resultados desta pesquisa, elaborou-se uma proposta de oficina composta por cinco sessões destinadas aos estudantes do ensino médio, especialmente da 3ª Série do Ensino Médio, com o objetivo de instruir os estudantes a desenvolverem um senso crítico ao ouvir um *podcast* e extrair aprendizagens dos conteúdos, complementando-os com outras fontes de pesquisa, assim como foi produzido e elaborado um *podcast*. Ademais, o objetivo foi fornecer instruções sobre como produzir um *podcast*, incluindo o roteiro e a gravação, utilizando o aplicativo *Audiolab*. As oficinas e a produção dos *podcasts* abordaram os Direitos Trabalhistas, com ênfase no Estado Novo e na Reforma Trabalhista (Governo Temer).

**PALAVRAS-CHAVES:** Ensino de História; *Podcast*; Mundo do trabalho; Projeto de vida; Saberes e práticas no espaço escolar.

## SUMMARY

Technological progress in the 21st century has had such a significant impact on society that it was necessary to rethink education from new perspectives, including the insertion of so-called new digital technologies into everyday school life, which has already become a reality. This research examined the effectiveness of the podcast as a didactic resource for teaching history, focusing on the history of labor in Brazil, emphasizing the relevance of workers' struggle to guarantee labor rights, comparing the Vargas Era (1930-1945) with the Temer government (2016-2018). The work dealt with the podcast and its application in teaching history, since students access digital media daily and study through these means. Therefore, we identified that teaching how to filter this content for learning is important, so that they know how to distinguish well-founded content from content full of inconsistencies. To this end, we carried out a dialogue with the proposal presented by authors such as Freire (2013), Luis and Assis (2009), Bittencourt (2018), Gomes (2002), among others. Based on the results of this research, a workshop proposal was created consisting of five sessions aimed at high school students, especially those in the 3rd Year of High School, with the aim of instructing students to develop a critical sense when listening to a podcast and extract learning from the content, complementing it with other research sources, just as a podcast was produced and designed. Furthermore, the objective was to provide instructions on how to produce a podcast, including the script and recording, using the Audiolab application. The workshops and podcast production addressed Labor Rights, with an emphasis on the Estado Novo and Labor Reform (Temer Government).

**KEYWORDS:** History Teaching; Podcast; World of work; Life project; Knowledge and practices in the school space.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Livro didático “Identidade em ação, ciências humanas e sociais aplicadas”, V.6, 1ª edição, da editora moderna.	61
Figura 2- Recomendação do uso de podcast.	65
Figura 3- Livro didático “Identidade em ação, ciências humanas e sociais aplicadas”, V.2, 1ª edição, da editora moderna.	65
Figura 4 - Planejamento da oficina	76
Figura 5 - Vocês já ouviram algum podcast?	84
Figura 6 - Qual o estilo de podcast que vocês acompanham?	85
Figura 7 - Menu principal do aplicativo Audiolab.	102
Figura 8 - Seção guarnição de áudio, do aplicativo Audiolab.	102
Figura 9 - Seção "Todas as faixas", do aplicativo Audiolab.	103
Figura 10 - Seção Edição de áudios, do aplicativo Audiolab.	103
Figura 11 - Seção Mesclar áudio, do aplicativo Audiolab.	104
Figura 12 - Seleção de arquivos, do aplicativo Audiolab.	105
Figura 13 - Seção Mesclar áudio, do aplicativo Audiolab.	105
Figura 14 - Seção adição de efeitos (SFX), do aplicativo Audiolab.	106
Figura 15 - Criação de um novo arquivo com efeito, no aplicativo Audiolab.	106

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1. PODCAST: UM “NOVO” RECURSO TECNOLÓGICO E O ENSINO DE HISTÓRIA</b>	<b>17</b>
1.1 ORIGEM DO <i>PODCAST</i>	21
1.2 O QUE É UM <i>PODCAST</i> ?	25
1.3 OS TIPOS E FORMATOS DE <i>PODCAST</i>	28
1.4 <i>PODCAST</i> DE HISTÓRIA DISPONÍVEIS NA INTERNET	32
1.5 O <i>PODCAST</i> E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA	34
<b>CAPÍTULO 2 – CURRÍCULO, LIVRO DIDÁTICO E <i>PODCAST</i></b>	<b>44</b>
2.1. PROPOSTAS CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO NA PARAÍBA E EM PERNAMBUCO E O NOVO ENSINO MÉDIO.	47
2.1.1. A PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DA PARAÍBA	48
2.1.2. A PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DE PERNAMBUCO	52
2.2. DIREITOS TRABALHISTAS NA ERA VARGAS.	55
2.3. DIREITOS TRABALHISTAS NO GOVERNO TEMER.	59
2.4 LIVRO DIDÁTICO: IDENTIDADE EM AÇÃO: ÉTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	60
2.4.1 DIREITOS TRABALHISTAS NA ERA VARGAS	62
2.4.2 LIVRO DIDÁTICO IDENTIDADE EM AÇÃO, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS – TRABALHO E TECNOLOGIA	65
2.4.3 A REFORMA TRABALHISTA (2017)	66
2.5. <i>PODCASTS</i> SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO NA ERA VARGAS E A REFORMA TRABALHISTA NO GOVERNO TEMER	68
<b>CAPÍTULO 3 - UMA OFICINA DE <i>PODCAST</i> : RELATO DE EXPERIÊNCIA DIDÁTICA COM ESTUDANTES DA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO</b>	<b>71</b>
3.1 UMA OFICINA PARA O USO DO <i>PODCAST</i> EM SALA DE AULA	74
3.2 A CONSTRUÇÃO DA OFICINA.	75
3.2.1 PRIMEIRO ENCONTRO: APRESENTAÇÃO DO ASSUNTO E DOS OBJETIVOS DA OFICINA.	81
3.2.2 SEGUNDO ENCONTRO: DIREITOS TRABALHISTAS POR MEIO DO <i>PODCAST</i>	87
3.2.3 TERCEIRO ENCONTRO: ORIENTAÇÕES PARA PRODUÇÃO DO ROTEIRO.	90
3.2.3.1 PRODUÇÃO DO ROTEIRO.	92
3.2.4 QUARTO ENCONTRO: PRODUÇÃO DO <i>PODCAST</i> POR MEIO DO APLICATIVO <i>AUDIOLAB</i> .	101

3.3 VALIDAÇÃO DA METODOLOGIA: APLICAÇÃO E RESULTADO DA OFICINA	108
3.4 QUINTO ENCONTRO: APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PODCASTS	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>116</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>126</b>

## INTRODUÇÃO

Em meados do ano de 2016, o Governo Temer (2016-2018), por meio de políticas neoliberais, aprovou medidas econômicas e legislativas, acordadas com o Congresso Nacional, que influenciaram<sup>1</sup> significativamente nas relações de trabalho no Brasil. A reforma trabalhista foi um dos pontos altos dessa política. Em pouco tempo a sociedade brasileira sentiu as consequências da reforma, isto é, a fragilidade nas relações de trabalho, o enfraquecimento dos sindicatos, a vulnerabilidade dos trabalhadores, o aumento do trabalho informal, o crescimento do desemprego e diversos impactos negativos no mundo do trabalho (Krein, 2018).

O Governo que o sucedeu, o de Jair Bolsonaro, deu continuidade a este projeto político de uma forma mais profunda, pois aprovou a reforma da previdência, o que trouxe mais uma perda de direitos para a classe trabalhadora e, com a eclosão da pandemia covid-19, os trabalhadores ficaram extremamente vulneráveis<sup>2</sup>, principalmente, pela inação do governo em resolver as questões de saúde pública. Assim, é natural que os estudantes, sobretudo os que residem em áreas periféricas, tenham baixas expectativas profissionais e inquietações relacionadas ao futuro que os aguarda pelos mais diversos motivos. Desse modo, trabalhar com temática do mundo do trabalho<sup>3</sup> torna-se extremamente oportuno, porque:

---

<sup>1</sup> Carvalho (2017) reconhece que diversos aspectos da reforma foram confusos, sendo propagandísticos, mas, por trás do discurso de modernização e benefícios para o trabalhador, existe um processo que aumenta a fragilidade do trabalhador em relação ao empregador. Esposito (2018) conduziu uma pesquisa que avaliou os aspectos positivos e negativos da reforma trabalhista de 2017, concluindo que os trabalhadores serão os mais prejudicados.

<sup>2</sup> SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes et al. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. Cadernos de Saúde Pública, [S.L.], v. 36, n. 12, p. e00178320, 2020.

<sup>3</sup> Nossa concepção sobre o mundo do trabalho está ancorada em Ianni (1994), que acredita que o mundo do trabalho e o movimento operário são distintos globalmente e podem gerar discrepâncias em diversas áreas, como economia, política, cultura, religião, línguas e raças. Inclusive apresentam as peculiaridades de cada lugar, país ou região, por suas características históricas, geográficas e outras. Entretanto, há relações, processos e estruturas de alcance global que constituem o mundo do trabalho e estabelecem as condições do movimento operário. Dessa forma, o mundo do trabalho é dinâmico e mobiliza diversos setores da sociedade.

De acordo com Figaro (2008), ao nos referirmos ao mundo do trabalho, estamos discorrendo a um tema bastante amplo, que envolve diversos setores da sociedade e tem uma influência significativa. Ocupa uma área privilegiada da sociedade, que abriga grande parte do tempo humano. Ao mencionar sua abrangência, estamos apontando a uma categoria que engloba diversos conceitos, como sociabilidades, normas trabalhistas, lucros, tecnologia e outros. Além disso, é um lugar onde existem instituições que regulamentam as normas sociais, tais como: justiça do trabalho, tribunais, carteira de trabalho e outras questões.

“Na abordagem temática, valoriza-se a multiplicidade do objeto histórico através do estudo da política, da sociedade, da cultura, da arte, da mentalidade e da economia, a partir da escolha de um tema (como, por exemplo, terra, trabalho, cultura etc.). O estudo desse tema se faz em uma pesquisa que busca retomar seus significados e suas manifestações em diferentes realidades históricas, comparando-as em suas especificidades e semelhanças. Com esse estudo analógico, cria-se a possibilidade de compreender o tema estudado dentro da realidade atual e, com isso, de compreender a própria especificidade histórica dessa realidade.” (Pereira, N; Graebin, C. 2010, p.176-177.)

Desta forma, a exploração da temática possibilita ao estudante um melhor entendimento da sua realidade social, levando-o a identificar as rupturas, permanências e os reflexos que o passado gerou na atualidade.

Durante a Primeira República, a população brasileira era quase completamente excluída do exercício da cidadania. Quando falamos de direitos trabalhistas, é importante deixar claro que estes não tiveram presença na primeira constituição brasileira, evidenciando uma herança escravocrata na forma de tratar o trabalhador. Conforme Bastella (2015), no início da república não havia legislação trabalhista que regulamentasse as relações entre trabalhador e empregador, cabendo ao estado o papel de repressão ao movimento operário.

Os anos da Primeira República foram importantes para a construção de uma identidade do trabalhador e de lutas por direitos trabalhistas (Gomes, 2002). Diante desses avanços, ainda que fragmentados, percebemos algumas conquistas que originaram ganhos trabalhistas, como a lei de acidente do trabalho (1919), e a lei das férias (1925), entre outras.

Segundo Botini (2023), no período do Governo Provisório (1930 –1934) , a legislação trabalhista, previdenciária e sindicalista ganhou corpo no Brasil. É importante destacar que essas conquistas foram resultados de uma luta intensa dos trabalhadores e que essas legislações eram voltadas para o trabalhador urbano.

O resultado dessas conquistas foi que os representantes dos sindicatos tiveram representação no Congresso Nacional, que aprovou, posteriormente, a criação da justiça do trabalho, órgão extremamente relevante, onde os trabalhadores e empregadores passaram a resolver seus conflitos ou a fazer acordos.

No Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas criou mecanismos que possibilitou o avanço dos direitos trabalhistas, ainda que num governo repressor

e fechado, caracterizado por exercerem forte controle do aparato sindical, pois como afirma Gomes (2002), algumas das mais importantes iniciativas no campo dos direitos do trabalho, até hoje, para o bem e para o mal, foram formuladas e implementadas nesse momento.

Consideramos que tal temática tem importante repercussão no processo formativo de nossos estudantes, que lidam com uma situação de desafio e inquietude diante do mundo do trabalho. Por outro lado, trata-se de uma geração bastante conectada às novas tecnologias digitais. Dessa forma, dentro da abordagem temática, compreendemos que os estudantes do século XXI, nativos digitais, também necessitam de aulas com uso de tecnologias como forma de aumentar a eficiência do ensino-aprendizagem (Souza, 2016). Logo, o *podcast* é uma das diversas tecnologias que podem contribuir positivamente para o ensino de história, e, no caso em apreço, consideramos que colocar a discussão da origem dos direitos trabalhistas atrelada a utilização de um novo recurso tecnológico redundaria em duplo ganho: consciência e conhecimento histórico sobre o tema e aprendizagem sobre o mundo do trabalho.

O *podcast* é um programa de áudio que fica disponível em uma plataforma na internet. Segundo Souza (2016), o termo *podcast* ainda é recente e está relacionado ao *ipod* e *broadcast*. Os conteúdos contidos em *podcast* facilitam o aprendizado dos alunos que estão perdendo gradualmente o hábito de ler, permitindo o acesso ao conhecimento do conteúdo e a possibilidade de revisar o material a qualquer momento. Para aqueles que não têm acesso à internet, existe a possibilidade de disponibilizar de modo *offline* (Carvalho, 2020, p. 70).

Nessa perspectiva, o uso de tecnologias digitais, como o *podcast* atende as habilidades da BNCC (2018):

Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

A principal razão desse projeto ter sido construído e realizado são os anseios dos estudantes referentes ao mundo do trabalho. No modelo de Escola



Cidadã Integral na Paraíba<sup>4</sup> e da Escola de Referência do Ensino Médio<sup>5</sup> em Pernambuco, o foco é o projeto de vida do estudante, no qual ele relatará o seu sonho. Na árvore dos sonhos, mais de 90% deles almejam uma profissão. Porém, quando questionamos os caminhos que eles buscarão, ou seja, o planejamento para alcançarem aquele sonho, os estudantes não sabem. Evidentemente, pela falta de experiência, é natural que tenham dúvidas e incertezas.

A minha conexão com a temática se deve a algumas experiências profissionais. Na minha trajetória profissional, enquanto professor de história, tive experiências satisfatórias com a temática em sala de aula.

Grande parte desses estudantes não conhecem e/ou não entendem os direitos trabalhistas e não sabem como foram conquistados. Desse modo, ministrei, em 2020, uma disciplina eletiva na ECIT<sup>6</sup> Abreu e Lima, escola onde exerci a função de professor de história, intitulada de “O que eu quero ser quando crescer?”. A maioria dos estudantes era da 3ª e 2ª séries do Ensino Médio. O objetivo era, após apresentar e explicar a trajetória do movimento operário brasileiro no século XX, a luta sindical e outras questões pertinentes à temática, elaborar um *curriculum vitae*.

Na coleção do livro didático da escola (*Identidade em ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, 6 volumes) utilizado na turma da 3ª série do Ensino Médio, sinto falta dessa contextualização da conquista dos direitos trabalhistas a partir do movimento operário e da indicação de algum material para complementação do tema à luz da BNCC, Competência específica 4, habilidades EM13CHS401-EM13CHS404 (ligadas ao Trabalho).

Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo investigar, a partir das conquistas do movimento operário no Estado Novo (1937–1945), as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e consolidadas na CLT e relacioná-las com as

---

<sup>4</sup> A Escola Cidadã Integral (ECI) é uma nova proposta de ensino público, implantada na Paraíba em 2016. O objetivo principal é tornar o ensino em tempo integral, com metodologias diferenciadas que incluam o sonho do estudante para formular o seu projeto de vida. A partir do referido projeto, o aluno pode formular alternativas de realização de metas de vida por meio das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das disciplinas diversificadas (Currículo Flexível).

<sup>5</sup> A Escola de Referência em Ensino Médio foi reformulada em 2008, visando expandir o ensino integral no estado. Serviu como modelo para boa parte do Brasil, inclusive do Novo Ensino Médio. Visa estimular o protagonismo dos estudantes e treiná-los e prepará-los para o mundo do trabalho.

<sup>6</sup> Escola Cidadã Integral Técnica possui um ou mais cursos técnicos integrados.

rupturas, as continuidades e o desmonte da legislação trabalhista realizada no Governo Temer (2016–2018), com a finalidade de elaborar uma sequência didática que se concretizará numa oficina para produção de um *podcast*. Analisou-se a potencialidade de utilização de novas tecnologias no ensino de história, tendo como referência o uso do *podcast*, de forma a verificar como essa linguagem poderá facilitar a aprendizagem dos estudantes. Identificamos a abordagem feita pelo livro didático sobre o movimento operário durante o Estado Novo, a partir da CLT, e o desmonte da legislação trabalhista realizada pelo governo Temer (2016–2018), assim como as propostas curriculares da Paraíba e Pernambuco.

Diante da minha inquietação, desenvolvemos uma proposta de oficina para a produção de um *podcast* (produto), utilizando as tecnologias educacionais, visando o aprofundamento do aprendizado dos estudantes.

A metodologia no desenrolar da pesquisa foi estruturada em três momentos: no primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico referente a história do uso educacional de tecnologias digitais e a relevância do uso de *podcast* para as aulas de história no ensino médio e verificada os níveis de satisfações obtidas com sua aplicabilidade em sala de aula. Além disso, foi averiguado o processo de mercantilização do *podcast*, identificado e diferenciados os tipos de *podcast*, assim como feita uma reflexão sobre seu consumo. Também foi analisado o modo como o tema é abordado no livro didático da escola, bem como se há alguma indicação de links ou recurso tecnológico para complementar a aprendizagem dos estudantes.

No segundo momento, foi realizado um estudo das Propostas Curriculares do Ensino Médio do estado da Paraíba e do estado de Pernambuco, realizando uma comparação do modelo de ensino das instituições. Também foi realizado um estudo do livro didático disponibilizado pela escola, momento em que realizamos uma análise da abordagem dos conteúdos da Era Vargas, do governo Temer e se existe alguma indicação de mídias digitais, sobretudo do *podcast*. Do mesmo modo, realizamos uma breve análise histórica da construção dos direitos trabalhistas na Era Vargas e a reforma trabalhista no governo Temer. Em suma, analisamos como os *podcasts História FM, História em Meia Hora e o Cola na História* tratam dos direitos trabalhistas na Era Vargas, bem como o *podcast* do Instituto Edésio sobre a reforma trabalhista no Governo Temer.

Por fim, foi elaborado o produto, os *podcasts* desenvolvidos a partir de uma proposta de oficina para a produção de um podcast. A proposta é que seja aplicada em cinco encontros para estudantes da turma da 3ª série do Ensino Médio. Na proposta, analisamos o conhecimento deles a respeito dessa mídia e, a partir de questões motivadoras, discutimos a possibilidade de ensinar o que está por trás da produção e divulgação dos *podcasts* nas plataformas digitais. Após, analisamos dois *podcasts* na internet que tratam do movimento operário na Era Vargas e da flexibilização dos direitos trabalhistas no Governo Temer. Em seguida, orientamos a elaboração de um roteiro e o uso do aplicativo *Audiolab* para editar e criar efeitos nos arquivos de áudio necessários para a criação do podcast. Além disso, foi requerido que os estudantes acessassem fontes previamente indicadas que estivessem relacionadas ao conteúdo do podcast.

A dissertação está dividida em três capítulos com o objetivo geral de responder às seguintes questões. Como o estudo do movimento operário, a partir de uma oficina de produção de podcast, pode auxiliar os estudantes do ensino médio a entender a importância da luta dos trabalhadores durante todo o processo de conquista de direitos trabalhistas? Em que sentido o uso de podcast pode potencializar o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos históricos em sala de aula? De que modo o livro didático de história da escola retrata o movimento operário na Era Vargas e no Governo Temer? O livro didático tem propostas para utilização das novas tecnologias?

No primeiro capítulo, realizamos uma discussão baseada na historiografia, entendendo as possíveis raízes do *podcast* baseadas nas experiências com a rádio, realizando uma construção histórica da utilização das tecnologias para o ensino. Posteriormente, fundamentamos o surgimento do *podcast* e sua popularização no Brasil, destacando os tipos e formatos. Também destacamos como a mídia é utilizada para temas de história. Por fim, fizemos uma discussão historiográfica considerando as pesquisas do ProfHistória relacionadas ao *podcast*.

No segundo capítulo, discutimos a questão do mundo do trabalho aplicado às Propostas Curriculares do Ensino Médio da Paraíba e de Pernambuco. Também, investigamos o livro didático, recurso pelo qual os estudantes têm fácil acesso, sua abordagem sobre a questão trabalhista no Estado Novo e no Governo Temer, assim como a indicação de mídias digitais para o estudo do

assunto. Posteriormente, traçamos a trajetória do movimento operário durante a Era Vargas e o Governo Temer, por meio de alguns *podcasts* já consolidados nas mídias digitais. Neste capítulo, abordamos a potencial utilização do podcast para o ensino de história, especialmente no que diz respeito à relevância dessa mídia na aprendizagem histórica das lutas dos trabalhadores para a obtenção de direitos trabalhistas.

No terceiro capítulo, examinamos a estratégia de criação do nosso produto e a maneira como o desenvolvemos. Inicialmente, tecemos considerações breves acerca da história do *podcast*, enfatizando especialmente as vantagens do uso do *podcast* para a história do trabalho no Brasil, servindo como uma ferramenta didática para o ensino dessa temática em aulas de história do Ensino Médio. Neste capítulo, apresentamos uma proposta de ensino (produto), ou seja, uma oficina, esclarecendo os passos que foram estabelecidos para realizar a sequência didática. Concluo com as possíveis contribuições, tecendo considerações sobre a oficina de produção do *podcast*, cujo objetivo foi democratizar o ensino por meio do uso de tecnologias digitais e, também, melhorar a aprendizagem sobre a temática. Além disso, a proposta gerou um conjunto de três *podcasts* gravados na escola, que estão disponíveis em uma pasta do *google drive*<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Os *podcasts* podem ser acessados no link:  
[https://drive.google.com/drive/folders/1ZCICZMMNQ8-JPxQT2RFT4KCX0u6O6dG1?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1ZCICZMMNQ8-JPxQT2RFT4KCX0u6O6dG1?usp=drive_link).

## **CAPÍTULO 1. PODCAST: UM “NOVO” RECURSO TECNOLÓGICO E O ENSINO DE HISTÓRIA**

A discussão na ANPUH<sup>8</sup> (Associação Nacional de História) sobre o ensino de história no Brasil iniciou-se na década de 1970, quando uma equipe de professores de história começou a discutir sobre diversas questões relacionadas ao ensino e à maneira como o conhecimento histórico precisaria ser trabalhado na educação básica. A começar pela discussão de grupos de pesquisa de membros da ANPUH foi iniciado uma série de análises em relação a documentos reguladores na educação, partindo dos que foram realizados pela ditadura militar, a qual foi reforçada pela ampliação dos cursos de pós-graduação pelo Brasil (Borges; Francisco; Louvem, 2022).

Até a década de 1990, ocorreram avanços no âmbito dos trabalhos e da pesquisa referentes ao ensino de história. Durante os anos 1970, tinha um aspecto de exposição de práticas com quase nenhuma consideração teórica. Nos anos 1980, a construção da pesquisa refletiu-se acerca do livro didático, no qual começou a se pensar sobre o currículo e o uso de linguagens distintas. Na década de 1990, a pesquisa estava voltada para o entendimento da prática docente e dos conhecimentos dos educadores. Contudo, ainda eram escassos os debates e as reflexões teóricas relativas à prática docente e metodologia de ensino voltadas para historiadores, pois eram anteriormente discutidos apenas por professores do âmbito da área de educação (Costa; Oliveira, 2007).

Entre as décadas de 1990 e 2000, a LDB (1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), fomentaram o surgimento de pesquisadores que se dedicaram ao debate sobre o ensino e a aprendizagem de história nas universidades, sobretudo em relação a outros saberes e linguagens historiográficas:

“esse processo coincide com debates feitos na área de Educação como um todo, e, externamente, se deparará com a introdução das tecnologias no cotidiano das pessoas, especialmente a partir do uso de computadores pessoais (anos Experiências Docentes e a Construção do Saber Histórico 1980), da popularização da internet (1992) e das mídias móveis, como os smartphones (1993) e os tablets (2010)”

---

<sup>8</sup> Em 1993, a ANPUH passou a se chamar Associação Nacional de História, mas a sigla permaneceu a mesma desde a sua criação, em 1961. Essa alteração se deve à ampliação dos associados, incluindo os professores de história do Ensino Básico e outros profissionais atuantes na área de história.

(Borges; Francisco; Louvem, p.159. 2022)

Com a expansão da internet no início do século XXI, a população de diferentes faixas etárias se sentia fascinada pelos diversos recursos tecnológicos, já que esses já faziam parte do cotidiano das pessoas. Não obstante, a velocidade com que a tecnologia foi introduzida, tornou-se fundamental a mudança no ambiente escolar, sobretudo para o cumprimento das necessidades do mundo do trabalho. Conseqüentemente, em 2007, a partir do projeto de lei n.º 142, o conteúdo de informática tornou-se obrigatório na base curricular do ensino médio. Desde então, ocorreu a implantação de laboratórios de informática nas escolas, fazendo com que o corpo docente tivesse que se atualizar para corresponder às novas ferramentas pedagógicas (Borges; Francisco; Louvem, 2022).

Nessa conjuntura da entrada de novos recursos tecnológicos no ambiente escolar, os centros de ensino começaram a se atualizar, introduzindo computador, televisão, celular e outros equipamentos mais avançados, tendo em vista a aplicabilidade de atividades mais “estimulantes” e participativas em classe. Ainda assim, o fato de implantar novas tecnologias não significou dizer que ocorreram mudanças na metodologia das aulas, visto que, por motivos diversos, em geral, os docentes não mudaram a abordagem e os estudantes frequentemente tinham defasagem no aprendizado.

É crucial considerar que as ferramentas tecnológicas fazem parte da rotina social e se tornaram imprescindíveis para o ensino. Ao mesmo tempo em que abriu portas para o caminho de novas práticas e metodologias de ensino, também fechou ou reproduziu o mais do mesmo com o ensino tradicional quando não é refletido sobre o seu uso. O resultado disso foi que o estudante depositou tanta fé na internet que a tornou mais relevante como fonte de conhecimento do que a oferecida na escola, o livro didático, que, por sua vez, oferece textos fundamentados cientificamente adaptados à linguagem para o ensino básico.

Outra questão que é necessário evidenciar para o uso de tecnologias no ensino, é que, principalmente no ensino público, é menos estimulada e pouco utilizada por professores a introdução de aplicativos, utilização de sites e de aparelhos eletrônicos nas escolas (Leite e Ribeiro, 2012; Rodrigues, 2009.). É importante salientar que há uma grande controvérsia em relação ao uso de tecnologias na educação pública, uma vez que, normalmente, o perfil

socioeconômico do estudante de escola pública é bastante distinto do de escolas privadas. Enquanto na maioria dos centros de ensino privado é estimulado o uso de rede social, novas tecnologias, dispositivos eletrônicos como uma alternativa à aprendizagem escolar<sup>9</sup>, nas redes de escolas do ensino público faltam investimentos em formação do corpo docente, estruturas das escolas, bem como disponibilização desses recursos aos estudantes (Macedo, 2021). O que resultou em um ambiente escolar em que é extremamente difícil usar um dispositivo tecnológico, como o smartphone, para uma atividade escolar, uma vez que, muitas vezes, esse dispositivo não é visto pela sociedade e pela comunidade escolar como uma oportunidade pedagógica.

No entanto, no ano de 2020 a educação no Brasil e no mundo teve que mudar radicalmente. A OMS (Organização Mundial da Saúde) definiu que a única forma de combater a pandemia da Covid-19 era o distanciamento social, e, claro, a educação foi impactada profundamente para se adaptar a uma nova realidade. Naquele momento, instituições de ensino tanto públicas quanto privadas tiveram que empregar o ensino remoto<sup>10</sup> e, posteriormente, o ensino híbrido<sup>11</sup>. No Brasil, o que parecia muito longe, sobretudo nas escolas da rede pública, se tornou realidade do dia para a noite. Naquelas circunstâncias, os professores tiveram que se reinventar para poder dar aulas online, utilizando celular ou computador, adquiriu novos conhecimentos, como, por exemplo, aprendeu a ministrar aulas assíncronas e síncronas, preparou conteúdos para utilizar no ensino remoto, no ensino híbrido, e aprendeu a usar aplicativos e *softwares* digitais, dentre outros.

Em relação ao ensino remoto, entendemos que foi uma adaptação curricular adequada para o desenvolvimento das atividades acadêmicas relativas a diversas disciplinas dos cursos, num contexto excepcional em que não foi possível realizar atividades presenciais. À medida que a situação se tornou mais

---

<sup>9</sup> TECNOLOGIA NAS ESCOLAS É MAIS OFERTADA NA REDE PARTICULAR, AFIRMA CENSO. Diário do Nordeste. 19 de fev. 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/educalab/tecnologia-nas-escolas-e-mais-ofertada-na-rede-particular-afirma-censo-1.3049479>.

<sup>10</sup> Ver em SÁ, A. N. M.. IMPLANTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: EXPECTATIVAS E AVALIAÇÕES. In: M.P. Bermúdez M. Guillot-Valdés. (Org.). International Handbook for the Advancement of Science. Ied.Pamplona: Thomson Reuters, 2022, v. 1, p. 1-6. ISBN: 978-84-1390-872-4.

<sup>11</sup> CAETANO, Erica. Ensino remoto e Covid-19: as maiores dificuldades dos estudantes na pandemia. 2021. Disponível em: <https://vestibular.brasilescuela.uol.com.br/blog/ensino-remoto-e-covid-19-o-que-a-pandemia-nos-mostrou-sobre-essa-forma-de-estudar.htm>. Acesso em: 28 mai. 2023.

normal, o ensino passou a ser híbrido ou até mesmo presencial (Valente; Sanchez; Souza; Pacheco; 2020)

Horn e Stalker (2015) afirmam que o ensino híbrido é aquele em que o aluno aprende num período presencial e no outro remoto. Desta forma, a junção do ensino presencial com o ensino remoto é denominado híbrido. Portanto, definir o conceito de ensino híbrido na educação formal é uma tarefa difícil, pois as instituições escolares são diferentes, no que diz respeito a lugar, cultura, entre outros aspectos, e isso determina a forma híbrida como cada uma irá trabalhar (Castro, et al. 2015).

Não era incomum o sentimento de insegurança por parte dos professores que não estavam habituados a dar aulas remotas e que em muitos casos não tiveram capacitação para tal. Além disso, acentuou-se a desigualdade social, na medida em que muitos estudantes de escola pública não tinham a possibilidade de assistir às aulas por inúmeros motivos:

“Os/as professores/as afirmaram que nem todas as famílias possuíam condições socioeconômicas e culturais para auxiliar os/as estudantes na apropriação dos conhecimentos, principalmente em relação às crianças pequenas, impossibilitando ou dificultando o trabalho educativo” (Diogo, 2021)

Enquanto a pandemia acelerou o uso de tecnologias no ensino online, ela também evidenciou o quão a educação brasileira estava atrasada no quesito do uso da tecnologia no espaço escolar. Dessa forma, o que era para ser “revolucionário” acabou se tornando enfadonho para os estudantes e professores, pois, geralmente, ambos não interagem e nem se concentravam nas aulas, o que, conseqüentemente, causou o desestímulo do professor.

Diante da pandemia, a sociedade teve que se adaptar às novas demandas. Mercados, lanchonetes, farmácias e serviços em geral incorporaram tecnologias nos seus sistemas, tendo em vista que muitas pessoas nutriam medo de contrair o vírus. Dessa forma, não era possível que o ambiente escolar abandonasse as ferramentas tecnológicas para o ensino. Sendo assim, na educação o uso de tecnologias não foi deixado de lado, pelo contrário, estudantes se familiarizaram a ter materiais disponibilizados de forma remota e passaram a cobrar aulas diversificadas, para além do que chamamos de aula tradicional. Por sua vez, os professores também passaram a analisar os aspectos positivos do uso das tecnologias digitais no dia a dia devido à diversidade de



material e o perfil de estudante gradativamente mais adaptado a tecnologias. Conseqüentemente, gamificação, *podcast*, *qr codes* e outros recursos começaram a fazer parte do cotidiano em sala de aula, especialmente em escolas públicas. Portanto, analisaremos o avanço da tecnologia na educação e no ensino de história, com destaque para o uso do *podcast* em sala de aula.

## 1.1 ORIGEM DO *PODCAST*

Atualmente a radiodifusão apresenta-se de vários modelos: das transmissões online (*web rádio*), dos habituais AM e FM e do *podcast*. Por isso, em alguns casos, o *podcast* é considerado um rádio reformulado, tendo em vista a ligação que o apresentador cria com o ouvinte. Freire (2013), destaca que a rádio é reproduzida em tempo real enquanto o *podcast* é distribuído em diversos locais devido à internet. A rádio precisa de uma programação, ao passo que o *podcast* tem um fluxo mais espaçado, ou seja, pode ser diário, semanal, quinzenal, mensal ou outro período. Essas são algumas características que diferenciam a rádio do *podcast*. Mchugh (2020) referencia o perfil de quem escuta *podcast*:

“Geralmente, as pessoas ouvem *podcast* de maneira individual, muitas vezes, por meio de fones de ouvido, o que permite que os apresentadores falem com eles diretamente em seus ouvidos. Isso cria as condições perfeitas para uma ligação estreita entre o apresentador e o ouvinte. [...] o apresentador do *podcast* pode confiar que seu ouvinte quer ouvi-lo. Isso permite que os apresentadores relaxem e sejam autênticos, o que facilita a identificação do público com o locutor. Alguns ouvintes dizem que encontrar um novo *podcast* favorito é como fazer um novo amigo.” (Mchugh, 2020)

Além do *podcast* a rádio tem o potencial de ser um caminho de relação entre o produtor e o radiouvinte, pode ser um instrumento de formação de saberes.

Mesmo sendo criado para o uso de transmissão, a rádio se estabeleceu como uma opção de formulação de conteúdos, reclamações dos cidadãos envolvidos, de discussões e de entretenimento, esse último, é um aspecto importante tanto na rádio quanto no *podcast*.

A ideia de transmitir conteúdos educativos por meio do rádio iniciou-se por volta dos anos 1920, firmada pelo nascimento oficial da rádio no Brasil, e ocorreram muitas experiências, apesar de ter diferentes concepções de

educação. Edgard Roquete-Pinto, o fundador da Rádio Sociedade Rio de Janeiro em 1923, já intencionava utilizar a radiodifusão como uma ferramenta educativa. O contexto político da época favoreceu a construção desse canal difusor da educação pensado por ele. O movimento sindical, o tenentismo, a semana de arte moderna, as reformas estaduais em vários estados foram resultados de questionamentos de muitos setores da sociedade para que houvesse medidas importantes para a educação. Atrelado a essa questão, o debate entre vários educadores com propostas renovadoras sobre a educação ao nível nacional resultou, em 1924, na criação da Associação Brasileira de Educação, cuja meta era estabelecer uma política de educação para o país (Andrelo, 2012).

É nessa conjuntura que aparecem as estações como a Rádio Sociedade de São Paulo e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Eram chamadas assim, porque foram patrocinadas por clubes ou sociedades que objetivavam propagar a educação, a cultura e proporcionar a incorporação nacional (Meneguel; Oliveira, 2016)

Ainda nos anos 1920, o rádio era um meio de comunicação que tinha em sua programação debates científicos, músicas clássicas e óperas que estavam conectadas à classe média e a elite brasileira, não alcançando o público popular, pois este último não tinha condições de adquirir o aparelho radiofônico, ainda que em vários locais públicos do Rio de Janeiro tivessem instalados alto-falantes, o conteúdo era muito erudito e não atraía as massas.

A crise de 1929 mudou o cenário político e econômico nacional e naquele momento a crise econômica mundial fez com que o Brasil se voltasse para o mercado interno e ampliasse consequentemente a industrialização. O resultado imediato foi a necessidade de um trabalhador qualificado para o mercado de trabalho e alfabetizado.

Desse modo, no início da década de 1930, foi criado um Ministério voltado para a Educação, que representou um marco da normatização nacional da educação. Muitas entidades já mencionavam a utilização do recurso tecnológico da época para o ensino:

“[...] a escola deve utilizar, em seu proveito, com a maior amplitude possível, todos os recursos formidáveis, como a imprensa, o disco, o cinema e o rádio [...]” Um dos argumentos para a inserção desses meios na escola era a extensão territorial do País.” (Andrelo, 2012)

Essa concepção educativa da rádio foi potencializada pelo governo no

período em que esse equipamento se tornou um meio de comunicação de massa, já que a política econômica voltada para o mercado interno obrigou o país a se industrializar e diversos produtos que eram adquiridos por indústrias estrangeiras passaram a ser produzidos no país.

Dos anos 1940 até o fim dos anos 1970, as estações radiofônicas, no âmbito da educação, em geral, foram utilizadas como educação a distância (EAD)<sup>12</sup> para o ensino profissionalizante, como nos sistemas de ensino do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), na educação superior e nos cursos de formação docente (Moreira; Mucelin; Martins; Oliveira, 2016.).

Em 1941, foi criada a *Universidade no ar*, lançada pela Rádio Nacional do Brasil, cujo objetivo era oferecer gratuitamente orientação metodológica para os professores de várias disciplinas do ensino secundário, visando melhorar o rendimento dos estudantes. O curso era avaliado por meio de trabalhos feitos pelos estudantes e caso fosse satisfatório, poderia receber certificados. O programa alcançou vários professores de regiões remotas, obtendo quase cinco mil matrículas no seu primeiro ano (Mendonça, 2007).

No ano de 1947, também foi criado o programa *Universidade no ar*. Lançado em São Paulo, pelo SENAC e SESC, o programa de mesmo nome da Rádio Nacional do Brasil, visou qualificar a mão de obra do interior. Segundo Cunha e Haussen (2003), o programa teve vários núcleos pelo interior de São Paulo, realizou aulas de várias disciplinas, focado para o trabalho no comércio. Os estudantes assistiam às aulas e recebiam os conteúdos e atividades por meio dos correios e as provas eram realizadas nos núcleos. O programa funcionou até 1954 e organizou no Brasil o campo da rádio educativa

Nos anos 1950, a educação tornou-se crucial, pois foi encarada como a única forma da classe trabalhadora adquirir conhecimento e das empresas preencherem suas vagas com profissionais qualificados.

Em 1957, tiveram início os cursos básicos do Sistema de Rádio Educativo Nacional (SIREN), patrocinados pelo MEC e dirigidos por Ribas Costa. Um ano depois da criação do SIREN, 11 emissoras irradiavam cursos básicos que visavam erradicar o analfabetismo,

---

<sup>12</sup> Segundo Preti (2009), educação a distância (EAD) é a aprendizagem planejada que normalmente ocorre num local diferente da sala de aula presencial e requer técnicas e metodologias diferentes de comunicação, bem como estruturas administrativas e institucionais adaptadas.

número que saltou para 47 emissoras em 1961 (Andrelo, 2012, p.145).

O SIREN apoiou a criação de sistemas de rádio educativos em diferentes regiões, sejam eles oficiais ou particulares, forneceu orientação e suporte na sua implementação e funcionamento.

A Igreja Católica começou a atuar significativamente nos programas de rádio voltados para a educação nos anos 1960, com a criação do Movimento de Educação de Base (MEB) O projeto concentrou-se, principalmente, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e tinha aulas diárias para alfabetização de adultos. Visou também estabelecer o aprendizado em temas de organização comunitária, socialismo, o conhecimento básico das leis, economia e a sociedade de modo geral (Moreira, 1991). O projeto era desenvolvido em escolas radiofônicas e possuía um monitor para auxiliar e avaliar os estudantes.

No contexto da Ditadura Militar (1964-1985), surgiu o Projeto Minerva. O programa foi transmitido pela Rádio MEC, do Rio de Janeiro, para todas as regiões do país que tivessem transmissão via rádio. As localidades que não tinham como receber o sinal, recebiam os programas gravados em fitas. O Minerva surgiu para contrapor os projetos populares anteriores à ditadura. O estilo dos programas era meramente tecnicista, ou seja, não trabalhava a reflexão dos conteúdos. As aulas tinham duração de trinta minutos e eram realizadas de segunda a sexta. No geral, o objetivo era apenas formar as pessoas para o mundo do trabalho.

Contudo, com a popularização da televisão, desde os anos 1970, essa atribuição entrou em declínio e o uso instrutivo se transformou. Em 1978, foi criado o Telecurso<sup>13</sup> para o segundo grau (antigo Ensino Médio) e o Telecurso para o primeiro grau (antigo Ensino Fundamental) em 1981. Em 1995, passou a se chamar Telecurso 2000, programa bem famoso até o início do século XXI. Era possível comprar as gravações nas bancas, além de revistas e outros materiais didáticos.

Nos anos 2000, enquanto o computador e a internet vão se tornando gradativamente acessível à população, a rádio, na educação, ganha espaço

---

<sup>13</sup> FEITOSA, Cleydiane Cristina dos Santos Rodrigues. Tele ensino no Maranhão: discursos jornalísticos (1998-2003). 2019. (Dissertação)

dentro do ambiente escolar, como possibilidade de ser um meio propagador de metodologias que vão além dos conteúdos corriqueiros ministrados em sala de aula, podendo ser um veículo mais atrativo para a aprendizagem de conteúdos habituais e um elemento mais interessante para o desenvolvimento de interação e oralidade.

Atualmente, não é incomum nas escolas vermos estudantes com o fone de ouvido, caixas de som e um smartphone, acessando redes sociais, assistindo vídeos, ouvindo programas de rádio, música ou, inclusive, podcast.

O *podcast* foi criado no final dos anos 1990 e, apesar de suas similaridades com a rádio, trouxe uma visão de que, enquanto a rádio no Brasil era frequentemente ouvida em grupo, o podcast era frequentemente ouvido individualmente, e, portanto, é outro tipo de experiência.

Assim como a rádio, nem todo *podcast* está ligado ao ensino, contudo, mesmo assim, pode ser utilizado para fins educacionais. Dessa forma, essa mídia surgiu inicialmente como uma forma de entretenimento. Com o decorrer dos anos, os canais de *podcast* começaram a abordar diversos temas.

O progresso tecnológico e o acesso crescente à tecnologia tiveram um impacto no perfil dos estudantes em sala de aula. Os estudantes tiveram e têm acesso a uma grande variedade de informações e serviços por meio de um dispositivo móvel com conexão à internet. Então, em muitos casos, não faz sentido para eles uma escola não disponibilizar essas tecnologias e as aulas continuarem apenas com metodologias tradicionais de ensino. É nesse cenário que se faz necessário entender o que é o *podcast*, e também analisar o seu uso como uma das possibilidades tecnológicas para o ensino.

## **1.2 O QUE É UM *PODCAST*?**

*Podcast* é um arquivo de vídeo ou áudio disponibilizado em diversas plataformas por meio da internet. O que o torna popular e de fácil acesso é a possibilidade de subscrever por intermédio de RSS<sup>14</sup> (*Really Simple Syndication*) e ser descomplicadamente descarregado para *smartphone*, celular, tablet, computador e diversos equipamentos que tenham leitor de MP3 e MP4. A própria expressão *podcast* pode ocasionar um distanciamento para aqueles que não

---

<sup>14</sup> É uma forma simplificada de receber as atualizações de um conteúdo em tempo real. Foi utilizada nos *blogs*.

estão acostumados com o mundo virtual. A explicação mais apresentada e aceita, é que a palavra *podcast* é a junção entre o *Ipod* (linha de aparelhos, criada pela empresa *Apple*, que reproduz mídia portátil, como o MP3) e *Broadcast*, transmissão de conteúdo para diversos receptores simultaneamente (Jesus, 2014; Souza, 2016; Lenharo, Cristovão, 2016; Arruda, Carvalho, Cardoso Filho, 2021; Carvalho, 2020; Bottentuit Junior, Coutinho, 2018).

De acordo com Carvalho (2020) o *podcast* pode ser desenvolvido por uma pessoa ou por um grupo, que são denominados de *podcasters*, com a possibilidade de ser gravado ou ao vivo, usando algum dispositivo que capture áudio. Além do mais, o seu desenvolvimento foi capaz de introduzir diversos efeitos sonoros, que estão à disposição na rede. Na internet existem muitos programas<sup>15</sup> livres para produção e edição de áudio, como o *Audiolab*<sup>16</sup>, *Spotify for podcasters*<sup>17</sup> ou *dolbyon*<sup>18</sup>.

A criação da tecnologia RSS, em 1999, viabilizou que os assinantes dos *blogs* não tivessem mais necessidade de ficar acessando constantemente, posto que recebiam instantaneamente os novos conteúdos publicados, o qual colaborou para a chegada do *podcast* nos anos 2000. Desse modo, conforme:

Fascinado pelo potencial de distribuição on-line de áudio por demanda, Adam Curry — ex-VJ da MTV — associou-se ao programador Dave Winer para concretizar a possibilidade da criação de uma ferramenta que incorporasse os arquivos MP3 no RSS. Apesar do auxílio de Winer, Curry não conseguiu apoio de grandes empresas do ramo tecnológico para desenvolvimento de um software agregador que utilizasse tal ferramenta. Resolveu, ele mesmo, aprender a linguagem de programação e desenvolveu o primeiro agregador denominado iPodder. Imediatamente, Curry disponibilizou esse programa em código aberto para livre utilização. (Arruda, 2021)

Assim sendo, não raro, Adam Curry é considerado o desenvolvedor do *podcast*, sobretudo pela criação da plataforma *ipodder*<sup>19</sup>, mas também pela flexibilização desse instrumento como tecnologia livre e aberta, possibilitando a amplitude e democratização desse novo conhecimento de comunicação (Freire,

---

<sup>15</sup> MAGALHAES, André. 4 aplicativos para criar podcasts no celular. 2021. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/apps/aplicativos-para-criar-podcasts-celular/>> Acesso em: 20 set. 2022.

<sup>16</sup> O aplicativo pode ser instalado por meio do link: [https://play.google.com/store/apps/details?id=com.hitrolab.audioeditor&pcampaignid=web\\_share](https://play.google.com/store/apps/details?id=com.hitrolab.audioeditor&pcampaignid=web_share)

<sup>17</sup> Ver em: <https://podcasters.spotify.com/>

<sup>18</sup> O aplicativo pode ser instalado no link: [https://play.google.com/store/apps/details?id=com.dolby.dolby234&pcampaignid=web\\_share](https://play.google.com/store/apps/details?id=com.dolby.dolby234&pcampaignid=web_share)

<sup>19</sup> Programa que permite baixar instantaneamente transmissões da *web* para um *ipod*.

2017). Vale ressaltar, que apesar de Adam Curry ser considerado o “pai” do *podcast*, essa palavra foi citada pela primeira vez pelo jornalista, do jornal britânico *The Guardian*, Ben Hammerley, no ano de 2004, quando descreveu as mídias de áudios recebidas pelo seu colega Christopher Lyndon em 2003 (Luiz; Assis, 2009).

Na internet quase tudo chega rápido e se expande por qualquer parte do mundo e não é diferente com o *podcast*. Após observar a expansão dessa nova forma de transmissão de conteúdos, o *podcaster*<sup>20</sup>, Danilo Medeiros, criou o primeiro *podcast* do Brasil, o *Digital Minds*, em 21 de outubro de 2004. Seu conteúdo aborda diversos tópicos, como canções, jogos, tecnologias, entre outros. A partir desse momento, surgiram vários *podcasts*, diários, semanais, entre outros, criados por brasileiros abordando seus mais variados assuntos (Jesus, 2014).

Nessa perspectiva, em 2005 aconteceu a primeira Conferência Brasileira de *Podcast* (*PodCon Brasil*), na qual reuniu *podcasters* brasileiros e proporcionou uma discussão específica sobre o objeto. A partir desse debate, foi organizada a Associação Brasileira de *Podcast* (ABPod), que teve sua fundação em 13 de maio de 2006.

Entretanto, ainda em 2005, vários *podcasts* no mundo e no Brasil entraram em crise e chegaram ao fim por diversos motivos, mas principalmente por se assemelhar ao modelo norte-americano, em que basicamente reproduz o modelo da rádio com gravações que pareciam estar ao vivo e quase sem nenhuma edição ou efeito, o que não cativa o público.

Logo após esse período de crise, em 2006 surgiram novos programas, o *Nerdcast*<sup>21</sup> e o *Rapaduracast*<sup>22</sup>, com uma nova concepção que foi influenciada nos programas para jovens, onde continha humor, jogos, efeitos e edições de áudio, criando um conteúdo simples e fácil de consumir e que chamou a atenção do ouvinte.

Conforme ABPod, o *Nerdcast* foi um dos pioneiros a utilizar esse modelo. Seu formato serviu como referência para a maioria dos *podcasts* criados posteriormente. Sua configuração era:

---

<sup>20</sup> O *podcaster* é quem cria o *podcast*, ou seja, é o autor.

<sup>21</sup> Ver em: <https://jovemnerd.com.br/nerdcast/>

<sup>22</sup> Ver em: <https://cinemacomrapadura.com.br/cat/rapaduracast-podcast/>

“uma conversa informal sobre temas gerais sob o ponto de vista do “nerd”, que pode envolver desde a série cinematográfica Star Wars até discussões sobre bolsa de valores, sempre utilizando bastante humor. Com essa “filosofia de trabalho”, até mesmo os *podcasts* brasileiros que possuem temas específicos se valem do humor e da edição e mixagem de som para desenvolver os assuntos de cada programa. Na maioria há uma clara preocupação com a edição final, incluindo trilha sonora.” (Abpod, Luiz, 2014)

Apesar do *Nerdcast* ter “orientado” muitos *podcasts*, não quer dizer que não houve modelos diferentes. Surgem programas com temáticas e formatos bem definidos, indo desde programas corporativos, como “O assunto”, até os mais informais, como os *podcasts* dedicados à culinária e outros gêneros.

### 1.3 OS TIPOS E FORMATOS DE *PODCAST*

Desde sua difusão no início dos anos 2000, o *podcast* se tornou um veículo alternativo ao entretenimento midiático tradicional e se consolidou como uma das mídias mais procuradas no ano de 2021 (Abpod<sup>23</sup>).

A popularização dos aparelhos eletrônicos (smartphone, notebook, computadores, aparelhos de som, entre outros) é facilitadora para a construção de um arquivo de mídia digital, possibilitando para qualquer pessoa criar um conteúdo para um *podcast* e divulgá-lo. Aqui temos uma ressalva, os *podcasts* mais ouvidos são aqueles que têm uma infraestrutura e uma produção por trás. Quando mencionamos que qualquer pessoa pode criar um conteúdo e divulgá-lo, não queremos passar a impressão de que todos podem fazer um *podcast* de sucesso, por haver a questão dos algoritmos<sup>24</sup>.

Em vista disso, não é incomum encontrar uma diversidade de tipos de *podcast* que tratam de educação, saúde, notícias, política, beleza, música, aulas, comédias e até games, são gêneros mais populares entre os ouvintes (Abpod 2019).

Os formatos também são significativos para a propagação do *podcast*, sendo os mais comuns: entrevistas, roda de conversa, contação de histórias (*Storytelling*) e solo, aqueles que são produzidos sozinhos. Nessa perspectiva, iremos discorrer a respeito dos perfis mais alcançados, como também os

---

<sup>23</sup> ABPOD. Busca pelo termo “podcast” cresce 43% no Brasil este ano. 2022. Acesso em: <https://abpod.org/busca-pelo-termo-podcast-cresce-43-no-brasil-este-ano>. Disponível em: 17 jun. 2023.

<sup>24</sup> Nas redes sociais, os algoritmos são um conjunto de dados e regras e podem mudar conforme a plataforma. Eles identificam quais materiais devem ser disponibilizados para um número maior ou menor de usuários. São eles os responsáveis pela seleção dos resultados de um feed, de acordo com o nível de relevância daquela publicação para cada usuário.



formatos mais utilizados pelos *podcasters*.

Muitas empresas<sup>25</sup> do ramo jornalístico como o Grupo Globo, Estadão, Jovem Pan, Folha de São Paulo se adaptaram ao novo público da era digital, sobretudo com o objetivo de alcançar o público jovem. Segundo a Abpod (2019), o perfil de gênero preponderante dos ouvintes é o masculino com formação básica, em especial a formação em ensino superior, e a plataforma mais acessada é o *Spotify*<sup>26</sup>. O gênero de notícias está entre o décimo primeiro mais ouvido que, se somado a outras categorias correlacionadas, estão entre as mais acessadas pelo público.

Em geral, o *podcast* jornalístico é publicado com frequência e possui duas características predominantes: um resumo de notícias e um programa com entrevista de um especialista do assunto pautado no dia. Normalmente, o resumo de notícias tem a duração entre um minuto e cinco minutos e é postado diariamente, apresentando um formato mais rápido e menos robusto e voltado para um público que quer se manter informado com as principais notícias do dia e raramente apresenta algum trecho de fala de especialistas e entrevistados. Contudo, a maioria usa som de fundo que se torna uma espécie de marca registrada do programa, um dos exemplos é o *podcast Resumão diário* do G1<sup>27</sup>.

O resumo de notícias, por ser uma síntese dos temas considerados mais marcantes do dia, geralmente não necessita de um grupo de pessoas para apresentar o episódio. Habitualmente, é realizado no formato solo ou monólogo, devido a sua forma concisa e rápida de ser produzida. Nesse formato, a vantagem, no caso de um *podcast* autônomo, é que, além de gravar completamente sozinho, toda a produção do programa é realizada por seu criador. A desvantagem é justamente não ter outra perspectiva para contestar determinada opinião. Todavia, se nos concentrarmos no formato aplicado ao resumo de notícias e, em se tratando de uma empresa como o G1, existe nos

---

<sup>25</sup> Com o ingresso formal dos grandes conglomerados de notícias no mundo dos podcasts, ocorreu uma mudança impositiva no formato, provocada tanto pelos custos de produção quanto por tendências a partir de pesquisas de consumo. Sendo assim, o perfil de podcasts até então (1h ou mais) se tornou raro. Além disso, o ingresso desses agentes midiáticos produziu uma mudança de qualidade esperada/presumida por parte do ouvinte em termos de edição, qualidade de voz, trilha sonora, efeitos sonoros, etc.

<sup>26</sup> O Spotify é um serviço online que oferece acesso imediato a milhares de músicas, podcasts, vídeos e outros conteúdos de artistas de diversos países.

<sup>27</sup> O *Resumão diário* é um *podcast* do G1 criado em 2019, publicado de segunda a sexta, visando manter o ouvinte atualizado sobre as principais notícias nacionais e internacionais.

bastidores uma equipe da instituição que facilita a edição ou outra demanda para aperfeiçoar o episódio. Ressaltamos que o formato solo é utilizado em diversos gêneros de *podcast*, apresentamos o jornalístico apenas para fins de exemplificação.

O *podcast* jornalístico no formato de entrevista é publicado cotidianamente sobre o principal fato do dia, na maior parte dos episódios um especialista do tema do dia é entrevistado respondendo à demanda solicitada. O programa dura em torno de dez a trinta e cinco minutos e rememora uma parte do estilo tradicional dos jornais da grande mídia em que um profissional debate ou responde às indagações realizadas pelos telespectadores e jornalistas. Um dos *podcasts* mais ouvidos do Brasil, nesse ramo, é o *podcast O Assunto*<sup>28</sup> também do G1.

Acerca do formato de entrevista, ele pode ser realizado a distância, portanto o entrevistado não precisa estar presente no mesmo ambiente do entrevistador. Esse modelo também é utilizado em várias categorias de *podcast* e pode ser desenvolvido em outros formatos, como o solo ou com mais integrantes. O objetivo da entrevista é levantar um tema principal e chamar um especialista da área e se for um *podcast* jornalístico, dependendo do perfil do programa, geralmente, convida-se uma pessoa externa para comentar sobre o assunto. Esse modelo é bem interessante, pois, dependendo do entrevistado, existe a probabilidade do *podcast* ser mais acessado, o que resulta no aumento da audiência. Outro formato parecido com a entrevista é a roda de conversa, que iremos discorrer a seguir.

Afonso e Abade (2008) afirmam que uma roda de conversa é uma metodologia que estimula a participação e a análise dos integrantes. Portanto, é uma estrutura participativa que é capaz de ser utilizada de várias maneiras para proporcionar o hábito da reflexão. As rodas de conversas se distinguem de outras atividades desenvolvidas em grupo, como palestras, porque para a sua construção os integrantes podem se expor sem obrigatoriedade da formalidade, e o mais interessante é a socialização das vivências que gera um caráter de proximidade com o ouvinte.

Aplicada aos programas, a roda de conversa, que é empregada em vários

---

<sup>28</sup> O *podcast O Assunto* faz parte do G1, que é do grupo Globo, é um dos programas mais ouvidos desde sua criação em 2019 e tem alcançado vários públicos, principalmente o jovem.

estilos de *podcast*, aproxima o programa do telespectador, pois a informalidade desse modelo, que se estabelece entre o entrevistador e o entrevistado, passa a ideia de que seja uma conversa casual, descontraída, com gírias, risadas, particularidades vividas por um deles ou ambos. Desta forma, a roda de conversa tem muito potencial para atrair mais ouvintes. Poder tratar de assuntos dos mais variados de modo despreocupado sem ter receio do modo de falar naquele ambiente, deixa o *podcast* mais atrativo. Não raro, políticos, autoridades institucionais, artistas e outras personalidades influenciadoras participam de *podcast* nesse formato.

Outra configuração que vem ganhando notoriedade e adesão no meio do *podcast* é o *storytelling* ou narrativa. Segundo Loures (2018), o *storytelling* é um dos formatos mais utilizados nos Estados Unidos cuja base de referência é a contação de histórias. A principal característica é serem breves ou seriados e têm como objetivo apresentar histórias de grandes feitos do dia a dia, fornecendo aprendizados, que podem ser aperfeiçoados com o uso de diversas fontes de informação.

Essa configuração apresenta diversos aspectos práticos para a educação, principalmente quando aplicados ao ensino. Temos um público menos leitor, mais visual e atento às tecnologias, que consome material digital rotineiramente e o *storytelling*, se adaptado para o ensino, pode potencializá-lo no que diz respeito a desenvolver um pensamento crítico nos estudantes, explicar os conteúdos e deixar as aulas mais interessantes por meio do uso de metodologias ativas<sup>29</sup>. O *storytelling*, do mesmo modo,

permite que o estudante perceba que o narrador parte de uma perspectiva individual para uma leitura globalizante, ajudando na formação do raciocínio multidisciplinar e empático, diferente de outros recursos didáticos, como livros e filmes, que trazem uma verdade ou conhecimentos prontos, com uma falsa sensação de imparcialidade. (Loures, 2018, p.25)

Nesta configuração, o narrador pode utilizar de uma trilha sonora para deixar o ambiente sincronizado com o roteiro. A história pode ser de ficção ou

---

<sup>29</sup> O objetivo das metodologias ativas é encorajar os alunos a aprenderem de maneira autônoma e participativa, utilizando problemas e situações reais, realizando atividades que os incentivem a pensar de maneira mais ampla, a tomar iniciativa e a debater, tornando-os responsáveis pela construção do conhecimento. Neste modelo de ensino, o professor é coadjuvante nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo que os alunos sejam protagonistas do processo de aprendizagem.

histórias reais apresentados no formato de um documentário. Quem narra deve gerar mais emoção a história e aplica os efeitos sonoros para dar destaque a determinados episódios ou trechos da história.

Por fim, além dos formatos de *podcast* mencionados anteriormente, existe o formato híbrido. Diante dos acontecimentos dos últimos tempos, associamos o termo híbrido ao período do auge da pandemia covid-19, quando os estudantes estudavam presencialmente na escola e no formato online. Mas, o conceito de híbrido, na verdade, é a combinação de dois fatores. Aplicado ao *podcast* é a junção de dois formatos distintos. Um *podcast* híbrido pode ser um monólogo e *storytelling* ao mesmo tempo. Provavelmente, a maioria dos *podcasts* utiliza o formato híbrido, até mesmo para diversificar o estilo e atrair mais ouvintes, além de cativar o público fiel ao programa.

#### **1.4 PODCAST DE HISTÓRIA DISPONÍVEIS NA INTERNET**

A área de história possui uma diversidade de programas de *podcast* sobre inúmeros conteúdos. Iremos nos ater ao perfil de alguns *podcasts* disponíveis na rede que trabalham com a história citando autores reconhecidos no meio acadêmico. Para selecionar os *podcasts* optei por aqueles que estão em atividade e que têm boa qualidade, ou seja, discutem seriamente os assuntos e conceitos históricos.

Gostaria de iniciar com a produção *Senta Que Lá Vem História*<sup>30</sup> que é um *podcast* que surgiu em 2020 a partir de um projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), coordenado pela professora Priscilla Gontijo e que foi construído pelos estudantes de graduação do curso de Licenciatura Plena em História. O interessante deste *podcast* é que ele é acadêmico e utiliza uma linguagem popular, com o intuito de difundir o conhecimento produzido na academia para a sociedade. Ele aborda assuntos que estão na pauta diária, ou seja, assuntos que despertam interesse na sociedade. (Borges; Francisco; Louvem, 2022).

O primeiro assunto trabalhado, por exemplo, foi a respeito da Peste Negra<sup>31</sup>, epidemia que marcou o período medieval. Cabe ressaltar que quando

---

<sup>30</sup> Ver em: <https://open.spotify.com/episode/4vxjr5FT6AWkW1Ax2j8od>.

<sup>31</sup> Senta que lá vem história #1: Peste negra x Coronavírus - Podcast Senta Que Lá Vem História. Entrevistado: Guilherme Queiroz. Entrevistadores: Luara e Miguel. [S. l.]: Spotify, abr. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/37oRttPYmREj7G3lri1PIC>. Acesso

esse episódio foi lançado estávamos no contexto pandêmico da Covid-19 e era de interesse da população esse assunto. Para fazer uma análise do contexto histórico da Peste Negra, o professor medievalista da UFPB, Guilherme Queiroz foi convidado pelos integrantes do programa. Portanto, além do perfil desse *podcast* trazer especialistas para discutir os assuntos da pauta, a duração dos episódios é aproximadamente de trinta minutos, com duas temporadas, sendo que a segunda utilizou o formato de storytelling.

O *podcast História FM*<sup>32</sup>, que trata sobre história geral e assuntos da área de humanas, foi criado pelo professor Icles Rodrigues em 2019 e tem como proposta, para além das temáticas habituais de história, ou seja, conflitos, impérios, modernidade e outros, convidar historiadores consolidados da área de história e das humanidades de forma geral para promover um debate comprometido com a ciência, assim como deixar claro para os ouvintes que queiram se aprofundar no tema, basta, como sugestão, estudar a pesquisa do profissional convidado que participou do *podcast*. O formato do *podcast* é de entrevista que, em geral, são episódios de pouco mais de 60 minutos e tem como diferencial o trabalho de conceitos históricos e a citação de autores consagrados na historiografia, bem como o debate historiográfico da temática.

O *podcast História em Meia Hora*<sup>33</sup> é produzido pelo professor Vitor Soares em 2020 e publica episódios históricos por volta de trinta minutos. O que o diferencia dos *podcasts* citados anteriormente é o seu formato solo, isto é, quem apresenta, faz as perguntas e responde. No seu *podcast*, Vitor Soares, além de usar uma linguagem popular, faz questão de explicar conceitos históricos e fundamentar teoricamente os conteúdos trabalhados nos seus episódios com autores consagrados na historiografia.

Outra opção é o *podcast Estação Brasil*<sup>34</sup> do professor Ricardo Duwe, que trabalha com vários formatos, o solo, entrevistas e híbrido. Os conteúdos do seu *podcast* são voltados para a história do Brasil, no qual o professor trabalha com temas que estão na pauta do dia ou outra temática que esteja ligada com a história do Brasil. Em funcionamento desde 2020, o *Estação Brasil* já tem quarenta e um episódios. Basicamente, Duwe inicia seus programas introduzindo

---

em: 22 ago. 2023.

<sup>32</sup> Ver em: <https://open.spotify.com/show/4d1lnERMnFpGTdJiu403pg>.

<sup>33</sup> Ver em: <https://open.spotify.com/show/6uscSyqp0q7Cb0uoEujgL8>.

<sup>34</sup> Ver em: <https://open.spotify.com/show/0KiJbiBJR44Inf1z2wb4Gc>.

como vai trabalhar a temática, quais conceitos serão discutidos e o objetivo do *podcast*. Por fim, alguns episódios também contam com a discussão historiográfica do papel do historiador na sociedade. A média de duração dos episódios é em torno de uma hora.

Ressaltando que os *podcasts* mencionados são algumas das boas opções que existem no mundo virtual, existem diversos programas que não trabalham com o rigor científico, portanto, historiográfico e que disseminam uma história de forma equivocada, ou não, talvez por opção. É importante destacar que diversos *podcasts* surgiram durante a pandemia Covid-19, o que pode ser observado pela data de criação da maioria dos *podcasts* mencionados anteriormente. Vários pesquisadores, professores, amantes da história, começaram a propagar o conhecimento histórico por meio do *podcast*, muito pelo contexto pandêmico que mudou a dinâmica social do planeta e potencializou o avanço do ensino de história nas novas tecnologias digitais.

Rodrigues (2021) sustenta que o professor de história, ainda que não seja um *podcaster* ou *youtuber*, precisa ter familiaridade com a produção de conteúdo sobre história nas plataformas digitais, para ajudar os estudantes a conviverem com conteúdos de qualidade e que foram analisados por profissionais da área. Assim sendo, com alguma orientação, os estudantes podem ser capazes de identificar, filtrar ou descartar conteúdos de má qualidade que propagam notícias falsas.

## **1.5 O *PODCAST* E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA**

Por considerar ser uma alternativa interessante para utilizar em sala de aula, buscamos verificar se havia algumas metodologias desenvolvidas por professores com a finalidade de usar o *podcast* e ao pesquisarmos no banco de dissertações do site do Profhistória nos períodos de 2016 a 2022, encontramos nove dissertações que tratam a respeito do *podcast* aplicado ao ensino de história. A maioria propõe analisar as possibilidades desse recurso tecnológico no ensino de história, apresentando atividades para que o docente desenvolva em sala de aula, seja na produção de um *podcast* pelos docentes e/ou estudantes.

A pesquisa de Souza (2016), “O uso e Possibilidades do *Podcast* no

Ensino de História”, identificou que as novas tecnologias têm avançado no século XXI e vêm influenciando o ensino básico. O *podcast* surgiu nesse contexto de mudanças como uma das tecnologias com potencial para inovar em sala de aula. Nesse sentido, o autor analisou como esse recurso tecnológico pode tornar o ensino mais dinâmico, produtivo, adaptado e contextualizado a realidade do estudante, objetivando buscar uma base teórica para o seu trabalho.

Dessa forma, o autor usa o conceito de convergência de Jenkins (2006), por meio do qual se percebe uma mudança mais efetiva na cibercultura posto que o avanço das mídias começa a alcançar uma série de plataformas sem que isso implique em dizer que ocorreu um desaparecimento das mídias passadas, e sim que houve uma mudança na interação que o consumidor passou a ter com o produto midiático. Esse conceito foi usado para definir a escola como local de convergência dos repositórios tradicionais de informação, ou seja, o quadro, as salas, o livro e dos repositórios virtuais (Souza, 2016).

Nessa perspectiva, Souza (2016) considera que proibir o celular na sala de aula demonstra incapacidade da escola e do Estado em utilizar recursos digitais como possibilidade pedagógica. É justamente o Estado se distanciando da realidade dos estudantes, que ele entende como nativos digitais, pois nasceram num período de muita convivência com a tecnologia e considera a maioria dos professores como nativos imigrantes digitais, isto é, como aqueles que tiveram que se adequar às novas tecnologias.

Nessa lógica, Souza acredita que a escola deve buscar meios de lidar com esse estudante. O papel do professor é estimular que o estudante reflita sobre as escolhas na imensidão de informações que eles têm no mundo digital. A escola tem um papel importante, enquanto espaço de construção de saberes e recursos digitais, como a internet, pode ser um meio que poderá favorecer essa construção. Desta forma, a convergência é compreendida como uma maneira de levar os estudantes a localizarem novas informações no mundo virtual e fazerem conexões com os conteúdos disponibilizados nos espaços físicos da escola.

Como produto de sua dissertação, Souza criou um roteiro de produção de *podcast* para os professores aplicarem com os estudantes. Para a produção desse roteiro, o autor utiliza as ideias centrais de narrativa histórica e consciência histórica de Rusen (2010), história pública de Galilini, Noiret (2011) e história pública digital de Luchessi (2012). Souza conclui afirmando que o campo dos

recursos tecnológicos digitais está em constante crescimento e, sendo assim, não é possível definir o *podcast* como o melhor recurso possível para ser utilizado no ensino de história. Para ele, o *podcast* é uma tecnologia que está em alta e é uma das alternativas que possibilitam em determinadas situações o protagonismo dos estudantes. Ainda nessa perspectiva, Souza (2016) ressalta que a popularização de livros, filmes, games e outras mídias por não historiadores são um alerta para aqueles que querem discutir história apenas entre seus pares.

A dissertação de Daniel Carvalho Pereira (2016) “Espaços públicos, saberes públicos: um *podcast* como espaço de ensino de história” tem como objetivo entender de que maneira a circulação do conhecimento histórico é afetado pelo surgimento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's) e de que forma o *podcast* pode ser encarado como recurso didático justificável para o ensino de história, ou seja, pensar esses espaços digitais como ambientes de ensino de história, onde o conhecimento se conecta com outros ambientes tradicionais. Fundamentado na história pública, o autor também destaca a popularização das mídias digitais e dos aparelhos eletrônicos, que impactaram na sociedade e conseqüentemente influenciam na prática docente. Pereira compreende o *podcast* como um meio capaz de unir a didática da história com a realidade dos estudantes.

Fundamentado em Rüsen (2001), o autor busca ligar as esferas da teoria da história e do ensino de história ao compreender o ensino de história como componente importante do conhecimento histórico. Desse modo, os ambientes de mídia digital são interpretados como ambientes de ensino de história, pois a compreensão aparece conectado com outros espaços tradicionais. Como produto, o autor propõe a publicação de um *podcast*, desenvolvido a partir de um debate sobre uma didática da história e história pública, tendo sido realizado por um grupo de professores-historiadores, cujo resultado foi verificado junto aos estudantes. Conclui o experimento constatando que a disciplina de história está cada vez mais aberta à produção do seu respectivo conhecimento (Pereira, 2016).

Assim como Souza (2016), a dissertação de João Victor Loures (2018) com o título “*Podcast de Storytelling: A produção de narrativas históricas digitais para o ensino de história*”, construiu uma proposta para que os professores de



história produzam *podcast* com seus estudantes, contudo, fazendo o uso do *Storytelling*, utilizando uma metodologia de contação de histórias em séries ou de curta duração para abordar temas da atualidade, tratar de ideias e de concepções que utilizam variadas fontes. No primeiro capítulo, Loures fez um mapeamento das pesquisas realizadas com a utilização do *storytelling* e constatou que a maioria foi produzida para o ensino infantil.

O autor partiu do pressuposto teórico de Rüsen (2001) no qual o processo de formação histórica as experiências das pessoas as tornam capazes de reconhecer a própria historicidade, Loures fez uma conexão com Paulo Freire (2011), ao considerar a ideia de que o ensino só se inicia quando o professor escuta os estudantes, ou seja, ao evidenciar as experiências do passado no tempo presente cria-se a possibilidade de analisar o futuro de forma a incentivar a transformação do cidadão e do indivíduo (Loures, 2018, p.38) O seu produto foi a construção de uma oficina de *podcast* em formato *storytelling* na escola em que leciona, mas que, dada a sua consistência, poderá ser utilizada como modelo em qualquer turma do fundamental anos finais e ensino médio. Após a experiência com o *storytelling*, o autor constatou, por meio de aplicação de questionários, que os estudantes se interessaram mais pela disciplina de história, assim como conseguiram assimilar melhor o conteúdo.

Na avaliação do autor, alguns fatores contribuíram para o êxito da proposta, tais como, a iniciativa de valorização do conhecimento prévio que os estudantes tinham sobre a história da Primeira Guerra Mundial, temática trabalhada, a realização do trabalho em equipe e, principalmente, o uso do *podcast* e de fontes digitais para construção do *storytelling*. Por fim, como resultado da pesquisa, a aplicação do *podcast* em formato de *storytelling* contribuiu para os estudantes aprenderem historicamente, porque eles usaram a temporalidade e colocaram seus anseios na construção do conhecimento, além de estipularem um ponto de vista social, econômico e político, portanto, puderam perceber que a história é feita de pontos de vista e as narrativas históricas diversificam dependendo do local e do tempo e, desse modo, foi percebido uma motivação quando pesquisaram para além do que foi proposto, na dedicação em outros espaços da escola e se sentir como sujeito da produção do conhecimento.

Sobre a possibilidades do uso do *podcast* no ensino de história, a dissertação de Robson Rodrigo Pereira da Fonseca (2021) “Passado em disputa:

possibilidades do *podcast* para o ensino de história” propõe a produção de um canal de *podcast* a partir da história do tempo presente, ou seja, a construção de uma narrativa do passado por meio do presente. O autor, por meio da criação de um canal de *podcast*, trabalha com a temática da ditadura militar a partir da percepção do tempo presente. Para isso, baseia-se em Silva (2017) e na história do tempo presente, entendendo que o professor de história deve considerar os conhecimentos dos estudantes por ser uma testemunha viva do seu tempo.

Sobre o uso de tecnologias nas aulas de história, assim como a maioria das dissertações apresentadas no Profhistória, considera que os professores de história devem estar preparados para trabalhar com recursos pedagógicos fundamentais para que os estudantes possam usá-las para refletir historicamente, principalmente as novas tecnologias digitais e o uso dessas novas tecnologias são cruciais para eles poderem ser atraídos pelos conhecimentos históricos (Fonseca, 2021, p.39-40).

Comparada às dissertações até aqui analisadas, o autor também faz uma conexão com Rüsen (2001), na perspectiva de consciência histórica, portanto, considera que o ponto inicial para ter essa consciência é o interesse do sujeito no curso do tempo e a aplicabilidade do estudo da história na sua vida. Nesse sentido, o autor destaca que os tempos mudam e acompanham-se de novos questionamentos referentes à história, logo, precisa de novas metodologias de estudos e o *podcast* pode se tornar um recurso para aguçar o interesse pela história (Fonseca, 2021).

Na perspectiva de Fonseca, considerando o ponto de vista de Cassany e Ayala (2008), apesar da popularização das ferramentas digitais pelos nativos digitais, em muitos casos esses jovens conhecem partes básicas dessas ferramentas, muito pela velocidade de informações e na maioria dos casos essas competências não são transformadas em um aprendizado no ambiente escolar, porque dialogam na internet de maneira inocente, e não se dedicam para a análise das fontes (Fonseca, 2021, p.41).

Outra questão levantada por Fonseca (2021) foi a necessidade do professor usar os recursos tecnológicos disponíveis para tornar o ensino mais atrativo, tanto para o estudante, que está familiarizado, quanto para o professor, que pode obter êxito com essa prática pedagógica. Portanto, trabalhar com o tempo presente faz com que o estudante use esses recursos para estudar

história e, ao mesmo tempo, desafia o professor a se capacitar para inovar suas aulas ao utilizar variados recursos tecnológicos. Por fim, o autor concluiu que ao produzir um canal de *podcast* voltado para a história do tempo presente, conseguiu investigar, junto aos estudantes, as disputas de narrativas na internet, ajudando-os a identificar o melhor material para consumir, bem como a aproximá-los da mídia *podcast* e do conteúdo histórico.

Outra pesquisa realizada no Profhistória é a de João Paulo de Oliveira Farias (2021), que em sua dissertação “O uso de *Podcast* para o ensino e aprendizagem de história: Produção e difusão com/para estudantes do ensino médio”, teve como proposição investigar a melhor forma do uso das TIC’s no ensino e na aprendizagem, sobretudo o potencial do *podcast* aplicado ao ensino de história. Farias trabalhou na perspectiva de Kenski (2006) que salienta o avanço da tecnologia computacional e telecomunicativa, tal como sua junção nos últimos anos tem, de certa forma, mudado as interações sociais, gerando novas maneiras das pessoas se relacionarem, portanto, determinando um novo ambiente escolar. Evidentemente que o espaço escolar não está destoando dessa nova presença das tecnologias, levando em consideração que docentes e estudantes fazem parte desse ambiente digital (Farias, 2021, p.23).

Com o avanço das novas tecnologias e a popularização da internet, o professor deixou de ser o possuidor do conhecimento e passou a ser um mediador do conhecimento, levando em conta que os estudantes têm acesso a instrumentos de pesquisa na web que possibilitam outras formas de adquirir conhecimento. Nessa visão, um dos meios para atrair a atenção dos estudantes para os conteúdos escolares é o uso das metodologias ativas (Farias, 2021, p.25). Usando o conceito de Leite (2014) o autor cita a importância do professor ter domínio de ferramentas para poder proporcionar ações pedagógicas voltadas para a autonomia e ações significativas para os estudantes e para as professoras, considerado que a escola é um espaço de convívio e de diálogo (Farias, 2021, p.26).

As novas tecnologias inegavelmente são atrativas, principalmente para os jovens, até mesmo porque boa parte do tempo deles é gasto no espaço virtual. O autor utiliza Síblia (2012), cuja visão realça a importância das características particulares das tecnologias no espaço escolar. Para tanto, para podermos utilizar da melhor forma essas tecnologias, precisamos, segundo ele, estudá-las

para refletir sobre suas potencialidades para seu uso educacional na nossa área de educação (Farias, 2021, p. 28).

No caso do ensino de história, ainda é predominante, entre os professores de história, o uso de metodologias que, geralmente, preferem ministrar aulas expositivas que realçam o valor da memorização. Este método de ensino não atrai os estudantes, especialmente em tempos em que muitos deles têm acesso à tecnologia, sendo frequentemente aprisionados em livros didáticos ou práticas da escola maestra, que enfatizam apenas as figuras e o calendário cívico, o que frequentemente impede que o estudante pense e questione o que está estabelecido (Farias, 2021, p.29).

Assim sendo, Farias trabalha com o conceito de *literacia histórica* de Peter Lee (2016) no ensino de história no sentido da história seguir em frente, portanto aberta para mudanças numa visão rotineira da compreensão do passado para uma compreensão histórica. Portanto:

“os estudantes conseguirão se orientar no tempo e ainda, permitir que estes adquiram uma compreensão sobre sua realidade. Para o autor, mais do que aprender **várias informações** sobre o passado, os estudantes precisam saber ler e compreender historicamente. (Farias, 2021, p.30).”

É importante tornar possível para que os estudantes compreendam a importância das aulas de história, promovendo-lhes ferramentas necessárias para poderem analisar as vertentes de uma mesma questão e deste modo considerá-la a partir de várias perspectivas (Farias, 2021, p.31).

Ainda sobre o ensino de história, o autor cita Schmidt (2010) para analisar que estamos mais do que nunca numa sociedade plural e que o papel do professor em sala de aula não é depositar informações para os estudantes, mas elaborar e reelaborar o conhecimento com os estudantes numa concepção de atuação social. Logo, ensinar história é criar possibilidades para que o estudante seja ativo na produção da história (Farias, 2021, p.32). Um dos desafios do ensino de história na atualidade é trazer para o espaço escolar outros ambientes desse saber, portanto, os ambientes digitais também são novas possibilidades para formação, divulgação e apropriação do saber histórico. Para tanto, o professor de história precisa problematizar com os estudantes o que é propagado na web, pois “quando se fala em conhecimento histórico e usos do passado, esse cuidado com as fontes de pesquisas proporcionadas pelas novas tecnologias de

comunicação redobra, carecendo uma maior atenção” (Farias, p.34, 2021).

Para analisar as possibilidades do ensino-aprendizagem das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), o autor se embasa em Coll, Mauri e Onrubia (2010), considerando que esses pesquisadores entendem que devemos aproveitar a potencialidade dessas novas tecnologias no espaço escolar. Logo, é uma maneira de aproximar os estudantes das exigências e diminuir questões por meio de uma educação que trabalhe com ações inovadoras que possibilitem, gradualmente, o protagonismo do docente e estudantes. Assim, como a maioria das dissertações que trabalham com essa temática, o autor cita Rüsen (2001), trabalhando na perspectiva da consciência histórica.

Por fim, como produto da dissertação, o autor propôs uma oficina com estudantes da 2ª Série do ensino médio, mas que pode ser aplicada em qualquer etapa de ensino e percebeu que o *podcast* ainda é um recurso de mídia pouco utilizado no contexto escolar, mesmo que em ascensão no mundo virtual. Ainda é necessário explorar mais esse recurso para que possamos por meio dessa ferramenta agregar e melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Foi percebido que trabalhar com novas metodologias ativas atraem a atenção do estudante para o estudo dos conteúdos de história e quando elas envolvem ferramentas digitais, o ensino geralmente se torna mais dinâmico e interativo, podendo desenvolver uma aquisição de um conhecimento mais expressivo.

Seguindo o formato anterior, na dissertação de Alessandro Guntzel (2022), “Agência histórica: uma abordagem por meio do *podcast storytelling* no Ensino de história”, o autor trabalhou com o *podcast* em formato de *storytelling* numa perspectiva da agência histórica e, para chegar aos resultados esperados, utilizou o conceito de decolonialidade e a metodologia da história oral. O autor identifica onde sua escola está localizada e estabeleceu como meta analisar a narrativa dos estudantes e da comunidade local, entendendo como eles percebem o contexto histórico da fundação do bairro Guajuviras em Canoas, no Rio Grande do Sul. Dessa forma, Guntzel (2022) investigou como o *storytelling* pode potencializar o desenvolvimento do conceito de agência histórica a partir da construção da percepção histórica dos estudantes. Após realizar um breve levantamento historiográfico a respeito do *podcast*, o autor percebe que a pesquisa nesse campo, principalmente no ensino de história, ainda é embrionário.

A agência histórica é a habilidade de entender o indivíduo ou o coletivo e a condição em que estão envolvidos de modo a mudar o rumo dos acontecimentos. Guntzel (2022, p.22) entende que esse conceito compreende “as estratégias de ação de grupos e indivíduos perante as condições dadas pelas estruturas socioeconômicas, culturais ou políticas em que pesem as condições dadas por essas estruturas e a relação entre elas.” Dessa forma, Guntzel vai fundamentar a concepção de agência histórica utilizada no ensino de história por Keith C. Barton (2012), que estabelece que o professor de história deve colaborar para que os estudantes tenham a oportunidade de analisar as possibilidades de tomada de decisões levando em consideração que o ato decidir situa-se no ponto central do exercício da democracia.

Trabalhar com a metodologia proposta pelo conceito de agência histórica na sala de aula oportuniza fazer indagações referentes a quem e ao quê entendemos ser um passado relevante sobre o qual deve se chamar atenção, trata de como consideramos os feitos históricos e a repercussão das nossas escolhas, enquanto docentes, na maneira como os nossos estudantes compreendem suas alternativas e obrigações enquanto cidadãos (Guntzel, 2022, p.34). Em seguida, o autor menciona que trabalha com narrativa histórica e a maioria das dissertações desenvolvidas nessa perspectiva se fundamenta no conceito de consciência histórica de Jörn Rüsen (2001), que tem o propósito de compreender o contexto passado para que o indivíduo possa compreender a contexto da atualidade e obter uma orientação para o futuro.

Para demonstrar a perspectiva não dominante da narrativa histórica, o autor optou por adotar a concepção de decolonial de Ucha (2021), que é quando o ensino de história apresenta fortes marcas eurocêntricas, o que invisibiliza e omite determinados grupos (Guntzel, 2022).

O *podcast* em formato de *storytelling*, nesse contexto, se torna interessante para o ouvinte devido à humanização dos acontecimentos narrados. Para Guntzel:

No *storytelling* as histórias são entendidas como narrativas em que personagens buscam seus objetivos enquanto se deslocam no tempo e no espaço, sendo que suas ações possuem algum significado intrínseco e estruturante na própria história e que tudo o que está presente na narrativa é de alguma forma importante para a história (Guntzel, 2022, p.43).

Portanto, nesse entendimento, o *storytelling* é um dos mecanismos que

auxilia a construção de uma narrativa dos que tem a história “apagada”, de uma concepção de história que se inicia a partir da realidade do estudante e, por isto, essa técnica objetiva conta aquilo que realmente interessa. Guntzel utiliza noções metodológicas da história oral para que os estudantes tenham a percepção básica do fazer histórico, assim como para oferecer ferramentas para os estudantes realizarem entrevistas, ainda que o resultado não tenha consistido em realizar um trabalho de história oral.

Por fim, como produto, o autor criou uma oficina com sete encontros, para os quais elaborou pequenas narrativas, em que os estudantes entrevistaram uns aos outros, pensaram no roteiro, gravaram as entrevistas, selecionaram os textos e a trilha sonora, criaram roteiros e audição dos episódios gravados (Guntzel, p.49-59, 2022). Como resultado da pesquisa, o autor ressaltou que os estudantes conseguiram expor e problematizar a noção de agência histórica, quando por meio do relato oral da pessoa entrevistada, identificaram que ela é uma pessoa histórica e evidenciaram as ações tomadas por ela.

Ainda nessa perspectiva, para Guntzel, *podcast* em formato de *storytelling* é uma das maneiras possíveis de se trabalhar a noção de agência histórica, considerando que esse modelo possibilitou técnicas significativas para abordar as emoções dos indivíduos envolvidos nos episódios criados pelos estudantes, ou seja, tornou humano o evento histórico e foi percebido que o processo de ensino-aprendizagem foi divertido para ambas as partes e facilitou a relação professor-estudantes (Guntzel, 2022, p. 69-72).

Portanto, como pudemos analisar no primeiro capítulo, o *podcast* tem aos poucos se consolidado como um recurso didático no ensino de história, devido a fatores como: produção de baixo custo, mídia popular e por possibilitar o desenvolvimento de diversos formatos. Desse modo, é importante realizar conexões com o *podcast* para investigarmos o quanto essa mídia pode potencializar o ensino e, para além disso, entender como usá-la na prática didática no ensino de história, de modo que seja eficaz. A partir do exposto compreendemos ser o *podcast* uma ótima ferramenta para desenvolver uma metodologia de ensino e aprendizagem voltada para o entendimento do mundo do trabalho. Como demonstraremos nos capítulos 2 e, em forma de produto, no capítulo 3.

## **CAPÍTULO 2 – CURRÍCULO, LIVRO DIDÁTICO E *PODCAST***

Neste capítulo, analisaremos a influência do Novo Ensino Médio nos currículos dos estados da Paraíba e de Pernambuco, com foco na disciplina de história, e faremos uma análise nas semelhanças e diferenças. Além disso, analisaremos a abordagem do livro didático do Novo Ensino Médio em relação às questões trabalhistas no Estado Novo e no Governo Temer, bem como os podcasts que tratam desses temas.

Estivemos recentemente em um período histórico extremamente difícil. Em várias regiões do mundo, após a crise mundial de 2008, o neofascismo avançou<sup>35</sup> e, concomitantemente, isso reverberou na América Latina, especificamente no Brasil, com a eleição de governos neoliberais e de extrema-direita<sup>36</sup>.

Foi nesse contexto que ocorreu a mudança do currículo do ensino médio e da estrutura das disciplinas da formação básica geral.

Após o impeachment da presidente Dilma, em 2016, e a ascensão de Michel Temer ao poder no Brasil, o impacto foi ter em pauta a reforma da previdência e a reforma trabalhista. Esta última aprovada em 2017, legitimando a flexibilização dos direitos trabalhistas. Outro avanço da política neoliberal foi a aprovação da PEC 241, que limitou os gastos públicos por 20 anos.

A crise política atrelada a crise econômica e a política neoliberal suscitou o avanço da extrema-direita<sup>37</sup> no Brasil por meio da eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A população descredibilizou a política, muito pela mídia corporativa, que endossou em seus discursos, o neoliberalismo e pelas *fake news* espalhadas em grupos de *whatsapp* estrategicamente organizados por temas. No Governo Bolsonaro a imprensa era atacada corriqueiramente, o então presidente se colocava como um líder principal, quase sempre flertou com práticas autoritárias além de desenvolver uma polaridade que ocasionou uma escalada de violência

---

<sup>35</sup> De acordo com Lowy (2019), podem ser considerados neofascistas, líderes, partidos e/ou governos que apresentam semelhanças consideráveis com o fascismo clássico da década de 1930.

<sup>36</sup> Entende-se como uma política neoliberal aquela que diminui o máximo possível os direitos de uma sociedade, agravando a desigualdade social.

<sup>37</sup> De maneira geral, a extrema-direita é uma posição política localizada no extremo oposto do espectro político da direita. Ela é caracterizada por diversos traços, como nacionalismo extremo, autoritarismo, xenofobia, oposição ao multiculturalismo e, em alguns casos, simpatia pelos regimes autoritários ou totalitários. O termo ganhou notoriedade no século XX, especialmente devido à ascensão do fascismo na Europa (Campos, 2023).



por meio da flexibilização das armas atrelado ao seu discurso. No primeiro ano do seu mandato, o presidente manteve a política econômica do governo Temer e aprovou facilmente a reforma da previdência.

A crise pandêmica do coronavírus em 2020 deixou latente as desigualdades sociais no Brasil. Assim como ocorreu em diversos locais do planeta, nacionalmente as empresas tiveram que manter as portas fechadas, que acabaram impactando significativamente a renda das famílias de baixa renda, tendo em vista que o governo aprovou um auxílio com aproximadamente meio salário-mínimo.

O isolamento social promoveu transformações econômicas severas imediatas, com a parada obrigatória de inúmeros setores, modificou nossa relação com a arte, devido à ausência do compartilhamento presencial de experiências de fruição e, no caso da educação, promove desconstruções sob a forma como o ensino e a aprendizagem são vistos socialmente. (Arruda , 2020, p.258)

Essas mudanças significativas na estrutura do governo, sob o ponto de vista político-econômico, e o surgimento da pandemia, criaram desafios para a sociedade enfrentá-los. Na educação não foi diferente, pois ao ser implantado aulas remotas síncronas e assíncronas, o governo brasileiro ao reconhecer que não era possível manter a quantidade de duzentos dias letivos por ano, porém optou em manter a carga horária de aulas. Pareceres<sup>38</sup> publicados no Diário Oficial da União reconheceram as fragilidades e diferenças na sociedade brasileira, que vão da proficiência à taxa de matrícula, dependendo da particularidade de cada região e, sobretudo, por conta dessa diferença regional, às condições de acesso ao mundo digital para os estudantes (Cury, 2020).

Nos domicílios de milhares de famílias ocorreu, como afirma Traversini e Lockmann (2022), uma invasão da escola na rotina doméstica, uma vez que as atividades escolares passaram a ser realizadas em casa. As questões culturais realizadas pela internet, as compras de suprimentos e de quaisquer produtos também. Essa invasão da escola tirou a dinâmica de movimentação de milhões de estudantes que se movimentavam semanalmente para a escola, a questão da sociabilidade e principalmente a falta de um profissional da educação presente fisicamente no ambiente, que deixou escancarada a importância da figura do professor. Portanto, descobre-se o valor das TDICS, bem como, a necessidade

---

<sup>38</sup> Pareceres: CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020; CNE/CP nº 9/2020, aprovado em 8 de junho de 2020; CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020.

dos profissionais da educação terem formação continuada para a educação contemporânea.

Em 2021, a situação da covid-19 ficou mais amena devido à imunização tardia da população pelo governo, após uma série de calendários que priorizaram determinados grupos de indivíduos por serem mais suscetíveis ao vírus. Desse modo, começa a ser discutido pelo Congresso Nacional e pela sociedade a possibilidade de um retorno gradual do ensino presencial nas escolas. Não obstante, em agosto do mesmo ano foi homologado o parecer CNE/CP nº 6/2021 que regulamentou o ensino híbrido, assim como o seguimento das normas sanitárias necessárias para que todos retornassem em segurança. O documento foi respaldado por experiências que tiveram êxito em outros países.

No ano seguinte, entrou em vigor o Novo Ensino Médio (NEM)<sup>39</sup>, instituído pela Lei 13.415 de 2017, que formalizou um currículo flexível. Frequentemente, em 2022, os estudantes que esperavam escolher seu itinerário<sup>40</sup> com o objetivo de se conectar com a carreira que desejam seguir, foram confrontados com disciplinas que consideravam desnecessárias e tiveram que enfrentar a redução da carga horária de diversas disciplinas da Formação Geral Básica.

Outro desafio do NEM foi o aumento da carga horária anual. Para a maioria dos estudantes de escolas públicas, passar mais tempo na escola pode resultar em evasão escolar, uma vez que o perfil do aluno, que geralmente é de baixa renda, precisa conciliar os estudos com o trabalho para complementar a renda familiar. Além disso, existe uma disparidade enorme das escolas de diferentes estados e das escolas do mesmo estado.

Então, a questão da estrutura das escolas é um grande problema que impossibilita a integralidade da formação do estudante, que, na prática, não terá a liberdade de escolher um itinerário formativo, sendo convidado a escolher aquilo que está disponível na escola, ainda que não esteja relacionado com sua escolha. Essa desigualdade foi ampliada, justamente, por causa dessas

---

<sup>39</sup> Esta lei propôs o aumento da carga horária do ensino médio que antes era no mínimo 800h anuais e que deve passar para 1000h semanais. As disciplinas da base nacional curricular comum serão divididas por áreas de ensino (linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas). Um ponto considerável é a inclusão dos itinerários formativos, propostos pelos sistemas de ensino, que segundo o Ministério da Educação, é um conjunto de disciplinas, oficinas, projetos e outras circunstâncias de trabalho, que os estudantes poderão selecionar.

<sup>40</sup> Os Itinerários Formativos são os diversos conteúdos, projetos, oficinas, núcleos de estudo e outras opções de trabalho que os estudantes podem escolher no ensino médio.

problemáticas. Portanto, os estudantes de escola pública foram impactados negativamente, primeiro porque não tiveram a liberdade de escolha devido à baixa oferta de itinerários, segundo porque tiveram uma diminuição da carga horária da FGB, e, com efeito, vivenciaram essa desigualdade. Nessa situação, faremos uma comparação entre as Propostas Curriculares do Estado da Paraíba e da Proposta Curricular do Estado de Pernambuco.

## **2.1. PROPOSTAS CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO NA PARAÍBA E EM PERNAMBUCO E O NOVO ENSINO MÉDIO.**

Durante a realização desta pesquisa, eu ministrava aulas de história na Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) Abreu e Lima, localizada no bairro do Renascer II, na cidade de Cabedelo<sup>41</sup>. Porém, em julho de 2023 fui chamado no concurso público para professor efetivo do estado de Pernambuco e minha rotina de trabalho teve que mudar drasticamente. Atualmente, ministro aulas de história na Escola de Referência Benigno Pessoa de Araújo<sup>42</sup>(EREMBPA), localizada no bairro do Centro, na cidade de Goiana–PE. Em consequência disso, por vivenciar duas estruturas de ensino semelhantes, mas que têm suas singularidades, compararemos como as propostas curriculares do ensino médio de ambos os estados se readequou após o NEM.

A Paraíba, em seus 223 municípios, apresenta realidades diversas em suas localidades e isso precisa ser respeitado. São zonas rurais, urbanas, comunidades indígenas, quilombolas, ciganas, praieiras,

---

<sup>41</sup> O conjunto do Renascer II carece da atenção do poder público. Não tem saneamento básico, muitos moradores residem em moradias precárias, no qual, a maioria é invadida e, portanto, boa parte dos jovens, que estão em idade escolar, vivem em situação de vulnerabilidade social. Nas atividades ilegais e/ou não regulamentadas, a pesca, a destinação do lixo no mangue, e a frequente prática do tráfico de drogas, assaltos, furtos e outras criminalidades na região. Ressaltamos, que o conjunto Renascer II faz parte do bairro do Renascer, em que se encontram em dificuldades parecidas, no sentido socioeconômico e de infraestrutura (Souza, 2007). Além disso, a comunidade apresenta um alto índice de analfabetismo, devido à necessidade de trabalhar desde a infância na atividade pesqueira no rio Jaguaribe para auxiliar na renda familiar colaborando com o afastamento das salas de aula (Silva, 2011).

<sup>42</sup> A EREMBPA, por está localizada geograficamente no início do Centro da cidade de Goiana e muito próximo da BR 101, recebe estudantes de vários bairros, distritos diferentes e das cidades que faz divisa com a Paraíba. A cidade é dividida por três distritos, Sede, Tejucupapo e Ponta de Pedras. Apesar da cidade ter a oitava economia do estado de Pernambuco, isso não se reflete na sociedade goianense. Goiana é uma espécie de cidade de passagem, por ser ter vários caminhos que a conecta com várias cidades de regiões diferentes, inclusive pela sua divisa com o estado da Paraíba.

O público da EREMBPA, são de jovens vulneráveis que, em muitos casos, precisam intermediar entre a escola integral e o trabalho. Arelado a essa questão, todos os distritos de Goiana sofrem com o crime organizado e o tráfico de drogas. Disponível em: <https://goiana.pe.gov.br/o-municipio/historia/> . Acesso em: 13 out. 2023.

ribeirinhas e não há um parâmetro único para delimitar uma metodologia de ensino que abarque tantas realidades.[...] Assim, entende-se que cada aula é especialmente única, com suas próprias características e deve ser pensada e planejada de acordo com as realidades e juventudes, suas respectivas diversidades e necessidades observadas nos/as estudantes que irão recebê-la. (Paraíba, 2020, p.30)

Considerando a particularidade de cada região do país, a BNCC não delimitou as disciplinas de cada série do Ensino Médio. Por essa razão, cada Estado elaborou sua Proposta Curricular. Em dezembro de 2020, a Secretaria de Educação apresentou a Proposta Curricular do Ensino Médio do Estado da Paraíba (PCEMPB).

### **2.1.1. A PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DA PARAÍBA**

O PCEMPB<sup>43</sup> foi construído coletivamente pelo período de dois anos e contou com a participação da comunidade escolar, consultas públicas, sendo escrita por professores da rede estadual da Paraíba. Ela é um documento que, em sua construção, deixou acessível que as redes de ensino público e privado complementem seus currículos com projetos pedagógicos.

Como documento referencial para a produção de currículos locais, o PCEMPB segue a seguinte estrutura:

- Ensino Regular: com matriz curricular de 3.000 horas anuais, apresenta uma proposta pedagógica voltada para a formação cidadã por meio de estudos propedêuticos que compõem a formação geral básica do estudante, elementos de base diversificada e flexível e a possibilidade de aprofundamento com os itinerários formativos em Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática, Ciências Naturais e suas Tecnologias e a Formação Profissional e Tecnológica articulada à escolha do projeto de vida dos estudantes;
- Ensino Integral: com matriz curricular superior a 3.600 horas anuais, apresenta uma proposta de formação integral por meio de estudos propedêuticos que compõem a formação geral básica e elementos de base diversificada e flexível com a oferta dos itinerários propedêuticos por área do conhecimento em diálogo com o projeto de vida dos estudantes;
- Ensino Integral Técnico: com matriz curricular de 4.200 horas anuais, apresenta formação geral básica propedêutica, uma parte diversificada que permite o diálogo entre a formação geral básica propedêutica e a

---

<sup>43</sup> Em 2015, a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, mediante o Decreto nº 36.408/2015 e o Decreto nº 36.409/2015 deu início a implantação das Escolas Cidadãs Integrais. O propósito geral para orientar as atividades escolares foi estabelecido para capacitar estudantes que se tornem protagonistas, agentes sociais e produtivos, com habilidades, princípios e habilidades voltadas para o pleno desenvolvimento social e preparação para exercer a cidadania. (PARAÍBA, 2020, p. 26).

parte flexível de Formação Profissional e Tecnológica a ser definida pelas unidades escolares em diálogo com a realidade local e o projeto de vida dos estudantes;

- Ensino Regular Técnico e Profissional com matriz de 3.000 horas anuais ou superior, considerando os interesses dos estudantes, a realidade local e as condições de oferta e infraestrutura da unidade escolar. Apresenta uma formação geral básica propedêutica e uma base de formação para o mundo do trabalho, articuladas com trilhas de Formação Profissional que devem ser orientadas a partir dos projetos de vida dos estudantes e as realidades locais. (Paraíba, 2020, p.42)

É perceptível que a Formação Geral Básica é comum em todas as modalidades de ensino médio, assim como a formação de aperfeiçoamento com os Itinerários Formativos (IF), os quais são a parte diversificada e podem ser incorporados de diversas maneiras aos currículos locais, de acordo com o NEM.

No PCEMPB, observamos que o componente curricular de história é reconhecido como ciência, com metodologias próprias, habilidades e objetivos específicos apropriados para a educação básica. Portanto:

“[...]o objetivo precípua do currículo de História é possibilitar ferramentas por meio das quais o estudante possa se reconhecer na sua historicidade, como autor e sujeito histórico, fortalecendo-se na sua construção identitária e posicionando-se, de forma crítica, no mundo.” (Paraíba, 2020, p. 398)

Outrossim, o documento recomenda que o professor de história utilize fontes históricas, o debate sobre patrimônio histórico, bem como a educação patrimonial. Estes conceitos foram propostos para serem trabalhados nas três séries do ensino médio, com o objetivo de promover o conhecimento e a reflexão crítica por meio da investigação, uma das competências das ciências humanas. Além disso, o trabalho com esses conceitos estimula o interesse e a investigação, através de atitudes coerentes, éticas e responsáveis, como parte de uma construção cidadã (Paraíba, 2020, p.399).

Outro aspecto importante do documento foi estimular que o ensino de história não seja meramente conteudista, valorizando a construção de experiências, do conhecimento e de uma consciência histórica. A proposta é trazer as vivências dos estudantes e aproximá-las do conhecimento histórico, para fazer com que a disciplina de história faça sentido na sua vida.

Essa estratégia didático-pedagógica evita que a História caia no erro do “encastelamento”, ou seja, do distanciamento das vivências concretas dos/as jovens e do consequente esvaziamento de significado. Assim, o professor tem um importante papel ao mediar a compreensão das

conexões entre acontecimentos passados, fatos e interpretações do presente e repercussões no futuro, facilitando a construção de sentidos ao longo do processo formativo escolar. É necessário, portanto, que haja a presença da subjetividade, da memória e das narrativas individuais na construção coletiva dos saberes históricos trabalhados na escola. (Paraíba, 2020, p.399)

O documento aborda como a educação deve lidar com as tecnologias digitais em diversas áreas da sociedade, como o trabalho, a escola e as relações sociais. Dessa forma, demonstra-se a necessidade de letrar, ou seja, de preparar o jovem para as mídias digitais, pois, como já foi mencionado, essa realidade existe e não podemos simplesmente ignorar, mas sim buscar alternativas para potencializar essas novas ferramentas.

Nesse aspecto, a PCEMPB também salienta a relevância das Ciências Humanas como capacidade de desenvolvimento do indivíduo a partir da singularidade e o pertencimento à coletividade. Portanto, o uso adequado das tecnologias pode ser um elemento importante para a preparação para o mundo do trabalho e “é fundamental que haja estímulo à alfabetização e cidadania digital<sup>44</sup>, com base em uma pauta inclusiva para jovens e adultos” (Paraíba, 2020, p.394). É nesse sentido que o *podcast*, pode ser tornar um caminho para o letramento e a cidadania digital.

Por fim, o documento definiu uma “Organização Curricular” da disciplina de história dividida em três quadros com as três séries do ensino médio, no qual a 1ª Série inicia com a Pré-história a Idade Média, na 2ª Série trata-se do período da modernidade e a 3ª Série dos conteúdos definidos sobre a história contemporânea.

#### A respeito dos Itinerários Formativos:

“[...]é considerado, pois, tudo o que não for FGB, circunscrevendo 1.200 horas da parte flexível do currículo, com foco na mobilização de competências e habilidades voltadas para eixos estruturantes complementares que contribuem para o desenvolvimento de uma formação humana e integral, a saber: Aprofundamento das Áreas de Conhecimentos da FGB, além de Projeto de Vida (PV), Formação Técnica Profissional (FTP) e Eletivas. Os IF, portanto, são elementos norteadores e mediadores das escolhas, buscas e desejos dos

---

<sup>44</sup> O conceito de cidadania digital surgiu com o advento da internet e das novas ferramentas digitais que fazem parte do cotidiano das pessoas. A prática da cidadania digital diz respeito ao uso responsável da tecnologia e das ferramentas tecnológicas no ambiente virtual. No século XXI, essa habilidade é essencial para, entre outras tarefas, proteger informações, entender como se comportar online e filtrar a variedade de conteúdos disponíveis.

estudantes, tornando o Novo Ensino Médio um leque de opções para que eles possam perceber e se perceberem como parte do seu processo formativo. (Paraíba, 2020, p.433)

Se tratando dos IFs de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas intitulado: Diversidade Humana (Diversidades, Direitos e Culturas) que também contempla Projeto de Vida<sup>45</sup> e Eletivas. Dentro do IFs são formadas Unidades Curriculares. Na prática, observamos que essas disciplinas trabalham questões já discutidas nas disciplinas de humanas da FGB, como ética, diversidade cultural, espaço geográfico, sociedade, entre outras. Ainda nesse questionamento, podemos perceber que na PCEMPB (2020) está firmado que os Itinerários objetivam:

- Aprofundar e ampliar as aprendizagens da educação básica;
- Consolidar a formação integral por meio do fomento à autonomia;
- Promover valores universais, tais como ética, liberdade, justiça social, democracia e sustentabilidade; e
- Desenvolver habilidades que envolvam a ampliação de visões de mundo e a tomada responsável de decisões. (Paraíba, 2020)

No entanto, ao analisarmos o perfil dos docentes que podem ministrar esses itinerários, constatamos um problema: a formação mínima exigida para ministrar essas disciplinas é a licenciatura na área de humanas ou pós-graduação na área de humanas. Portanto, abre uma lacuna para o preenchimento de profissionais, com licenciatura plena em outras áreas, ministrarem aulas do itinerário de humanas. Na prática, o que ocorre é uma diminuição na carga horária do professor de história e, posteriormente, a redução do quadro de profissionais na área de humanas.

Então, não é incomum, por exemplo, um professor com formação em licenciatura em outra área e com pós-graduação na área de humanas. O professor não teve uma formação de questões específicas discutidas na graduação e, evidentemente, não temos como “medir” isso, mas significativamente o que ocorre é menos vagas para concursos de professores na área de humanas, podemos perceber isso em diversos editais publicados até o momento, inclusive a ANPUH<sup>46</sup> tem condenado essa prática, ilegal, da não

---

<sup>45</sup> A disciplina de Projeto de Vida é essencial para incentivar o estudante a construir sua trajetória profissional, visando sua inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, é importante que o estudante reflita sobre o seu estágio atual, o objetivo a ser alcançado e a forma de atingir esses objetivos. Assim, as disciplinas, projetos e todas as ações pedagógicas devem estar integradas para que o aluno, a partir dos seus sonhos e desejos, alcance o seu objetivo. (Paraíba, 2020)

<sup>46</sup> ANPUH. Nota da Associação Nacional de História sobre a MPV 746/2016. 2016. Disponível

exigência de formação em licenciatura em história para ministrar aulas de história, assim como, concursos que não tiveram vagas ou tiveram pouquíssimas vagas para área de humanas.

É possível inferir que o PCEMPB reconhece que o progresso tecnológico ocorrido desde o início do século XXI tem impactado significativamente a educação e que a utilização adequada dessas tecnologias digitais possibilita a elaboração do projeto de vida do estudante, o que é crucial para sua preparação profissional.

### **2.1.2. A PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DE PERNAMBUCO**

Ao analisarmos o NEM em Pernambuco podemos afirmar que o Estado foi precursor na implementação das escolas integrais. Desde a década de 1990, Pernambuco entrou na onda neoliberal, devido aos governos alinhados a essa ideologia. O discurso de modernização e qualificação da mão de obra estava em alta. Assim sendo, os grupos empresariais começaram a atuar em diversas áreas, incluindo a educação, e, por conseguinte, alinharam seus interesses em parcerias com as instituições de ensino públicas (Silva, 2021).

No final dos anos 1990, o então Governador Jarbas Vasconcelos, do MDB (1998-2006), iniciou um novo modelo educacional, alinhando a uma educação neoliberal com parceria público-privada, criou o Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), que foi o ponto inicial desse processo, no qual se intermediou entre o Instituto de Co-responsabilidade pela Educação (ICE) e o Estado de Pernambuco.

As CEEGPs foram ampliadas por meio da criação do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (Procentro). Em 2004, iniciou uma nova fase no qual essas unidades do Procentro tiveram critérios específicos de gestão, criação de centros em outras regiões do estado, além de, normatização nas formas de ingresso de professores, estudantes, gestores, com foco na gestão por resultados. Esse processo não foi alheio a sociedade e vários grupos sociais, principalmente dos profissionais da educação que alertavam que



esse processo estava encaminhando para a privatização da educação pública de Pernambuco.

As críticas visavam a atuação direta da iniciativa privada na gestão do modelo gerado em parceria com o ICE, desde a criação do Procentro, em 2004, até a criação do Programa de Educação Integral - PEI, em 2008, quando teve fim a cooperação entre governo estadual e o referido instituto, ficando a cargo da Secretaria Estadual de Educação - SEE - PE a coordenação geral das ações. (Lima, 2022, p.319)

Durante o governo de Eduardo Campos (2007 - 2010), através da Lei Complementar no 125/2008, foi criado o Programa de Educação Integral - PEI, que foi ampliado com mais intensidade nos dois mandatos de Paulo Câmara (2015-2022). Os CEEGPs passaram a ser denominados de Escola de Referência em Ensino Médio (EREMs), que se tornou política pública expandida por todo o estado de Pernambuco. A EREMs ficaram reconhecidamente como parceria público-privada, atrelada a questão do aumento da carga horária e a flexibilização do currículo, com disciplinas diversificadas, se tornaram um modelo para outros estados, a exemplo da Paraíba<sup>47</sup> e, também, foi tomado como base para a reformulação do Novo Ensino Médio, pelo Ministério da Educação, comandado pelo então Ministro Mendonça Filho, em 2017. Portanto, o estado de Pernambuco foi um dos primeiros estados a implantar esse modelo, sendo visto como um projeto exitoso chamado a época de modernização da educação, devido à flexibilidade do currículo.

Em todo o Brasil o NEM foi implantado em 2022, começando pela 1ª Série do ensino médio e avançando gradativamente até 2024, quando todas as séries do ensino médio implantaram, efetivamente, o currículo do NEM.

O impacto significativo do NEM em Pernambuco foi o aumento da carga horária e os Itinerários Formativos (IF). As escolas integrais já estavam executando essa flexibilização no currículo, com as disciplinas eletivas, projeto de vida e estudo orientado, além da carga horária de 9h/a semanais. Contudo, o NEM deixou a cargo para que cada rede de ensino criasse suas disciplinas, com a justificativa de que cada local tem sua particularidade. O problema é que essa flexibilização, na prática, resultou em uma defasagem nas disciplinas da BNCC,

---

<sup>47</sup> Na Paraíba a escola integral usa outro nome (Escola Cidadã Integral - ECI), mas a base foi um reflexo do modelo pernambucano.

exceto matemática e português, que praticamente não ocorreu nenhuma mudança em relação à carga horária.

De forma geral, a rede estadual de Pernambuco se dividiu, em seu documento, em quatro campos. No primeiro campo são retratados a concepção e construção do currículo, formação de professores e processos avaliativos. No segundo campo, são retratadas a questão da identidade e dos sujeitos do ensino médio, e, desse modo, o percurso do ensino médio no Estado. Os dois campos finais são dedicados a estruturação do currículo, no qual são expostos à Formação Geral Básica, os Itinerários Formativos e as trilhas<sup>48</sup>, essa última compõe os IFs de cada área ou várias áreas.

O Novo Ensino Médio definiu que todas as escolas implantassem obrigatoriamente o Projeto de Vida (PV). Apesar dessa discussão não ser nova<sup>49</sup>, ela ganhou notoriedade a partir da Lei 13.415/2017, que reformulou o Ensino Médio no Brasil. Segundo a BNCC (2018), o PV é estabelecido como algo que:

[...] os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constranger seus desejos.

Baggio e Silva (2023), citam que o PV só foi estabelecido como eixo central da BNCC a partir da homologação de 2018, no qual todas as redes de ensino deveriam de alguma forma estabelecer como centralidade o PV. Como todas as disciplinas devem estar alinhadas ao PV do estudante, foi a partir dessa discussão em sala de aula que surgiu o meu objeto de pesquisa.

Quanto ao uso de tecnologias digitais no ensino, a PCEMPE, logo na sua introdução, destaca os impactos das tecnologias na sociedade e que isso impulsionará novos olhares, novos conceitos, e novas posturas no âmbito educacional. Portanto, é colocar a escola como lugar que deve se adequar aos novos valores culturais que a sociedade vem experimentando.

As tecnologias digitais de informação e comunicação, além das tecnologias assistivas, favorecem novas situações de aprendizagem, possibilitando ao estudante, por meio de seu uso, acessar e propagar

---

<sup>48</sup> As trilhas são áreas que compõem os Itinerários Formativos. Essas áreas podem ser de: Ciências da Natureza, Linguagens, Ciências Humanas e Matemática.

<sup>49</sup> Alguns estados como Paraíba e Pernambuco já tinham estabelecido na rede estadual, nas escolas integrais, a disciplina de PV para ser trabalhada como o foco dos modelos de ambos os estados.

informações que possam servir de ferramentas para o desenvolvimento de competências transversais para a aprendizagem colaborativa, motivando o protagonismo e práticas autorais. (Pernambuco, 2021)

Os estudantes devem ter conhecimento (incluindo a aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, saber fazer (utilizando esses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) para lidar com questões complexas da vida diária, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Sendo assim, o documento enfatiza a relevância do desenvolvimento de elementos fundamentais para o exercício pleno da cidadania, do aprofundamento dos estudos e da integração do mundo do trabalho na formação dos estudantes de acordo com o projeto de vida de cada um.

## **2.2. DIREITOS TRABALHISTAS NA ERA VARGAS.**

No Brasil, quando nos referimos aos direitos trabalhistas, imediatamente nos referimos à Era Vargas (1930-1945), uma vez que isso se reflete no discurso historiográfico, que, por sua vez, é reproduzido nos materiais didáticos. Dessa forma, analisaremos essa ascensão dos direitos trabalhistas na Era Vargas e como essa temática é trabalhada no ensino de história, por meio do livro didático e do *podcast*.

Desde o início do século XX, não existia um interesse político do Estado liberal para regulamentar as relações entre o capital e o trabalho, pois sua política era a não intervenção na esfera privada. Não era incomum o empresariado relutar a respeito de ceder qualquer tipo de “benefício” ao empregado.

Apesar dessa problemática, o movimento operário organizou muitas greves entre 1918 e 1930, ocasionando no ganho de uma série de leis<sup>50</sup> que bem

---

<sup>50</sup> Na Primeira República existiam poucas leis trabalhistas e as poucas que existiam foram resultados de muitas greves realizadas pelos trabalhadores. Vale ressaltar que apesar de pouco articulada, a classe trabalhadora no Brasil tinha o costume desde o final do século XIX de reivindicar melhorias, sobretudo a redução da carga horária de trabalho para 8h diárias.

- 1919 - Lei de Acidentes de Trabalho
- 1923 - Conselho Nacional do Trabalho; Lei de Estabilidade no Emprego; Lei de Pensões e de Aposentadoria; Em 1926 essas leis foram estendidas para os empregados do setor portuário.
- 1925 - 15 dias de férias para comerciários e em seguida estendida para todos os trabalhadores.

ou mal passaram a estar vigentes. Essas leis não eram divulgadas, e, portanto, muitos trabalhadores se quer reivindicavam um direito que lhe pertencia, simplesmente por não ter o conhecimento da legislação. Além disso, os empregadores, com a visão liberal, se recusaram a cumpri-las. Na prática, até 1930, no Brasil não existiam direitos trabalhistas (Giannotti, 2007).

Além dessas medidas, o Estado brasileiro, por meio do Congresso Nacional e por pressão das oligarquias, investiram em criar leis para expulsar os estrangeiros e acabar com os sindicatos, visando extinguir qualquer tipo de mobilização que pudesse sair do controle (Giannotti, 2007).

A pesquisadora Betat (2005) afirma que, até 1930, a capacidade de articulação dos empregadores, mão de obra abundante, dispersa geograficamente e pouco especializada e, por fim, grande número de pessoas disputando uma vaga, fazia com que os trabalhadores não quisessem arriscar ficar sem trabalho, visto que tinham noção de que era difícil. Esses diversos fatores dificultaram o êxito das mobilizações dos trabalhadores.

Pouquíssimos políticos ousaram atender as reivindicações dos trabalhadores. Assim sendo, durante toda a Primeira República, a política de diversos governos permaneceu a mesma, ou seja, ignoravam as demandas dos trabalhadores e sempre recorriam à repressão contra qualquer tipo de manifestação.

A situação econômica sofreu uma alteração na Era Vargas, uma vez que, a partir daquele período, o Estado começou a intervir na economia, ao contrário da Primeira República. Após a crise econômica iniciada em 1929, o Estado teve que intervir de forma direta na economia para conter as consequências dessa crise.

No âmbito trabalhista, está enganado quem pensa que Getúlio Vargas, no Governo Provisório (1930-1934), deu sinais de atenção às reivindicações dos trabalhadores visando apenas a questão social. A nova burguesia industrial necessitou de estabilidade e ordem para manter os seus negócios. Contudo, a mentalidade ainda era do período antecedente, a década de 1930, quando qualquer contestação se resolveria no chicote, conforme prática dos coronéis.

---

• 1927 - Código de menores.

Eram necessários outros instrumentos somados a repressão institucional, portanto, as leis trabalhistas.

Ainda que a burguesia industrial não tenha aceitado de início essa ideia, do Governo Provisório até o Governo Constitucional (1934-1937) ela muda de pensamento e começa a entender que a longo prazo essas leis trabalhistas seriam úteis.

Foi pensando em logo prazo que, gradativamente, a burguesia mudou sua postura quanto ao tratamento que era dado ao movimento operário. A ordem agora era ganhar os trabalhadores pela cooptação. Ganhá-los para a ideia de colaboração entre as classes. O discurso dominante da época pregava: "Harmonia entre Capital e Trabalho". (Giannotti, 2007)

Essa aceitação da burguesia industrial foi realizada de forma gradual, contudo, mesmo diante disso, a realidade é que muitos empregadores brasileiros ainda não admitiam a ideia dos trabalhadores terem direitos, e, sobretudo, que eles deveriam cumpri-los.

É certo afirmar que essas lutas foram fragmentárias, difíceis e conseguiram poucos resultados imediatos, até porque o Estado não dispunha de instituições para garantir a aplicação das leis. Mas elas existiram e os avanços que os direitos sociais tiveram no Brasil do pós-1930 não devem ser analisados fazendo-se tábula rasa de tudo o que foi conseguido anteriormente. É preciso ter clareza de que o período da Primeira República não foi o de um vazio organizacional, durante o qual a população desconhecesse formas de associação e luta por direitos. Em um certo sentido, quando se reforça essa visão, assume-se o discurso dos ideólogos do pós-30, que construíram uma imagem negativa dessa experiência republicana para legitimar uma proposta de Estado forte, associado autoritarismo a direitos do trabalho. (Gomes, 2002, p.21-22.)

Diante disso, as greves ou experiências de greves, de certo modo, também ocorreram no regime do Estado Novo (1937-1945). Ao ter adotado um governo centralizador aos moldes do fascismo europeu, Getúlio Vargas se concentrou nas pautas trabalhistas. A intervenção do governo nas questões trabalhistas se deu para regulamentar as relações de trabalho, gerando possibilidade ao desenvolvimento do capital, que estava travado. Reduzir as pressões dos trabalhadores e responder às exigências da OIT e, além disso, foram criadas leis e regulamentações pretendendo controlar os sindicatos.

O governo colocou os trabalhadores no protagonismo de suas demandas. O exemplo claro dessa situação foi toda uma política voltada para o benefício dos trabalhadores. Contudo, não podemos pensar que foi um período apenas vitorioso e de bons ventos para a classe operária. Vargas criou uma imagem do

homem trabalhador, que deveria ser um exemplo a ser adotado e, nesse caso, não havia ambiente para qualquer motim ou objecção. A negativa das greves decorre do fato de que, consoante a perspectiva do governo, violam a lógica do trabalho e questionam o progresso das instituições. Portanto, qualquer tipo de resistência foi reprimida pela polícia governamental.

Fazendo uma comparação com a atualidade, podemos perceber que quando uma categoria faz greve ou qualquer forma de protesto, geralmente é mal vista pela sociedade. Não é incomum a opinião pública e nas rodas de conversas, sejam presenciais como virtuais, comentários negativos a respeito disso. É sempre aquela ideia de que buscar direitos por meio de contestações é um atraso para o país é coisa de gente que não gosta de trabalhar.

Com o controle dos sindicatos e uma política voltada para os trabalhadores urbanos, no Estado Novo fazer greve era considerado prejudicial à sociedade, portanto, era errado. No entanto, muitos trabalhadores resistiram e paralisaram suas atividades a fim de melhorar suas condições de trabalho.

O pesquisador Siqueira (2015) afirmou que existe uma cultura na literatura brasileira de que não ocorreu greve no Estado Novo. Em sua análise, ele identificou que naquele período, greves pacíficas ou parciais não eram consideradas graves e que essa ausência de greves nos periódicos de maior circulação, talvez, também tenha contribuído para o surgimento de uma crença na ausência de greves no Estado Novo. Portanto, possivelmente muitos desses movimentos contestatórios foram reprimidos pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e pela polícia governamental, para passar a imagem de que tudo está sob controle e não instigar possíveis outros movimentos. Sendo assim, no próximo tópico discutiremos como esse tema está no livro didático.

Compreendemos que o uso de novas tecnologias e recursos digitais para a educação pode ser benéfico, no entanto, devemos avaliar um instrumento pedagógico essencial nas escolas brasileiras, o livro didático. Sendo assim, no próximo tópico analisaremos o uso do livro didático e suas possibilidades para trabalhar essa temática.

### **2.3. DIREITOS TRABALHISTAS NO GOVERNO TEMER.**

A partir dos anos 1990, após a crise do sistema capitalista, houve uma reestruturação do sistema que incentivou o acúmulo flexível de capital, a terceirização dos serviços, o emprego de tecnologias inovadoras, entre outras questões (Antunes, 2009). Na esfera política-ideológica, houve um alinhamento do Estado com a política neoliberal, resultando em mudanças trabalhistas recentes, enfraquecimento dos sindicatos e degradação das condições de trabalho (Ledesma, 2017).

De acordo com Avritzer (2019), a pauta neoliberal voltou com força após o esgotamento dos governos do Partido dos Trabalhadores, em 2013, e voltou ainda mais forte em 2016, culminando no impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

A crise política e a sua polarização associada às elevadas taxas de desemprego contribuíram para a proposição de reformas estruturais (trabalhista e previdenciária) como parte do programa “Uma ponte para o futuro”. Naquele momento, o capital, juntamente com a grande mídia corporativa, propagaram a ideia de que essas mudanças eram imprescindíveis para o progresso e a retomada do país. Há uma grande quantidade de pessoas desempregadas, uma taxa de inflação relativamente elevada e uma grande quantidade de desinformação transmitida pela mídia. A grande maioria concordou com este discurso. Foi nesse contexto que foi orquestrada a reforma trabalhista aprovada em 2017, numa velocidade feroz.

Ao longo do processo de aprovação da reforma trabalhista, percebemos que o primeiro anteprojeto, enviado em 2016 ao Congresso Nacional continha a alteração de apenas nove alterações. Em abril de 2017, foi enviado com mais de duzentas alterações, o que representou interesses corporativos. Aprovada pelas Câmaras dos Deputados e pelo Senado Federal em abril de 2017, a União sancionou em 13 de julho e entrou em vigor em 11 de novembro de 2017. De acordo com Severo & Souto Maior (2017), ao longo deste processo, apesar de algumas oposições, não houve uma grande mobilização dos trabalhadores e das entidades de classe em relação às alterações na CLT.

[...] o sucesso da reforma dependeu fundamentalmente do fortalecimento da representação dos trabalhadores na negociação, ponto deixado de lado na reforma. E, de imediato, causa profunda perda do poder de barganha dos trabalhadores, visto que há vários elementos na reforma que ampliam a discricionariedade do empregador sobre os contratos individuais e coletivos, como expansão do banco de

horas, jornada 12-36, indenização de intervalo de descanso, ampliação da jornada por tempo parcial, estabelecimento do trabalho intermitente, vedação da caracterização do trabalhador autônomo como empregado mesmo em caso de exclusividade e continuidade, possibilidade de terceirização irrestrita, equiparação do trabalhador hipersuficiente com o contrato coletivo, possibilidade de demissão coletiva sem autorização do sindicato, entre outros itens. Assim, ao mesmo tempo em que o ponto principal da reforma proposta é sobrepor o negociado sobre o legislado, de maneira a flexibilizar as relações de trabalho mediante a negociação entre empregadores e empregados, a reforma não se preocupa em fortalecer a associação coletiva dos trabalhadores; pelo contrário, estes tendem chegar à negociação mais enfraquecidos, na medida em que a Lei no 13.467/2017 ainda procura descentralizar ao máximo as negociações, dificultando o aumento do poder de barganha dos trabalhadores, bem como procura restringir a intervenção da Justiça do Trabalho. (Carvalho, 2017).

Sendo assim, é consenso que a reforma trabalhista foi aprovada às pressas para, sobretudo, atender às necessidades empresariais e não às necessidades dos trabalhadores, como foi divulgado pela grande mídia<sup>51</sup>.

## **2.4 LIVRO DIDÁTICO: IDENTIDADE EM AÇÃO: ÉTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

O livro didático “Identidade em ação: ética, cidadania e direitos humanos”, de Ciências Humanas e Sociais e Aplicadas”, publicado em 2020 pela editora Moderna e aprovado pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) de 2021, destinado aos estudantes do Ensino Médio.

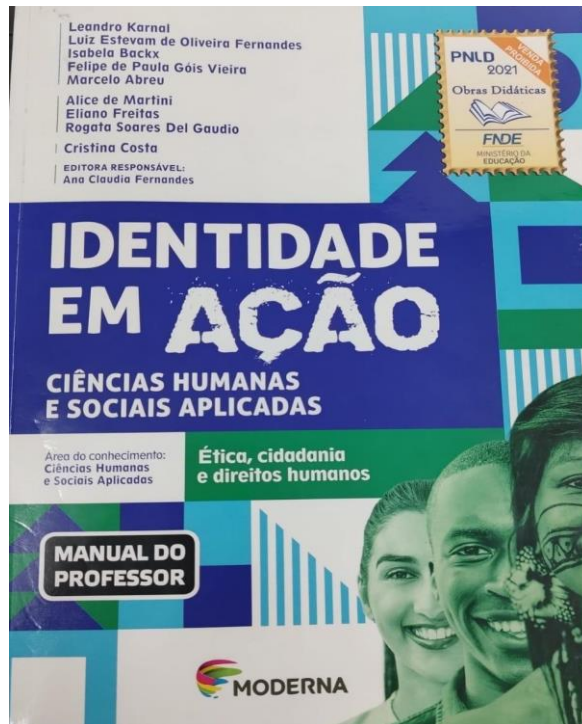
*Figura 1 - Livro didático “Identidade em ação, ciências humanas e sociais aplicadas”, V.6, 1ª*

---

<sup>51</sup> MARTELLO, Alexando. Nova lei trabalhista deve gerar mais de 6 milhões de empregos, diz Meirelles. G1, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/nova-lei-trabalhista-vai-gerar-mais-de-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles.ghtml>.



edição, da editora moderna.



Fonte: Autor, 2023.

Essa coleção, dentre outros objetivos, tem como principal razão oportunizar o aprendizado da área das Ciências Humanas, que compõem as disciplinas: Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Contudo, não se trata do nosso objetivo a análise minuciosa de cada livro desta coleção, mas visamos identificar os aspectos tecnológicos, sobretudo o *podcast* e, também, o foco nos direitos trabalhistas na Era Vargas. Os conteúdos estão divididos em 8 capítulos.

Em sua estrutura, os capítulos são introduzidos pela seção “Primeiras reflexões” que aborda o tema que será desenvolvido, incentivando reflexões que serão tratadas ao longo dos capítulos. “Conversa inicial”, outra seção presente no início de cada capítulo, é composta por algumas questões que despertam os conhecimentos prévios e levantam opiniões e hipóteses.

Na seção “Dica”, há sugestões de livros, *podcasts*, filmes, letras de música, vídeos do *Youtube*, documentos, cartas, jornais, documentários, séries, sites e outras fontes para complementar o estudo dos conteúdos e, portanto, convidando o aluno a interpretação do passado pelo ofício do historiador. Essas atividades compactuam com o estabelecido pelo Parâmetro Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Médio, que afirma a importância dos estudantes serem preparados para a pesquisa histórica, ao ressaltar que é:

Na transposição do conhecimento histórico para o nível médio, é de fundamental importância o desenvolvimento de competências ligadas à leitura, análise, contextualização e interpretação das diversas fontes e testemunhos das épocas passadas – e também do presente. (Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasil: 1998)

Ainda nessa perspectiva, as seções “Diversas óticas”, “Conexão com...” e “Analisando”, a grosso modo, respectivamente, apresentam diferentes pontos de vista sobre o tema, conectam diferentes áreas de conhecimento e estimulam a análise e a interpretação de diferentes fontes. Para complementar a seção “Atividades” estimula o aprendizado por meio da análise, comparação, interpretação, entre outros, além de estimular a pesquisa.

Ao encerrar os capítulos, a última seção, o “Infográfico”, detalha de forma gráfico-visual, apresentando dados e informações de maneira sintetizada. E, por fim, no final do livro existe a última seção geral, “Coletivo em ação”, a qual é uma atividade de produção em equipe, para os estudantes poderem trabalhar em grupo atrelado a cultura digital, esta última é outro fator importante que coaduna com a BNCC.

#### **2.4.1 DIREITOS TRABALHISTAS NA ERA VARGAS**

Neste capítulo a abordagem é sobre dois momentos históricos, sendo o primeiro referente a Era Vargas (1930 - 1945), destacando os acontecimentos principais que ocorreram no Brasil e as influências do contexto internacional no país. Nesta parte, o estudo é voltado ao conceito da organização política do Brasil nesse período e os conflitos de poder entre as oligarquias mais poderosas do Brasil. No segundo momento, é colocada a abrangência das experiências populistas no Brasil e na América Latina, abordando a questão da modernização política, que atende a alguns direitos fundamentais da população, mas que, também, luta contra problemas sociais: desemprego, baixo salário, inflação, entre outros.

No início do capítulo, na seção “Conversa inicial”, é feito um importante alerta aos alunos sobre a relevância do exercício da cidadania e a necessidade de um longo processo de luta, negociações e resistência social e política, que envolve diversos líderes e setores da sociedade, para a garantia desses direitos.

Parte deles foi conquistada no período que se estendeu de 1930 a 1964, época na qual o país se industrializou e se urbanizou rapidamente, além de passar por uma mudança na cultura política. O modo de conduzir a política, então, começou a ganhar a forma que marcou a história mais recente do Brasil. Em outros países da América Latina, o cenário era parecido. (Fernandes, 2020, p.38)

Assim, a partir desse texto introdutório do capítulo, o professor pode problematizar as informações concebidas pelos alunos sobre o processo de conquista de direitos, uma vez que os conteúdos abordam os processo de construção da legislação trabalhista, manifestações entre outros fatores relacionados ao mundo do trabalho.

Entendemos que a proposta dos autores é que os alunos tenham em sua consciência que o mundo do trabalho é relativo, a sociedade, ao governo e a muita luta para conquista e progressão de vários direitos.

Se tratando das pautas trabalhistas, o capítulo menciona, em uma frase<sup>52</sup>, que no período do Governo Constitucional (1934-1937) foi criada a estrutura que fez nascer a Justiça do Trabalho, deixando implícito que ao adotar um governo mais centralizado, Vargas atendeu as pautas dos trabalhadores. Arelado aos textos, a maioria das páginas tem imagens, dicas de outros materiais e atividades que suscitam a reflexão e o debate. Conforme Bittencourt (2002), é crucial considerar o livro didático como um documento e deve ser considerado um objeto criado em um período histórico específico, que pode incluir pesquisas históricas. Outro fator relevante é o papel do educador, que tem a função de mediar uma reflexão sobre os textos e as imagens apresentadas aos estudantes por meio do livro didático, compreendendo que, sobretudo, as imagens representam algo, têm um sentido e um significado.

Referente ao Estado Novo, notamos que os autores enfatizaram sobre a pauta trabalhista, ao construírem uma linha cronológica do que Vargas pautou sobre o trabalho destacaram que desde o início da década de 1930, ele criou mecanismos institucionais para atender as questões trabalhistas, como foi o caso da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, posteriormente a Lei da Sindicalização e por fim a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), todas

---

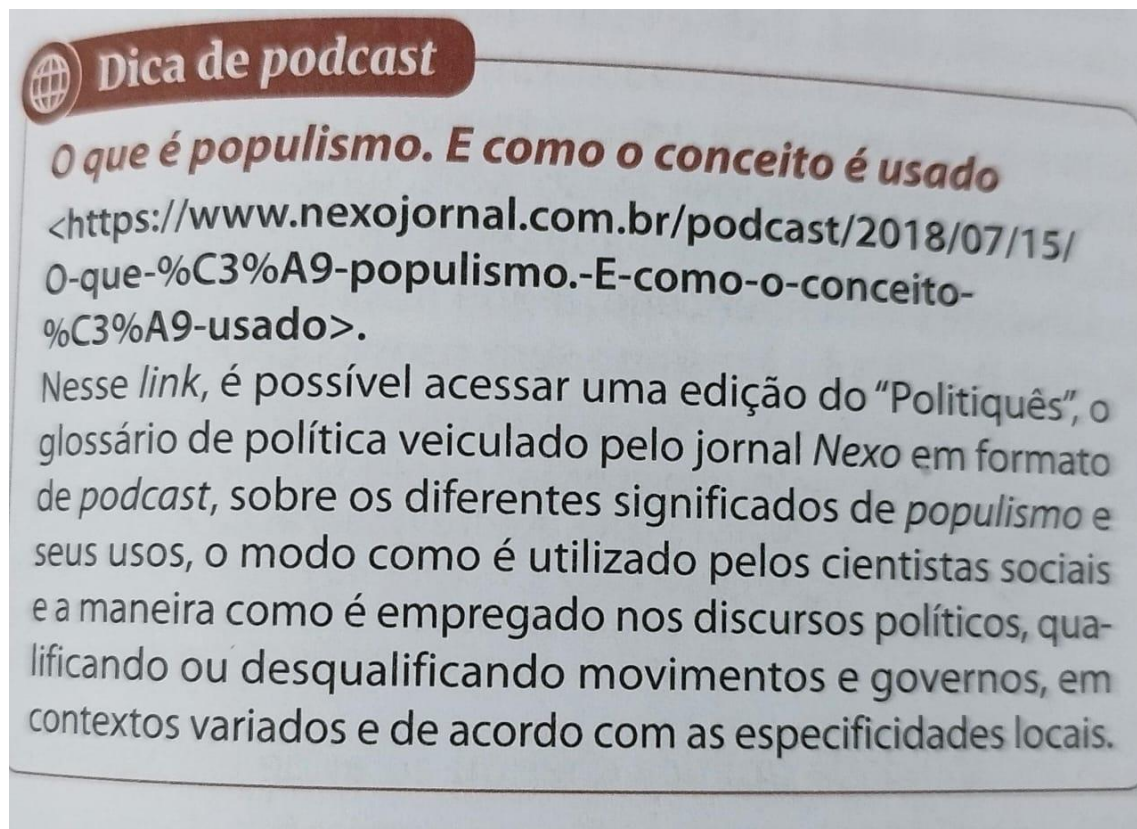
<sup>52</sup> Os livros do NEM, sobretudo das Ciências Humanas, são extremamente reduzidos em conteúdos, afinal não são divididos por disciplinas e sim por temáticas, no qual são trabalhados as disciplinas que envolvem a área de humanas. Em contrapartida, a depender da editora, existe uma série de recomendações para o aprofundamento dos conteúdos (sugestões de leitura de livros, de artigos, de filmes, etc.).

com objetivo de atender aos interesses de ambos os lados, o do patrão e do empregado, este último utilizado, sobretudo, de forma política para controlar as manifestações políticas e ideológicas e assim, construiu sua imagem na qual estava identificando o povo, concedendo esses direitos.

Na seção “explore”, consideramos relevante a forma que os autores do livro salientaram a respeito dessa imagem de Vargas por meio das comemorações do 1º de maio, que a partir de 1940 passou a ter muita relevância. Sempre tinha algo para os trabalhadores, essa atividade pode ser conectada para o debate a respeito do papel de um líder carismático e, ao mesmo tempo, autoritário e, portanto, associar as funções do Estado à imagem do líder estadista, contribuindo assim para o desenvolvimento das habilidades da BNCC<sup>53</sup>. Portanto, o governo buscava garantir direitos sociais básicos e controlar a vida associativa das pessoas.

Por fim, os autores citaram a respeito dos políticos populistas e para conceituar esse termo recomendaram um *podcast*.

Figura 2- Recomendação do uso de *podcast*.



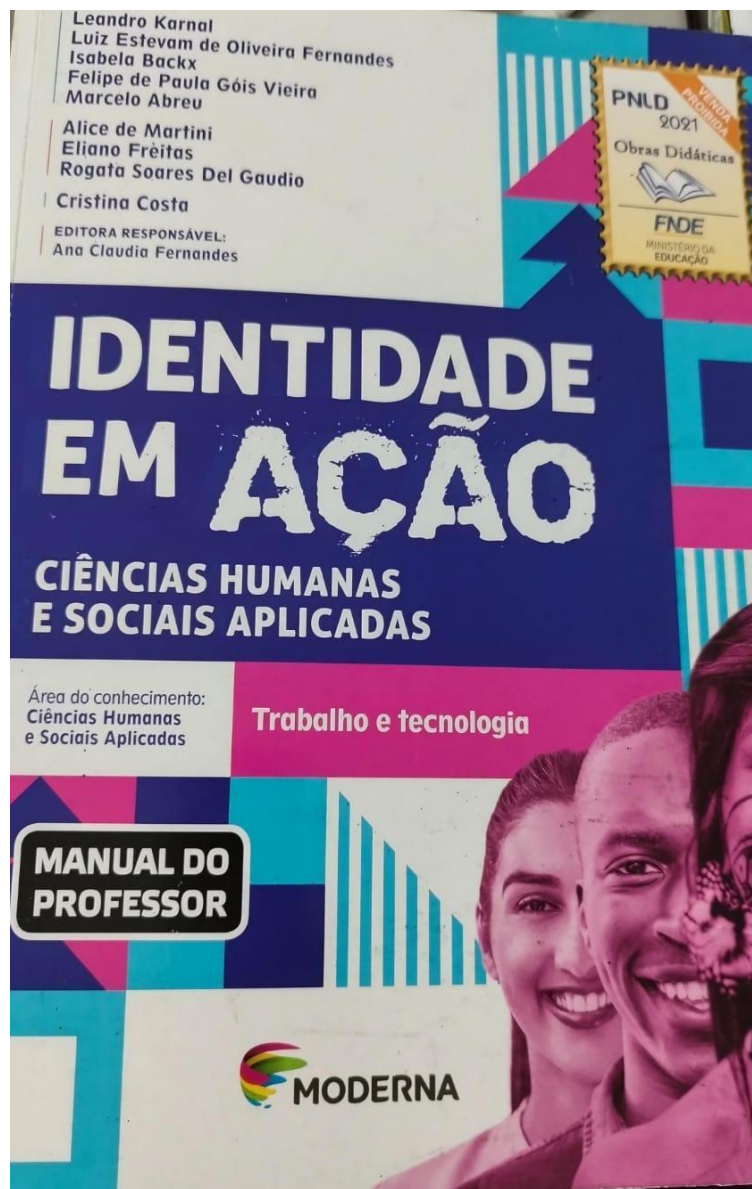
<sup>53</sup> Ciências Humanas: EM12CHS103, EM13CHS14 e EM13CHS602.

Fonte: Autor, 2024.

Consideramos um fator positivo no livro didático, pois pode proporcionar tanto para o professor como para o estudante outras formas de aprofundar o assunto utilizando novas linguagens que podem potencializar o aprendizado, demonstrando que o livro didático é um instrumento que deve trabalhar e acompanhar os avanços da cultura digital. Nessa perspectiva no próximo tópico veremos como essa temática tem sido trabalhada nos *podcasts*.

## 2.4.2 LIVRO DIDÁTICO IDENTIDADE EM AÇÃO, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS – TRABALHO E TECNOLOGIA

Figura 3- Livro didático “Identidade em ação, ciências humanas e sociais aplicadas”, V.2, 1ª edição, da editora moderna.



Fonte: Autor, 2024.

Essa obra faz parte do volume 2 da coleção Identidade em Ação, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Aqui, não destacaremos as seções do modelo do livro, visto que tem a mesma estrutura do volume 6 apresentado anteriormente. Trataremos sobre a abordagem do livro sobre os impactos da reforma trabalhista, aprovada no Governo Temer (2016-2017).

### **2.4.3 A REFORMA TRABALHISTA (2017)**

Nesse volume, de maneira geral, é abordado a temática referente ao trabalho. Conforme mencionamos, os livros do NEM abordam os assuntos das disciplinas por meio das temáticas. Não é incomum no mesmo livro ter conteúdos que devem ser ministrados em séries diferentes.

O item “Reforma das leis trabalhistas” aborda em apenas dois parágrafos e uma imagem um panorama a respeito da reforma. Entendemos que os autores destacaram esse evento político de modo a entender que foi algo positivo.

Entre os diversos pontos aprovados na reforma, destacaram-se a flexibilização da jornada de trabalho e dos períodos de descanso, a flexibilização da remuneração - com a possibilidade de negociar outras formas de pagamento, que não precisam ser reconhecidas como parte do salário - e a criação da contratação intermitente, prevendo a alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade. (Fernandes, 2020, p.121)

Portanto, infelizmente, nessa parte os autores não abordaram e nem sugeriram materiais para a complementação do conteúdo e o amplo debate da Reforma no que diz respeito aos impactos aos trabalhadores.

Em contrapartida, no final do capítulo, na seção “Diversas óticas” o autor registrou dois textos<sup>54</sup>, os autores abordaram dois textos com visões diferentes sobre a Reforma Trabalhista para os estudantes interpretarem cada um, trabalhando a interdisciplinaridade entre as disciplinas história, sociologia, geografia e português. O primeiro texto, “Os desafios para a regulamentação: questões que não estão bem contempladas no arcabouço legal”<sup>55</sup>, debate sobre

---

<sup>54</sup> Cf. Fernandes, 2020, p.124-125.

<sup>55</sup> COUTINHO, Sayonara G. Os desafios para a regulamentação: questões que não estão bem contempladas no arcabouço legal. *In*: Futuro do trabalho no Brasil: perspectivas e diálogos tripartites. Genebra: OIT, 2018. p. 83-84.

a dificuldade de regulamentar o trabalho no Brasil, incluindo as discrepâncias entre indivíduos e empresas e o direito ao trabalho, especialmente após a reforma trabalhista. O segundo texto, Modernização das relações de trabalho<sup>56</sup>, discute sob uma perspectiva modernizante e destaca a compreensão de empresários sobre os benefícios de ganhos de produtividade e competitividade que as alterações nas leis trabalhistas podem gerar. Dessa forma, diante das alterações nas leis trabalhistas, a autora do texto 1 enfatiza a possibilidade de os trabalhadores terem a oportunidade de serem empregados, terem dificuldades nas negociações coletivas, o que pode acarretar riscos de produção de mais desigualdades. Esses riscos dizem respeito às alterações na representatividade dos trabalhadores, que estão sujeitos a diversas formas de contratação e, conseqüentemente, à flexibilidade do trabalho. O autor do segundo texto destaca que as negociações coletivas são capazes de ajustar as condições de trabalho entre empresas e funcionários de forma que ambas as partes saiam beneficiadas.

## **2.5. PODCASTS SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO NA ERA VARGAS E A REFORMA TRABALHISTA NO GOVERNO TEMER**

Nas redes sociais existem diversos *podcasts* referentes a vários temas. Em relação à Era Vargas, selecionamos alguns programas que tratam de podcasts já conhecidos nas redes sociais, que têm uma certa popularidade e, em geral, tratam de temas ligados à história.

Escolhemos o *podcast* História FM<sup>57</sup>, mais especificamente o programa *134 Trabalhismo: das origens ao seu desenvolvimento no Brasil*. Para esse episódio o professor Icles, criador e desenvolvedor do *podcast*, convidou o professor Reinaldo Lohn, da UESC, que pesquisa sobre Direitos Humanos, Instituições, relações políticas e outras temáticas afins. O episódio foi gravado no formato de entrevista, no qual ele fundamenta o conceito de trabalhismo no mundo e foca no conceito de trabalhismo aplicado ao Brasil. O pesquisador

---

<sup>56</sup> Cf. Fernandes, 2020, p.125.

<sup>57</sup> História FM 134: **Trabalhismo das origens ao seu desenvolvimento**. Entrevistado: Reinaldo Longe. Entrevistador: Icles Rodrigues. [S. l.]:Spotify, 01 maio. 2023. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/40S7iqhhZTqmirdrEVFhFT>. Acesso em: 22 ago. 2023.

explicou as ligações que o trabalhismo foi apropriado entre as décadas de 1930 e 1940, foi apropriada pelo getulismo/varguismo. Ele traz uma concepção de acentuação de uma perspectiva corporativista e, portanto, organiza o mundo do trabalho em corporações instituídas e organizadas pelo Estado.

O perfil dos episódios, em geral, são de entrevistas com especialistas referente ao tema, geralmente o episódio tem mais de uma hora e tem um perfil mais acadêmico.

Ainda nessa perspectiva, no recorte da entrevista a respeito da Era Vargas, ele comenta que não há nenhum fundamento ou qualquer tipo de aproximação entre CLT, esquerda e fascismo. No que diz respeito ao Ministério do Trabalho, era algo inovador na época. Portanto, levar as questões relativas ao mundo do trabalho e levar para o setor mais alto da administração pública brasileira, foi um dos maiores avanços na questão trabalhista. No âmbito do Ministério do Trabalho, tiveram alguns personagens que ocuparam setores do ministério, que tinham um perfil mais reformista, isso não quer dizer que necessariamente eram de esquerda. Posteriormente, setores conservadores quase que totalmente ocuparam o ministério e, portanto, representando os interesses da burguesia industrial, no sentido de não ceder às pautas trabalhistas. Foi a partir desse momento que se consolidou uma política trabalhista no sentido de esvaziar de qualquer sentido de contestação o movimento sindical. A grande perspectiva foi do controle e a de todo tipo de restrição da autonomia do movimento temporário. Nesse aspecto, será consolidada a CLT mais para a manutenção da ordem do que a diminuição das desigualdades sociais.

O estilo do *podcast* se torna muito interessante para abordar conceitos e realizar comparações com outros instrumentos pedagógicos em sala de aula. Acreditamos que, por serem muito longos e serem mais acadêmicos, não é possível usar todos os episódios em sala de aula. Sendo assim, na nossa percepção, para tornar viável o uso em sala de aula, recomendamos utilizar recortes do *podcast* para o uso didático.

Outro *podcast* que analisamos foi o *História em Meia Hora*<sup>58</sup>, mais especificamente o episódio intitulado Estado Novo<sup>59</sup>. O professor Vitor Soares,

---

<sup>58</sup> Ver em: <https://historiaemmeiahora.com/>

<sup>59</sup> História em Meia Hora: **Estado Novo**. Locutor: Vítor Soares. [S. l.]:Spotify, 22 mar. 2023.



criador e fundador do *podcast*, utilizou o formato solo, que é quando existe um narrador. O episódio, conforme o nome do *podcast*, tem em média pouco mais de trinta minutos. Referente às questões trabalhistas e sobre os direitos para os trabalhadores, o professor narra os fatos importantes avançados pelo regime, como a CLT e os direitos que tiveram consequência a partir da aprovação dessa legislação. No entanto, ressalta que isso não faz de Getúlio Vargas um benfeitor para a classe operária e que, por mais que essa narrativa esteja em vários periódicos e livros, isso não quer dizer que ele tenha sido percebido dessa forma pela população na época. Portanto, existiu um movimento de reivindicação dos trabalhadores para a conquista desses direitos.

Percebemos que o tempo, o estilo e outros aspectos, como a música de fundo, vinheta e a entonação de voz do narrador, transformou o episódio em um estilo formal, entretanto se tornou mais acessível para vários públicos. Consequentemente, por ser mais sucinto nos conteúdos e no tempo, pode ser um modelo de *podcast* interessante para trabalhar em sala de aula, visto que, sabemos que na atualidade reter a atenção de um estudante de ensino básico por muito tempo em uma mídia é difícil, sobretudo depois da popularização dos smartphones e das mídias digitais.

O *Cola na História*<sup>60</sup> tem uma concepção que a grosso modo é adequada para o uso na sala de aula. Foi criado em 2015 com a proposta de deixar o ensino de história mais dinâmico, disponibilizando *quizes* e *votações* para os ouvintes escolherem temas futuros para gravações. Seus criadores são os professores Francisco Araripe e Rafael Bronz, respectivamente, historiador e pedagogo. Analisamos os episódios: *Era Vargas 1 - Revolução de 1930*<sup>61</sup>, *Era Vargas 2 - Governo Provisório*<sup>62</sup>, e *Era Vargas 3 - Período Constitucional*<sup>63</sup>. Nesses três episódios podemos identificar uma característica principal do *podcast*: didática

---

Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6zziQIIY4ah4tHtLj6IHIM>. Acesso em: 30 out. 2023.

<sup>60</sup> Ver em: <https://www.colanahistoria.com.br/>

<sup>61</sup> Cola na História: **Era Vargas 1 – Revolução de 1930**. Entrevistado: Francisco Araripe. Entrevistador: Rafael Bronz. [S. l.]:Spotify, set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0hOkmLdFQzCkOFpwipr9Ri>. Acesso em: 30 maio. 2023.

<sup>62</sup> Cola na História: **Era Vargas 2 – Governo Provisório**. Entrevistado: Francisco Araripe. Entrevistador: Rafael Bronz. [S. l.]:Spotify, set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7upOe5CX6Ft7YxXH2qQzC6>. Acesso em: 30 maio. 2023.

<sup>63</sup> Cola na História: **Era Vargas 3 – Período Constitucional**. Entrevistado: Francisco Araripe. Entrevistadores: Rafael Bronz. [S. l.]:Spotify, set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6XusOCuWo3ukAxG172eaRS>. Acesso em: 30 maio. 2023.

para a sala de aula. Ao escutarmos os episódios nos lembramos de uma aula bem resumida e descontraída, no qual, nos deixa instigados a ouvir o próximo episódio e o anterior. Referente aos movimentos trabalhistas nesse período, podemos perceber que quase não foi citado os movimentos operários que aconteceram no período, apenas uma fala de que Vargas teve uma política voltada para os trabalhadores urbanos, ressaltando na criação de uma política de construção de legitimação de direitos trabalhistas.

Outro fator pontual do *podcast* foi fazer uma conexão com o que foi visto no programa anterior e no final dizer qual será o objetivo do próximo programa. Por fim, entendemos que esse é um dos bons exemplos de modelo de *podcast* para trabalhar em sala de aula, primeiro porque o tempo é ideal e, provavelmente, entretém um estudante de ensino básico. Carvalho (2009) classificou a duração dos *podcasts* em curto (entre um e cinco minutos), médio (entre seis e quinze minutos) e longo (mais de quinze minutos) e identificou, a partir de experiências com o uso de *podcasts* no ensino, que não se deve passar de quinze minutos e é preferível criar vários *podcasts*, do que criar um *podcast* extenso. Segundo que a didática é extremamente interessante, por ser bem objetivo na explicação. Por último, cada episódio tem um *quiz*, tornando fundamental para testar os conhecimentos que acabaram de ser adquiridos.

Em relação à reforma trabalhista no governo Temer, é importante salientar que há uma grande variedade de podcasts nas redes sociais, mas a maioria desses programas tem um enfoque jurídico. Portanto, escolhemos o *podcast* do Instituto Edésio<sup>64</sup> Passos que tem um perfil mais conservador, no qual são geralmente entrevistas com especialistas da área. Aqui analisamos algo interessante, sobre a reforma trabalhista de 2017, encontramos uma sequência de vinte um *podcasts* no formato de entrevistas, com vários especialistas da área (Ministros, procuradores, juízes, professores, líderes sindicais, etc.) e, inclusive, de diferentes visões.

Normalmente, os episódios são curtos e não dispõem do modelo tradicional de podcast, portanto, uma vinheta, ou algo que marque o programa. Percebemos que o tempo, o estilo transformou o episódio em um estilo formal, entretanto se

---

<sup>64</sup>INSTITUTO EDÉSIO PASSOS. **Podcasts: A Reforma Trabalhista**. YouTube, ago. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?app=desktop&list=PLMog1shxfwocOk3jY5GZPnn592FMHRshX>.

tornou mais acessível para vários públicos. Também verificamos que alguns aspectos tradicionais dos podcasts, como a música de fundo e vinheta não estão presentes. O *podcast* pode servir para trabalhar em sala de aula, devido ao tempo dos programas que varia entre três e cinco minutos.

### **CAPÍTULO 3 - UMA OFICINA DE PODCAST : RELATO DE EXPERIÊNCIA DIDÁTICA COM ESTUDANTES DA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO**

Atualmente, muitos professores têm buscado cada vez mais o uso de tecnologias e as mídias digitais disponíveis na internet para usar na sala de aula. Não é incomum, nas preparações das aulas, o professor quase sempre questionar qual mídia colocar para chamar atenção do estudante. Nas rodas de conversa em sala de aula podemos perceber que isso tem sido uma grande preocupação, pois temos um público, que dependendo da perspectiva, é difícil de chamar atenção. Dessa forma, a inclusão de mídias digitais, como vídeos do *Youtube*, *Reels*, memes e *podcast*, surge como potenciais aliados dos docentes, dada a sua popularidade e facilidade de utilização. Em contraste, temos um sistema educacional público em que, geralmente, falta uma estrutura que atenda às demandas e à velocidade tecnológica.

No ambiente de ensino público, tradicionalmente, as aulas são expositivas e os estudantes realizam anotações do que foi exposto, seja apresentado pelo professor ou o que foi copiado no quadro. Essa tem sido uma forma em que professores e alunos acreditam ser a melhor quando se trata do aprendizado. No entanto, com o avanço das tecnologias digitais e o amplo acesso a mídias, para as mais diversas classes sociais, a escola não é o único local de aquisição de conhecimento.

Diante dessa questão, as instituições de ensino, ao invés de proibir<sup>65</sup> o uso do smartphone, devem reconhecer que o uso das tecnologias potencializa a relação professor-aluno e o aprender. Portanto, Bacich e organizadores (2015, p.141) afirmam que “utilizando a tecnologia, o docente pode ganhar mais tempo para se dedicar a melhorar suas estratégias de ensino e se relacionar com seus alunos”.

Quando pensamos em trabalhar com *podcast* entendemos ser um dos recursos que os estudantes têm certa familiaridade, é de baixo custo e trata-se de um arquivo pequeno. Infelizmente grande parte das escolas públicas não

---

<sup>65</sup> Vários estados e municípios possuem uma legislação ou projeto em andamento para proibição do uso do celular em sala de aula. Salientamos, que concordamos, em parte, tendo em vista que o uso smartphones e outros aparelhos digitais se usado desregradamente mais atrapalha o processo de ensino e aprendizagem do que contribui.

disponibiliza internet gratuita para todos os estudantes, em alguns casos nem para a equipe de professores é disponibilizada, sendo necessário cada um usar o seu plano de internet, se o tiver.

Sabemos o quanto é difícil explicar para um adolescente, sobretudo do ensino básico, a respeito do uso pedagógico da internet e dos equipamentos que precisam dela para acessar os diversos arquivos e redes sociais disponíveis na internet, no ambiente escolar. Contudo, ao invés de criar uma política para a conscientização do uso de mídias digitais nas escolas<sup>66</sup>, a maioria das instituições de ensino prefere o não acesso, enfatizando apenas os aspectos negativos do uso descontrolado e sem intermediação das mídias digitais e da internet.

Diante dessa problemática, o *podcast* oportuniza ao estudante poder baixar o arquivo, e por ser de áudio ocupa um espaço menor no smartphone, eles já fazem isso com os programas que acompanham nas redes, principalmente, as músicas que escutam.

Um ponto importante que vai além de ter acesso às mídias digitais é educar o estudante sobre o que é o saber histórico, portanto, o que é história e o que é um ponto de vista sobre determinado assunto. Ao perceber o tema em evidência, os estudantes buscam em sites, vídeos e podcasts sobre o assunto, mas, normalmente, não filtram o que realmente faz parte da história. Por mais que falar sobre isso seja algo que muitos colegas professores possam pensar que é esperar demais de uma sala de aula no ensino básico, mas hoje isso é o grande desafio. Não podemos negar que o estudante consulta apenas o livro didático ou o material disponibilizado pelo professor, por isso temos que, além de fazer propaganda do material que disponibilizamos, educá-los quanto a questão do que verificar ao ver o conteúdo de história (Rodrigues, 2021).

Como diz Rodrigues (2021), no que tange ao educar, haverá sempre a necessidade de explicar para os estudantes quanto à cientificidade dos conteúdos de história nas mídias:

**Os professores devem** explicar como os historiadores trabalham com fontes. [...] **Os estudantes entendam** que para qualquer afirmação factual em História, é preciso que as fontes que levaram estejam acessíveis.

Outro ponto é destacar a importância da bibliografia. [...] Ter contato com o que há de mais relevante publicado sobre o assunto da pesquisa é fundamental, inclusive para **auxiliar** no preenchimento de lacunas.

---

<sup>66</sup> Cf. Zacan, 2018, pg. 112.

**Por fim, o último ponto**, também bastante importante, é compreender a questão da análise por pares. Um autor pode ter acesso às melhores fontes e livros, mas se não souber fazer uso de todo esse material, ou decidir fazê-lo de forma intelectualmente desonesta, serão os pares que apontarão os problemas de seu trabalho.

Assim sendo, ao letrarmos o estudante sobre o processo científico da história podemos diminuir o “título” de verdade ou autoridade em determinado tema de história desses canais nas plataformas digitais, colocado, geralmente, por eles. Apesar de muitos deles realizarem trabalhos com rigor científico, muitos não o fazem. Sendo assim, caso o público pense que basta acessar qualquer conteúdo histórico em qualquer plataforma para aprender, o processo de aprendizagem a partir daí pode estar prejudicado.

Portanto:

Os professores precisam chegar primeiro ao *YouTube* e aos *podcasts*, de modo a separar o joio do trigo e **auxiliar** os estudantes a ter contato com bons conteúdos que passaram pelo crivo de profissionais da área. (Rodrigues, 2021, p. 193)

### 3.1 UMA OFICINA PARA O USO DO *PODCAST* EM SALA DE AULA

Neste tópico, apresentaremos a proposta da oficina, listando os objetivos, as habilidades a serem atingidas e os temas principais. A oficina seguirá, portanto, a seguinte orientação:

**Título:** Direitos para quê?

**Unidades temáticas:** Direitos trabalhistas; Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de Vargas a Temer; História do tempo presente.

**Objeto (s) de conhecimentos:** comparação e reflexão da luta dos trabalhadores na Era Vargas (1930–1945) para a conquista de direitos trabalhistas e da inação dos trabalhadores no governo Temer com a perda significativa desses direitos, por meio da Reforma trabalhista de 2017.

**Habilidade (s) da BNCC:** (EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.; (EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos

e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

**Finalidade:**

Apresentar o *podcast* como uma mídia em expansão em várias áreas da sociedade do século XXI. Possibilitar aos estudantes a experiência de assistência atenta e crítica a um *podcast*. Desconstruir a ideia do *podcast* apenas para fins de entretenimento. Propiciar, aos estudantes, a análise dos *podcasts* *A Reforma Trabalhista* e *Dentro e fora da lei — Trabalhar com e sem direitos no Estado Novo* e *À Deriva Podcast – A verdade sobre a Reforma Trabalhista*, apresentando os aspectos dessa mídia, para o conhecimento da luta dos trabalhadores para aquisição de direitos trabalhistas, entender a CLT e fazer uma comparação da política trabalhista da Era Vargas com a flexibilização de direitos trabalhistas, sobretudo no período Temer. Por fim, pretende-se, nesta oficina, a produção de *podcasts* sobre história do trabalho e tratar a mídia como uma das formas de obter o conhecimento histórico.

**Série:** 3ª Série do Ensino Médio Turma A da Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Benigno Pessoa de Araújo.<sup>67</sup>

### 3.2 A CONSTRUÇÃO DA OFICINA.

A oficina é uma forma de construção de conhecimento centrada na ação, sem deixar de lado a fundamentação teórica. Portanto, é um processo dinâmico de interação entre o sujeito e o objeto; um caminho com alternativas e equilíbrios que nos aproximam gradualmente do objeto a ser conhecido (Vieira e Volquind, 2002).

Uma oficina é, conseqüentemente, uma chance de experimentar situações reais e significativas, fundamentadas no conceito de sentir-pensar-agir, com objetivos educacionais. Assim sendo, a abordagem da oficina muda o foco

---

<sup>67</sup> A EREM Benigno Pessoa de Araújo, no ano de 2024, formou 13 turmas do Ensino Médio, sendo 5 turmas da 1ª Série, 4 turmas da 2ª Série e 4 turmas da 3ª Série. A escolha da 3ª Série A foi decisiva por um fator extremamente importante no que diz respeito ao ambiente escolar: a maioria das aulas que ministro nessa turma são no turno da manhã. Na escola integral, geralmente no turno da tarde, muitos estudantes já estão cansados e/ou participam de atividades extraclasse. Portanto, por uma questão estratégica escolhi essa turma.

tradicional da aprendizagem (cognição), incorporando a ação e a reflexão. Em outras palavras, durante uma oficina, são adquiridos, construídos e desenvolvidos conhecimentos teóricos e práticos, de maneira ativa e reflexiva.

Utilizamos um modelo adaptado de Barca (2004), em que incorporamos um plano de aula que antecipa a atividade oficina. Neste plano, abordaremos a visão geral do tema, os principais conceitos e questões-motivadoras e as experiências de aprendizagem. As primeiras ideias a respeito de um tema específico podem ser elaboradas com base em elementos que usamos em sala de aula, o que torna a atividade ideal para a coleta de ideias dos estudantes nos primeiros momentos da aula, que, numa situação de rotina, costuma ser realizada de forma informal (Barca, 2024).

No desenvolvimento, trabalhamos com a interpretação de fontes (podcasts, textos, vídeos) em atividades ao longo das aulas, nas quais foram inspiradas ações já realizadas anteriormente. Para cruzar essas fontes, foram desenvolvidas atividades para trabalharem em grupos.

Por fim, finalizamos a avaliação, tendo em vista que o nosso objetivo foi avaliar a compreensão dos conceitos desde o início até o final, bem como avaliar outros aspectos, tais como a habilidade verbal, a qualidade técnica dos podcasts, a elaboração do roteiro e o trabalho em equipe, a fim de avaliar o aprendizado gradual (Lee, 2001).

A figura 4 apresenta o planejamento que utilizamos para a produção da oficina.

Figura 4 - Planejamento da oficina

## **PLANEJAMENTO DA OFICINA**

### ***Podcast Histórico: Hiscola***

Área do Conhecimento/Disciplinas: **História**

Temática: **Direitos Trabalhistas no Brasil: uma comparação das políticas trabalhistas do Estado Novo e o Governo Temer**

Esta atividade pedagógica é projetada para imergir os alunos do 3º ano



do Ensino Médio na história recente do Brasil, com foco nos direitos trabalhistas. Através da pesquisa, análise e síntese das transformações nas leis trabalhistas durante os governos de Getúlio Vargas e Michel Temer, os estudantes terão a oportunidade de explorar as principais leis, suas mudanças e os impactos sociais resultantes dessas legislações. Formando grupos, eles utilizarão essa pesquisa para criar roteiros e produzir podcasts que destaquem esses eventos históricos, utilizando uma plataforma midiática moderna para expressar seus entendimentos. O produto final, um *podcast*, permitirá aos alunos desenvolver não apenas suas habilidades de pesquisa e análise crítica, mas também competências de trabalho em equipe, expressão oral e uso de tecnologias de informação. Espera-se que esta atividade permita aos alunos aplicar os conhecimentos adquiridos em História de forma criativa e engajadora, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes de seu papel na sociedade.

### **Objetivos de Aprendizagem**

O objetivo desta atividade é capacitar os alunos a compreender os direitos trabalhistas no Brasil, enfocando especificamente os períodos dos governos Vargas (Estado Novo) e Temer. Visa promover uma análise crítica das transformações nas leis trabalhistas, suas motivações e consequências. Através da produção de podcasts, espera-se que os alunos desenvolvam habilidades de pesquisa, síntese, expressão oral e trabalho em equipe. Além disso, a atividade estimulará a criatividade e o engajamento dos alunos com a história recente do país, utilizando uma plataforma midiática atual e relevante.

- Compreender e comparar as mudanças nas leis trabalhistas e seus impactos sociais durante os governos Vargas e Temer.
- Desenvolver habilidades de pesquisa, análise crítica e síntese de informações.
- Aprimorar a expressão oral e a comunicação em formato de podcast.
- Fomentar o trabalho em equipe, distribuindo responsabilidades na produção do podcast.
- Promover o uso de tecnologias da informação e comunicação na elaboração de projetos educacionais.

## Habilidades específicas da BNCC

- **EM13CHS401:** Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.
- **EM13CHS404:** Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.
- **EM13CHS606:** Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira - com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes - e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

## Conteúdo Programático

O conteúdo programático abrange o estudo dos direitos trabalhistas no Brasil, com enfoque nos períodos governamentais de Vargas e Temer. Os alunos explorarão as principais legislações trabalhistas introduzidas, suas justificativas, alterações e impactos na sociedade brasileira. Ao analisar esses dois momentos distintos da história brasileira, os estudantes poderão compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que influenciaram as reformas trabalhistas e como estas refletem nas condições trabalhistas atuais.

- História dos direitos trabalhistas no Brasil.
- Análise das principais leis trabalhistas durante o governo Vargas (1937-1945).
- Estudo da reforma trabalhista durante o governo Temer (2016-2017).
- Impactos sociais das mudanças nas leis trabalhistas.

- Comparação entre os períodos estudados e discussão sobre os avanços e retrocessos nos direitos dos trabalhadores.

## **Metodologia**

A metodologia ativa será o pilar desta atividade, combinando sala de aula invertida, onde os alunos durante a oficina serão incentivados a pesquisar de forma independente, roda de debate para as discussões iniciais e síntese das ideias, produção de textos por meio da criação do roteiro do podcast, e a aprendizagem com recursos digitais, onde a produção do podcast servirá como o produto digital. Esta combinação de abordagens permite um aprendizado mais profundo e engajado, incentivando a autonomia dos alunos e promovendo interações significativas entre os participantes do grupo.

- Debate e pesquisa individual e sobre os direitos trabalhistas nos períodos Vargas e Temer.
- Formação de grupos para o roteiro do podcast.
- Produção e gravação do podcast.
- Roda de debate para discutir os achados e aperfeiçoar os roteiros.
- Edição final do podcast e apresentação para a classe.

## **Cronograma**

A atividade será realizada ao longo de 10 aulas de 50 minutos cada, permitindo uma imersão adequada no conteúdo e na produção do podcast. A primeira aula será dedicada à introdução do projeto e à formação dos grupos. As aulas seguintes envolverão pesquisa, planejamento, produção e edição do podcast, culminando com a apresentação dos projetos para a classe e feedback do professor e colegas.

- Aula 1: Apresentação dos assuntos e dos objetivos da oficina.
- Aulas 2-3: Debate e Pesquisa sobre os direitos trabalhistas; análise e questionamentos sobre a mídia *podcast*.
- Aulas 4-5: Estudo do *podcast* voltado para os direitos trabalhistas nos governos Vargas e Temer.
- Aulas 6-7: Planejamento e produção do roteiro do podcast.

- Aula 8: Refinamento dos roteiros e gravação do podcast.
- Aula 9-10: Edição final e apresentação dos podcasts.

## **Avaliação**

A avaliação da atividade será baseada na qualidade da pesquisa realizada, na criatividade e coerência do roteiro do podcast, na qualidade técnica da gravação, na participação e colaboração de todos os membros do grupo e na apresentação final. Cada um desses aspectos receberá uma nota que, combinada, comporá a nota final da oficina. Será valorizada a capacidade dos alunos de articular suas pesquisas com uma argumentação clara e envolvente no podcast, bem como a habilidade de trabalhar em equipe. O retorno construtivo será fornecido após a apresentação para encorajar a reflexão sobre a oficina.

### **Materiais e ferramentas:**

Os recursos necessários incluem acesso à internet para pesquisa, computadores ou dispositivos móveis com softwares de gravação e edição de áudio (*AudioLab*), espaços adequados para gravação sem interferências sonoras externas, e materiais de apoio para a pesquisa (livros, artigos, documentos oficiais). A escola deverá fornecer os meios tecnológicos necessários para a gravação e edição dos podcasts, além de orientação técnica para os alunos menos familiarizados com essas ferramentas.

- Acesso à internet para pesquisa.
- Computadores ou dispositivos móveis com softwares de gravação e edição de áudio.
- Materiais de apoio para pesquisa (livros, artigos, documentos).
- Espaços adequados para gravação.
- Orientação técnica para uso das ferramentas de gravação e edição.

A nossa oficina foi dividida em cinco encontros<sup>68</sup> como será explanado nos próximos tópicos.

---

<sup>68</sup> O Novo Ensino Médio restringiu significativamente as aulas de história, ocorrendo uma redução de três aulas para uma aula. Contudo, o (a) professor (a) de história pode ministrar aulas diversificadas para, eventualmente, reduzir os danos, no sentido de não ter hora-aula suficiente

### 3.2.1 PRIMEIRO ENCONTRO: APRESENTAÇÃO DO ASSUNTO E DOS OBJETIVOS DA OFICINA. (2h/a)

#### 1º momento:

O assunto foi introduzido mediante questionamentos sobre o que significa direitos trabalhistas, como se conquista esses direitos e qual a percepção deles referente ao mundo do trabalho. O objetivo foi permitir o diálogo, a participação e até a exposição de opiniões a respeito do meio em que vivem. Para tanto, a turma foi organizada em um círculo e dividida em quatro grupos<sup>69</sup>. Foi solicitado aos grupos que a partir dos questionamentos eles discutissem entre si e em seguida registrassem as principais respostas em até dez minutos.

Esses trabalhos em grupo em turmas grandes, com mais de 30 estudantes, geram muito barulho e oposição às opiniões divergentes. Foi questionado o que eles entendem a respeito dos direitos trabalhistas. Ficamos surpresos ao vermos que grande parte atrela a ideia de que o Estado é quem concede direitos, pois foi relatado que direitos trabalhistas são benefícios concedidos do governo ao trabalhador como, vale-refeição, vale-transporte, cesta básica, salário justo, segurança do trabalho, lazer e descanso. Aqui percebemos que um ou outro gostaria de falar, mas deixei à vontade para quem quisesse participar.

Ainda nesse momento, continuei provocando os grupos perguntando como os trabalhadores conseguiram esses direitos. O estudante A, afirmou em resposta: *“trabalhando e protestando, pois ninguém pode deixar de trabalhar, mas tem que lutar para as coisas melhorarem, né?”*. A estudante B, seguiu na mesma perspectiva: *“tem que fazer militância no Twitter”* e depois parte da turma riu e ela correspondeu naturalmente com risadas também. O estudante C, ainda foi além: *“Greve dos caminhoneiros, professor. O Brasil parou geral.”* Depois alguns ainda disseram que tem que revolucionar tudo, caso contrário não conseguimos nada. Indaguei se todos concordavam com a greve, pois estranhei

---

para trabalhar o mínimo de conteúdos e eventuais atividades relacionadas a disciplina. A sugestão dessa oficina é que seja em cinco encontros, no qual cada um terá uma ou duas horas-aulas.

<sup>69</sup> Essa organização pode ser adaptada a partir da realidade da turma, portanto, quantidade de estudantes, climatização, tamanho das salas, etc.

a unanimidade. O estudante D já queria falar há algum tempo e disse: *“professor, protestar não adianta, porque, por exemplo: o povo queima os pneus na rua e isso atrapalha o direito de ir e vir, a nossa ida à escola e acaba tirando o direito de outras pessoas que necessitam de serviços como ambulâncias, entendeu? Por isso não concordo”*. Complementando a fala do estudante D, o estudante B disse: *“Se pensarmos direitinho é como se fosse um efeito dominó, porém pode gerar benefícios e malefícios.”* Outros estudantes da turma falaram ser errado protestar na pista. Em seguida perguntei qual seria o local adequado para protestar? Disseram: *“deveria ser em locais fechados, tipo, se o problema é com a empresa resolve com ela, no próprio estabelecimento”*. Nessa mesma linha de pensamento, o estudante E respondeu: *“que na pista é importante para chamar a atenção das pessoas, portanto locais como a prefeitura e instâncias institucionais. O problema é associar o protesto com algo somente na rua. O ato de buscar por direitos já é um protesto e não só na rua, pois para mim protesto é um termo abrangente.”*

Nesse contexto, outros estudantes teceram comentários sobre temas que todos consideraram insustentáveis: colocar pneus nas vias e interromper a circulação de veículos. Por outro lado, alguns mencionaram que as pessoas que fazem greves frequentemente são acusadas pela sociedade de serem vadias ou vândalos. Ainda questionaram aspectos negativos do protesto que impede as rodovias, uma vez que pode prejudicar os familiares, caso haja alguém doente.

Observa-se que a turma apresenta um discurso bastante diversificado, uma vez que a maioria concorda com a relevância de conquistar direitos trabalhistas, e para isso é necessário lutar em diversas esferas, como a greve geral recente e a greve dos caminhões. No entanto, é possível notar um traço do discurso neoliberal<sup>70</sup>, quando foi mencionado que protestar não deveria ser permitido, especialmente se prejudicasse a população. Na verdade, conseguimos captar que muitos desses exemplos vem das representações sociais, ou seja, dos meios que eles vivem, como família, amigos e perfis de redes sociais que seguem.

Posteriormente, discutimos com os estudantes quais fontes obtiveram essas informações e como chegaram a essas ideias. Foi uma conversa generalizada, na qual a maioria mencionou que usa as mídias sociais,

---

<sup>70</sup> Cf. SILVA, 2023, p.65.

especialmente o *Tiktok*, *Youtube*, *Instagram* e sites de notícias. Nessa circunstância, a partir de cada ideia construída pelos grupos, discutimos e definimos os conceitos da temática e fazer com que eles reflitam a respeito do conhecimento histórico e o conhecimento do senso comum. Nesse caso, foi possível oferecer uma leitura do livro didático de história, de um texto ou de conteúdos digitais aos quais a maioria deles está habituado. Para fins de discussão, o texto abaixo foi impresso e distribuído.

### **Texto 1: Mundo do Trabalho**

*É o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação à atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja, é um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e simultaneamente conformam e regulam tais atividades. É um microcosmo da sociedade, que embora tenha especificidade, é capaz de revelá-la.*

FIGARO, R. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. *Organicom*, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 90-100, 2008. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2008.138986. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138986>. Acesso em: 13 dez. 2023.

#### **2º momento:**

Os estudantes foram questionados sobre a sua experiência com o podcast (na família, na escola, nos grupos de amigos, entre outros). Nessa situação, a depender do tempo, da turma e dos materiais que a escola disponibilizar, o (a) professor (a) pode entregar um questionário para discutir os resultados depois, pode encaminhar para responder pelo smartphone dos estudantes, pode levá-los a sala de informática ou realizar no momento da aula, anotando no quadro a síntese das respostas da turma. Exemplos dos questionamentos:

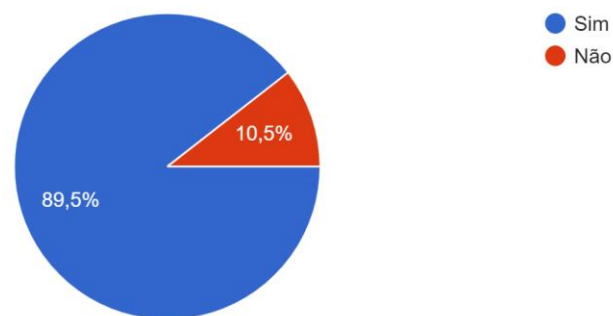
- Vocês já ouviram algum *podcast*? Em caso da resposta ser afirmativa, qual *podcast*?
- Em que ocasiões vocês costumam ouvir *podcast* na vida cotidiana?
- Qual o estilo de *podcast* que vocês acompanham?
- E em sala de aula? Já produziram ou ouviram um *podcast* de história para aprender algum tema?

Neste caso, o questionário foi aplicado na sala de informática da escola, devido ao acesso à internet e porque os alunos se interessam muito quando estão num ambiente com a possibilidade de usar as atividades digitais.

Figura 5 - Vocês já ouviram algum *podcast*?

Vocês já ouviram algum *podcast*?

19 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

De acordo com o gráfico acima, 89,5% dos estudantes já ouviram um *podcast* em algum momento da vida. Para aqueles que responderam sim, questionamos qual programa de *podcast* costumam assistir. Alguns responderam que não se lembram do nome do programa, mas associaram-no ao estilo, dizendo que “há um rapaz que foi banido do programa devido às suas falas criminosas”. Contudo, a maioria citou o *podcast Podpah*<sup>71</sup>.

<sup>71</sup> O projeto teve início em 2020 e tem como objetivo entrevistar um ou mais convidados sobre assuntos relacionados à sua vida. No mesmo ano se consolidou como um dos maiores *podcasts* de entretenimento do Brasil, posto que permanece até a atualidade.



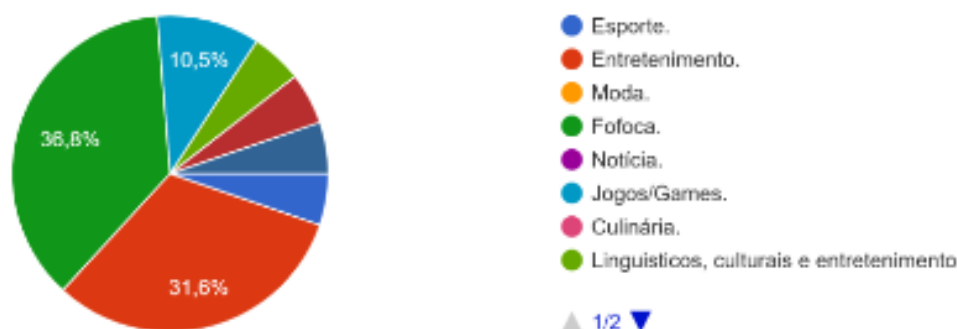
Dentro dessa perspectiva, foi questionado: em quais ocasiões vocês costumam ouvir podcasts no dia a dia? As respostas apresentaram uma grande variedade: “Quando me interessa”; “Sempre vejo pequenos trechos no Tiktok”; “Quando estou sem nada para fazer”; “Quando estou entediado”; “Por curiosidade”; “Quando aparece alguns vídeos nas redes sociais”; “Só quando vem cantores famosos”. É possível notar um padrão entre a turma, uma vez que eles procuram o podcast por interesse em um tema ou personalidade que acompanham com frequência.

Para compreender o perfil, perguntei qual tipo de podcast despertaria mais o interesse deles. Para isso utilizamos a plataforma do *google forms*<sup>72</sup>.

Figura 6 - Qual o estilo de podcast que vocês acompanham?

Qual o estilo de podcast que vocês acompanham?

19 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Foi interessante notar que 36,8% (7 estudantes) e 31,6% (6 estudantes) totalizando 68,4% (13 estudantes) têm interesse no gênero de entretenimento, que de certa forma representa seus anseios e curiosidades, algo que os meios de comunicação, mídias sociais e outros mecanismos têm utilizado significativamente. Os demais citaram que acompanham notícias por meio de *podcast*, que gostam do gênero de games e outros assuntos. Perceber o que os estudantes gostam nos ajuda a escolher o tipo de *podcast* e outros materiais que produzimos em sala de aula com eles.

<sup>72</sup> O *Google Forms* é uma plataforma que permite realizar pesquisas, provas, questionários e outros métodos para obter dados. Essas informações podem ser usadas para gerar gráficos, o que possibilita uma interpretação mais aprofundada dos resultados.

### **3º momento:**

Ouvimos um *podcast* no estilo *shorts*<sup>73</sup>, e assistimos a uma gravação de vídeo (áudio e/ou imagem) e analisamos, em conjunto, alguns aspectos do *podcast*. Para tanto pode ser disponibilizada a transcrição do *podcast* ou projetado no quadro, que, no nosso caso, foi possível utilizar as duas formas. Segue abaixo o texto descritivo:

#### **Texto 2: Reforma trabalhista - Governo Temer (2016-2018)**

*“Na Reforma Trabalhista nenhuma das reivindicações que foram colocadas pelos representantes dos trabalhadores foi contemplada, nenhuma! Todas as reivindicações dos industriais foram contempladas. Eu posso dizer algumas que são mais prejudiciais para o trabalho e que atendem as necessidades dos empresários. A Jornada intermitente, por exemplo, a jornada intermitente é uma nova escravidão, na verdade, porque, o trabalhador fica disponível para o trabalho o tempo todo, só que ele só é remunerado quando ele efetivamente está trabalhando. Isso é impossível de você organizar uma vida, de você pensar no trabalhador como ser humano, se você reduz uma pessoa e a sua existência enquanto sujeito que produz a riqueza coletivamente, apenas no momento em que ele está trabalhando, porque inclusive você impede ele de no momento que ele não está trabalhando, trabalhar para outro.”*

FLOWCASTCUTBRASIL. Reforma Trabalhista (Sofia Manzano). YouTube, 17 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://youtube.com/shorts/lqXGGg49seg?si=Yv5BUGKkKR2Zu8Rn>. Acesso em: 05 de dezembro de 2023.

A análise pode ser realizada por meio de perguntas, tais como:

- Iniciou com uma saudação? E referente ao encerramento?
- A (o) convidada (o) demonstra ter domínio do assunto apresentado? O que demonstra isso?
- Você acredita que o conteúdo do *podcast* foi preparado pela convidada ou acredita que ela falou no improviso?

---

<sup>73</sup> Vídeo curto ou recortes de um vídeo.

- Para você, escutar um *shorts* é mais prático? Você assiste ou escuta shorts em alguma rede social? O (s) conteúdo (s) desse (s) *shorts* está relacionado com temas que você consumiu na internet?

Logo após, apresentamos o *podcast* como uma mídia digital que além de várias funções serve para o aprendizado da história. Discutimos com os estudantes como é formado um *podcast*, expondo os formatos, os aspectos formais e não formais, inclusive como os *podcasts* mais populares tem uma estrutura financiada por grandes empresas, que por meios de mecanismos conseguem atrair e/ou influenciar vários internautas. Abordamos a questão mercadológica dos podcasts e, também, explicamos que aquele programa conhecido que os ouvintes costumam assistir, sem dúvida, tem uma estrutura profissional. Por fim, problematizamos a influência do capital na divulgação de conteúdos e propagação de ideias nesses programas.

Como atividade de casa, propomos que os alunos ouçam, durante uma semana, diversos podcasts de diferentes gêneros e façam anotações sobre sua estrutura, o que favorece a percepção mais ampla. O objetivo foi ensiná-los a escutar *podcasts*, reconhecer fontes, identificar o perfil do programa, avaliar a seriedade dos assuntos e distinguir entre podcasts amadores ou comerciais.

### **3.2.2 SEGUNDO ENCONTRO: DIREITOS TRABALHISTAS POR MEIO DO PODCAST (2h/a)**

#### **1º momento:**

Recapitulamos o conceito de mundo do trabalho e estabelecemos uma ligação com o terceiro momento do primeiro encontro. Em seguida, pedimos para que os estudantes se reunissem em grupos, totalizando quatro grupos de cinco integrantes, mas a depender da realidade da turma pode ser adaptado. Neste momento, é importante que eles se sintam à vontade para se organizarem com seus colegas para serem mais ativos, independentes e pró-ativos. Entregamos aos estudantes instruções e explicamos com clareza o que desejamos que cada grupo faça, antes mesmo de ouvirem o podcast. Cada grupo foi formado pela parte um, parte dois, parte três e parte quatro. Para esse momento o objeto de estudo foram dois *podcasts*: **podcast 1: Hora do Trampo: Dentro e fora da lei** –

*Trabalhar com e sem direitos no Estado Novo*<sup>74</sup>; **podcast 2:** *À Deriva Podcast – A verdade sobre a Reforma Trabalhista*<sup>75</sup>.

**Parte um:** Observe os seguintes elementos dos *podcasts*:

Formato: Qual o formato do *podcast* 1 e 2? Elenque e descreva sobre o formato utilizado.

Efeitos sonoros: Referente ao *podcast* 1, você percebe alguma função nas falas de Getúlio Vargas, no som dos trabalhadores e na vinheta? Sobre o *podcast* 2, foi utilizado algum tipo de efeito sonoro? Elenque e descreva as passagens em que esses efeitos foram importantes.

Linguagem: Os *podcasts* utilizam uma linguagem formal, informal ou os dois? Pesquise e discorra a respeito da linguagem e informe a importância desse elemento para os *podcasts*.

**Parte dois:** O período da história relatado no *podcast* 1 ocorre em um período de ascensão das garantias de direitos trabalhistas. Indique elementos citados no *podcast* que deixa evidente as instituições e mecanismos no qual os trabalhadores reivindicavam seus direitos. Compare com os mecanismos utilizados no Governo Temer. No *podcast* 1, como é relatado a reivindicação dos trabalhadores para ter direitos? E na atualidade?

**Parte três:** Pesquise a origem dos *podcast* 1 e 2: como foi criado? Qual o perfil do *podcast*? É composto por profissionais da área? Cita fontes no decorrer do desenvolvimento da temática? Qual o perfil dos convidados?

**Parte quatro:** Escreva com suas palavras um resumo dos *podcasts*, elencando as partes que você considera mais importantes.

**Para todas as partes:** observem os trechos em que há referências às lutas trabalhistas. Fiquem atentos como aparecem as referências à questão de gênero, no que diz respeito à questão salarial, licenças e outros direitos. Observe como o Estado reprime as manifestações e reivindicações a direitos trabalhistas. Façam a comparação com o Governo Temer: Como o Estado Brasileiro reagiu às manifestações e reivindicações dos trabalhadores? O que vocês acham sobre

---

<sup>74</sup> A transcrição do *podcast* está no anexo A e pode ser encontrado no *link*: [https://youtu.be/wjKPYIQlhZE?si=CaL5zlgKgTY\\_akb4](https://youtu.be/wjKPYIQlhZE?si=CaL5zlgKgTY_akb4).

<sup>75</sup> Por se tratar de um *podcast* longo, será usado um recorte importante do episódio. A transcrição está no anexo B e pode ser encontrado no *link*: <https://www.youtube.com/watch?v=esKKkcd8dZ4>.

isso? Relate casos que tenham conhecimento que os direitos não são garantidos na prática.

Foi concedido um tempo para que cada grupo ouvisse os podcasts.

### **2º momento:**

Solicitamos que os grupos compartilhem suas anotações e observações com a turma. Após esse momento, instigamos e discutimos em conjunto as discrepâncias entre o Regime do Estado Novo e o Governo Michel Temer, e, de certa forma, comparamos as formas de repressão do Estado em relação às manifestações dos trabalhadores. Também, debatemos a respeito da política varguista para o trabalhismo, portanto, a relação das reivindicações dos trabalhadores e a ascensão dos direitos trabalhistas e fizemos um comparativo com a flexibilização desses direitos no Governo Temer. Para isso colocamos um trecho do artigo de Karine Raupp (2016):

### **TEXTO 3: Uma análise da Reforma Trabalhista de 2017.**

*[...] entende-se que a Reforma Trabalhista foi criada com o objetivo de promover mudanças na legislação trabalhista existente, visando aprimorar as relações de trabalho, modernizar o ambiente empresarial e impulsionar a economia.*

*Ao longo do estudo, foram identificados diversos pontos de destaque relacionados à reforma trabalhista. Um dos principais objetivos dessa reforma é promover a flexibilização das relações de trabalho, permitindo que empresas e trabalhadores tenham maior liberdade para negociar termos contratuais. Isso inclui a possibilidade de estabelecer acordos individuais entre empregadores e empregados, além de facilitar a terceirização de atividades.*

*No entanto, é importante reconhecer que a reforma trabalhista também gerou preocupações e críticas. Como visto, as mudanças podem levar à precarização do trabalho e à redução dos direitos trabalhistas. Além disso, existe a preocupação de que a negociação individual possa favorecer o lado mais forte da relação de trabalho, deixando os trabalhadores em uma posição de desvantagem.*

*Ao avaliar as consequências da reforma trabalhista, é necessário considerar a complexidade do mercado de trabalho e a diversidade de setores e realidades em cada país. Algumas pesquisas apontam que a reforma*

*pode ter efeitos positivos, como a geração de empregos e o estímulo à contratação formal. No entanto, também há estudos que mostram impactos negativos, como o aumento da informalidade e a redução da proteção social.*

*[...] afirma-se que o desemprego caiu no ano de 2018, portanto um grande crescimento nas vagas de trabalho ano a ano [...]. Tendo em vista os números na Vara do trabalho que tiveram uma queda significativa nos anos de 2017 e 2018. Mas ao longo dos anos foi promovendo mais oportunidades de empregos e negociações entre empregado e empregador, sendo como exemplo o teletrabalho e o trabalho intermitente.*

*Portanto, é essencial adotar uma abordagem equilibrada ao analisar a reforma trabalhista. Embora existam argumentos a favor e contra, é necessário considerar cuidadosamente os contextos específicos e as implicações para os diferentes grupos envolvidos. A busca por políticas trabalhistas adequadas deve levar em conta não apenas os interesses das empresas, mas também o bem-estar e os direitos dos trabalhadores.*

*Em última análise, a reforma trabalhista é um processo em constante evolução, e sua avaliação deve ser baseada em evidências e pesquisas atualizadas. A fim de tomar decisões informadas sobre políticas trabalhistas, é necessário um diálogo contínuo entre os atores envolvidos, incluindo governos, empregadores, sindicatos e trabalhadores, visando a construção de um ambiente de trabalho justo, equilibrado e que promova o desenvolvimento sustentável da economia.*

KARINE RAUPP, D. REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA E SUAS PRINCIPAIS MUDANÇAS. Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social, [S. l.], v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.laborjuris.com.br/laborjuris/article/view/137>. Acesso em: 03 dez. 2023.

Para atividade de casa, algumas perguntas para reflexão e interpretação do texto:

1. Na visão da autora, o que seria a flexibilização das relações de trabalho?
2. Como você interpreta a Reforma Trabalhista? Como a população é afetada por essas políticas?

### **3.2.3 TERCEIRO ENCONTRO: ORIENTAÇÕES PARA PRODUÇÃO DO ROTEIRO. (1h/a)**

Nesta etapa descrevemos como o roteiro foi planejado e construído. Destacamos que, para a criação dos podcasts, o roteiro é crucial, uma vez que, antes de tudo, o estudante precisa se aprofundar no tema, ou seja, precisa pesquisar. Segundo, pois sistematiza as falas por meio da escrita, inclusive desenvolvendo essa prática. Nesse aspecto, a produção de roteiros pode ser uma ferramenta pedagógica interessante para o ensino de história e o desenvolvimento da consciência histórica (Seabra; Dos Santos; Da Silva, 2023).

#### **1º momento:**

Solicitamos para os estudantes se reunirem, preferencialmente, com os mesmos grupos do encontro anterior, para iniciarmos a montagem do roteiro do *podcast*. Nesse momento, sugerimos para cada grupo fazer um *podcast* no formato de entrevista ou solo. A ideia era que todos participassem de alguma maneira e aqueles que não se sentiram à vontade para falar puderam colaborar com a gravação ou a elaboração do roteiro. Da mesma forma, quem demonstrou interesse em expressar-se pode ter sido o participante que falou no *podcast* ou o entrevistador.

Foram fornecidas instruções aos grupos para elaborar o roteiro. Nesse momento os estudantes ficaram dispersos e ocorreram discussões, na hora de dividir as tarefas de cada integrante do grupo. Realizamos a construção desse roteiro na sala de informática, tendo em vista que alguns estudantes não têm *smartphone* ou internet móvel. Todavia, o local e o modo pode ser adaptado a depender das condições dos estudantes e da estrutura da escola.

Preparamos os alunos para portar o caderno com as anotações dos encontros anteriores para elaboração do roteiro. No quadro, colocamos quatro temas diferentes para, num sorteio, cada grupo construir um *podcast* com base nesses temas:

**Tema I:** Direitos trabalhistas na Era Vargas

**Tema II:** Manifestações e flexibilização dos direitos trabalhistas no Governo Temer;

**Tema III:** Condições dos trabalhadores: uma comparação do Governo Vargas (1930-1945) e do Governo Temer (2016-2018);

#### **Tema IV: Direitos trabalhistas: atrapalha ou ajuda?**

Segundo momento:

Em seguida distribua as orientações gerais/roteiro para a produção do podcast:

#### **ORIENTAÇÕES:**

**Para quem você irá falar?** É importante delimitar o tema ou tópico, a fim de evitar a intromissão e tornar o podcast sem sentido. Não é necessária uma descrição completa, mas, pelo menos, tópicos sequenciais para uma organização mais eficiente.

**Linguagem:** A linguagem ideal é que a conversa seja espontânea, como se fosse uma conversa entre amigos. Durante a gravação, tome os devidos cuidados com a entonação caso seja realizada a leitura de um texto. Escutar algo monótono ou forçado não é bom. Apresente-se de forma a despertar a atenção do ouvinte.

**Público:** Para um ambiente escolar, é importante evitar exagerar na informalidade.

**Formato:** Entrevista ou solo.

**Tipo:** Informativo

**Fonte:** Citar a referência do tema que está falando.

Todo *podcast* deve ter apresentação, introdução, desenvolvimento e conclusão. O primeiro passo é colocar algum som de entrada (*Jingle*) para criar uma familiaridade com o ouvinte, algo que geralmente ocorre com os programas. O segundo passo é a apresentação do programa, dos integrantes, e do conteúdo que será exibido. Caso tenha convidados, apresentá-los também. O terceiro passo é o desenvolvimento do conteúdo, independentemente de qual for o formato do *podcast*. Por fim, a conclusão resumindo os pontos discutidos no episódio e agradecer aos convidados e ao ouvinte, já os convidando para os próximos episódios.

#### **3.2.3.1 PRODUÇÃO DO ROTEIRO. (1h/a)**

Distribuídos os temas e as orientações, acompanhamos cada grupo para a produção do roteiro. Conseguimos utilizar a sala de informática, o que facilitou



muito para a pesquisa e a produção, pois os estudantes puderam acessar e revisar os conteúdos por meio de outras fontes. Esse processo durou pouco mais 2h/a, pois alguns grupos não conseguiram finalizar o roteiro. Foi interessante notar a participação e a pró-atividade da maioria da turma. O envolvimento deles na criação de conteúdos exigiu que eles organizassem seus conhecimentos para criar a estrutura material. Este processo pode ser relevante para a aquisição de conhecimento, uma vez que o estudante desempenha um papel de liderança no processo. A aprendizagem centrada no estudante torna-o um ator de destaque na construção do conhecimento, envolve e proporciona a possibilidade de que aqueles com menos habilidades de interação social ou limitações também participem.

Cada equipe produziu um roteiro, exceto a equipe do tema II, pois me pediram para juntar com a equipe do tema I, devido à proximidade com os colegas. Acatei, devido ao tempo e as dificuldades que surgiram no processo. Esse momento pode parecer breve, mas para montar um roteiro escrito de dois a cinco minutos de gravação pode levar uma ou duas aulas inteiras e se estender como tarefa de casa, o qual foi o caso de alguns grupos.

Abaixo estão os roteiros dos *podcasts* que os grupos criaram.

### **Roteiro do grupo 1**

O roteiro do grupo 1 foi produzido na sala de informática e possibilitou e foi base para o *podcast* gravado no dia 17 de abril de 2024<sup>76</sup>.

**Tema I:** Direitos trabalhistas.

**Apresentação:** Olá, tudo bem? No grupo é composto por pessoa 1, pessoa 2, pessoa 3, pessoa 4 e pessoa 5. Estamos felizes por vocês terem aceitado o nosso convite. Hoje no *HisCola*, entrevistaremos as advogadas trabalhistas daqui de Goiana, entrevistada 1 e entrevistada 2.

**Introdução:** O assunto do nosso *podcast* é sobre direitos trabalhistas. Vamos entender a sua importância para o mundo do trabalho e principalmente sobre as consequências depois da reforma trabalhista. É um tema extremamente

importante na atualidade, pois os dados mostram que o desemprego no Brasil ainda está muito alto, mesmo após essa reforma prometer uma mudança estrutural que melhoraria a curto prazo a situação dos trabalhadores e empregadores. Para hoje temos a participação ilustre das entrevistadas 1 e 2, no qual nos ajudarão a compreender um pouco a respeito das relações de trabalho.

**Desenvolvimento:** Mas vamos direto ao ponto. A justiça do trabalho criada no governo Vargas, na década de 1930, foi revolucionária no seu tempo, tendo em vista que possibilitou colocar o empregado de frente com o patrão, algo inimaginável na época. Sendo assim, após essa modernização trabalhista de 2017, você acredita que os trabalhadores se sentem à vontade em colocar o patrão na justiça?

1. Uma empresa perto da minha cidade decretou falência e demitiu em massa, essa demissão é ilegal?
2. A carteira de trabalho que historicamente foi e é um símbolo do trabalhador brasileiro desde a Era Vargas. Nessa perspectiva, o dono da empresa pode se negar a assinar a carteira de trabalho?
3. A respeito da questão do trabalho por aplicativo, quais são os lados positivos e negativos para os trabalhadores?
4. Muitos jovens têm interesse em se informar sobre a questão do menor aprendiz e estágio. Nesse caso, gostaríamos de saber quais as diferenças e se temos os mesmos direitos do funcionário.
5. Frequentemente ouvimos a expressão “sujar a carteira de trabalho”. O que isso significa?

### **Conclusão:**

Agradecemos as convidadas por terem cedido o tempo para vir à EREM Benigno Pessoa de Araújo para compartilhar o conhecimento sobre um tema tão atual. Agradecemos a todos e convidamos para o próximo episódio. Fiquem de olho no perfil do *Instagram* da escola.

## **Roteiro do grupo 2**

O roteiro do grupo 2 também foi produzido na sala de informática, contudo, como o grupo também ficou encarregado da entrevista das advogadas trabalhistas, eles tomaram como base o roteiro do grupo 1.

**Tema II:** Manifestações e flexibilização dos direitos trabalhistas no Governo Temer.

**Apresentação:** Olá, tudo bem? No grupo é composto por pessoa 1, pessoa 2, pessoa 3, pessoa 4 e pessoa 5. Hoje no *HisCola*, entrevistaremos as advogadas trabalhistas daqui de Goiana, entrevistada 1 e entrevistada 2.

**Introdução:** O assunto do nosso *podcast* é sobre manifestações e flexibilização dos direitos trabalhistas no Governo Temer. Tema extremamente importante na atualidade, pois os dados mostram que o desemprego no Brasil ainda está muito alto, mesmo após essa reforma prometer uma mudança estrutural que melhoraria a curto prazo a situação dos trabalhadores e empregadores. Para hoje, temos a participação ilustre das convidadas, no qual nos ajudarão a compreender um pouco a respeito das relações de trabalho.

**Desenvolvimento:** Perguntas para as advogadas:

1. Qual foi o maior impacto da reforma trabalhista de 2017 para a sociedade brasileira?
2. A respeito da terceirização do trabalho, ela favorece mais a quem? Os empresários ou os trabalhadores?
3. Essa fala sobre a reforma trabalhista: “O trabalhador deve escolher entre mais direitos e menos empregos ou menos direitos e mais empregos”. Em que medida isso pode ser benéfico ou prejudicial?
4. O que é o trabalho intermitente e como isso funciona na prática?
5. Se o trabalhador se sentir prejudicado, quais mecanismos institucionais podem ser utilizados?

**Conclusão:** Agradecemos as convidadas por disponibilizarem seu tempo para vir a EREM Benigno Pessoa de Araújo compartilhar o conhecimento sobre um

tema tão atual. Agradecemos também aos ouvintes e já convidamos para o próximo episódio. Fiquem atentos ao Instagram da Escola.

### **Roteiro do grupo 3**

O roteiro dos grupos 3 e 4 foi diferente dos demais, primeiro porque a princípio as equipes discordaram no formato do *podcast* e não foi possível terminá-lo no dia da aula. Após entrarem em consenso, foi decidido pelos grupos que eles iriam estudar o tema e gravar no formato entrevista, porém sem nenhum convidado.

**Tema III e IV:** Direitos trabalhistas na Era Vargas e Condições dos trabalhadores: uma comparação do Governo Vargas e do Governo Temer

**Podcast:** [A entrevista será composta por 4 pessoas. 2 apresentadores com conhecimento vasto no assunto, e 2 pessoas que perguntarão e abrirão tópicos.]

[Serão utilizadas ambas as linguagens formal e informal, podendo também haver o improviso por parte das falas.]

**Pessoas 1 e 2** — Explicar

**Pessoas 3 e 4** — Perguntar

### **APRESENTAÇÃO:**

**Pessoa 1:** “Bom dia, boa tarde, boa noite. Meu nome é [nome] e sejam bem-vindos à primeira edição do [Nome do podcast].”

**Pessoa 2:** “Aqui traremos discussões sobre tendências, política e principalmente história. Meu nome é [nome], e hoje, claro, também contamos com a presença de nossos amigos [Pessoa 3] e [Pessoa 4], que ajudarão a tornar esse conteúdo ainda melhor.”

[Ao terem seus nomes citados, Pessoa 3 e Pessoa 4 podem dar breves apresentações ou cumprimentos, para assim as presenças sejam marcadas oralmente.]

## **INTRODUÇÃO:**

**Pessoa 2:** “Bem, sem mais tempo de espera, irei revelar o tema da edição de hoje... Condições dos trabalhadores: uma comparação do Governo Vargas e do Governo Temer.”

**Pessoa 1:** “Hum, interessante.”

**Pessoa 3:** “Ué, mas como assim 'vei'? O que tem a ver esses dois governos com condição de trabalho?”

**Pessoa 1:** “É simples. A relação desses dois governos com o trabalho, é que foram de grande influência para o que são as leis trabalhistas atualmente. Tanto que foi na Era Vargas o surgimento da primeira legislação trabalhista.”

**Pessoa 2:** “E foi no Governo Temer que houve a polêmica Reforma Trabalhista, onde foi alterada a legislação trabalhista, com a justificativa de modernidade e segurança jurídica.”

**Pessoa 3:** “Ah! Entendi.”

## **DESENVOLVIMENTO 1:**

**Pessoa 4:** “Olha, voltando no que o [Pessoa 1] disse. Foi citada essa tal de Era Vargas aí. 'Aí' fiquei interessado em uma coisa. Esse cara aí, pode dizer mais sobre ele?”

**Pessoa 1:** “Olha, o Vargas foi uma figura controversa. Até hoje historiadores discutem sobre seu verdadeiro lugar na história brasileira e o quão influente ele foi para a formação do Brasil atual.”

Vargas entrou no poder, acabou com a república velha e formou o Estado Novo. Durante seu governo, aplicou ideias nacionalistas e populistas, formando assim o CLT — Consolidação das Leis do Trabalho — que é um conjunto de leis que servem para regulamentar as relações trabalhistas e proteger os trabalhadores.”

**Pessoa 4:** “Populista? Então Vargas governava pela 'rapaziada'? Pelo povão?”

Pelo operário?”

**Pessoa 1:** “Não exatamente. O Governo Vargas não apoiava uma 'luta de classes', muito pelo contrário. Acreditava-se que a melhor maneira de obter uma harmonia, seria obtendo o acordo entre o patrão e o trabalhador. Tanto que é interessante citar um feito do Vargas. Um feito que teve o objetivo de, justamente isso, tentar criar uma zona de conforto entre as classes. Durante seu governo, aconteceu o controle nos Sindicatos, uma forma de conter os empregados para que houvesse por fim uma convivência com os patrões.”

**Pessoa 4:** “Voltando um pouquinho ao assunto, 'tu' já falou da legislação trabalhista umas duas vezes. Pode citar algumas das leis criadas durante esse governo?”

**Pessoa 1:** “Foi garantido o salário-mínimo, jornada de trabalho, férias... Direitos básicos.”

**Pessoa 4:** “Ah tá.”

## **DESENVOLVIMENTO 2**

**Pessoa 3:** “Agora que foi falado MUITO de Vargas, que tal falarmos mais sobre o Governo Temer? 'Tô' curioso para saber mais sobre esse governo e como pode haver uma comparação entre ele e o Vargas.”

**Pessoa 2:** “Eu adoraria falar essa! Posso?”

**Pessoa 1:** “Claro que pode!”

**Pessoa 2:** “Temer, antes vice-presidente da república, assumiu interinamente o cargo de presidente da República após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Ao chegar na presidência, já afirmava que seu governo seria um governo reformista.”

**Pessoa 3:** “Então foi daí que surgiu a Reforma Trabalhista?”

**Pessoa 2:** “Sim, sim. A reforma trabalhista sancionada pelo presidente Michel

Temer alterou de forma significativa as regras da CLT, 'modernizando-as'. Foi uma ação bastante criticada, antes mesmo da sua sanção e até mesmo atualmente ainda é criticada.”

**Pessoa 3:** “Criticada atualmente? Por qual motivo?”

**Pessoa 2:** “Foi prometido nesse governo, que a reforma traria empregos e recuperaria o País da recente crise. Terminou que tudo o que foi prometido não aconteceu. Foram feitas alterações nas férias, horário de descanso e alimentação, carga horária e por aí vai... Algumas pessoas até acreditam que nessa reforma, foram mais favorecidos os empregadores do que os trabalhadores.

Portanto, ao comparar Vargas com Temer, pode-se dizer que Vargas criou uma legislação trabalhista abrangente, e Temer promoveu mudanças — mesmo que criticadas — que flexibilizaram as regras. Ambos abordam diferente a relação entre Estado, trabalhadores e empregadores.”

**Pessoa 3:** Então, galera! É isso! Sejam bem-vindos ao nosso *podcast* HisCola e nos acompanhem nas próximas gravações.

#### **Roteiro do grupo 4**

O roteiro do grupo 4 também foi produzido na sala de informática, contudo, o grupo teve dificuldades na escrita, entrosamento e etc. Portanto, fizeram o roteiro com base nos grupos 1 e 2, com uma breve adaptação.

**Tema IV:** Direitos trabalhistas: ajuda ou atrapalha?

**Introdução:** Apresentação. Nosso grupo é composto por pessoa 1, pessoa 2, pessoa 3 e pessoa 4. Hoje, no *podcast* Escola, iremos abordar o tema sobre “Direitos trabalhistas: atrapalha ou ajuda?” Um tema importantíssimo para que possamos entender sobre direitos trabalhistas. Sejam bem vindos!

**Desenvolvimento:**

1. Como as leis trabalhistas podem ajudar a garantir a segurança e o bem-estar dos trabalhadores em diferentes setores da economia?

2. Quais são os principais direitos dos trabalhadores em relação a salário, jornada de trabalho e benefícios, e como esses direitos variam de acordo com a legislação de cada país? De que maneira as leis trabalhistas podem proteger os trabalhadores contra discriminação no local de trabalho e garantir a igualdade de oportunidade de emprego?
3. Como as leis trabalhistas evoluíram ao longo do tempo para se adaptar às mudanças na dinâmica do mercado de trabalho, incluindo o surgimento de novas profissões e modelos de trabalho remoto?
4. Quais são os recursos disponíveis para os trabalhadores que enfrentam violações de seus direitos, e como podem buscar ajuda para resolver questões relacionadas ao ambiente de trabalho?

**Conclusão:** Agradecemos aos convidados por disponibilizarem seu tempo para vir a EREM Benigno Pessoa de Araújo compartilhar o conhecimento sobre um tema tão atual. Agradecemos também aos ouvintes e já convidamos para o próximo episódio. Fiquem atentos ao Instagram da Escola.

### **3.2.4 QUARTO ENCONTRO: PRODUÇÃO DO PODCAST POR MEIO DO APLICATIVO AUDIOLAB. (2h/a)**

#### **1º momento:**

Antes de começarmos a usar o *Audiolab* para gravar o podcast, apresentamos a ferramenta e definimos quais funções devem ser utilizadas.

#### ***Audiolab***

*Audiolab* é um aplicativo (app) livre e gratuito de gravação, reprodução e edição de áudio desenvolvido pela empresa *full-stack*<sup>77</sup> de design e desenvolvimento de aplicativos móveis e web, que foi desenvolvido em primeiro de janeiro de dois mil e vinte. No *app* é possível cortar um áudio, criar efeitos como música de fundo, eco, juntar áudios de arquivos diferentes, converter os

---

<sup>77</sup>Full Stack é um profissional especializado em Tecnologia da Informação capaz de desempenhar diversas tarefas relacionadas ao desenvolvimento e programação web, sendo bastante valorizado no mercado devido ao seu domínio em diversas linguagens, códigos e tecnologias (FIA, 2021). Ver em <https://fia.com.br/blog/full-stack-o-que-e-o-que-faz-e-habilidades-deste-profissional/#:~:text=Boa%20leitura!-O%20que%20%C3%A9%20Full%20Stack%3F,diferentes%20linguagens%2C%20c%C3%B3digos%20e%20tecnologias.>



arquivos em formatos diferentes de áudio, conversor de vídeo, ajuda para converter texto em fala, efeito karaokê, alterador de velocidade e muitas outras funções que é possível encontrar mais informações técnicas sobre o desenvolvedor no site da *hitrolab*<sup>78</sup>. No “*playstore*”<sup>79</sup>, a versão mais atualizada é a 1.2.14 e recomendamos fazer o *download* dessa versão por ser a mais atualizada e completa e possuir a interface em vários idiomas, inclusive o português.

Para instalar, siga as instruções abaixo:

1. Acesse o *playstore* e pesquise pelo nome *Audiolab*.
2. Clique na opção **instalar**.
3. Em seguida já estará disponível a opção **abrir**.
4. Será iniciado a opção para conceder permissões de armazenamento, notificações e outras opções.
5. Em seguida, o **app** irá iniciar com um tutorial para que qualquer usuário consiga utilizar todos os recursos disponíveis.

Para utilizarmos o *app* foi importante nos habituarmos a respeito da interface e das ferramentas disponíveis. Assim que iniciamos o *app* será visualizado as ferramentas mais básicas. De modo geral, o *app* tem várias funções disponibilizadas gratuitamente e é fácil de utilizar, visto que todas as abas têm um tutorial. Desse modo, iremos expor as principais funções que faz sentido a proposta deste trabalho.

Para utilizar as funções básicas do *app*, basta seguir passo a passo abaixo:

### **1. Menu principal:**

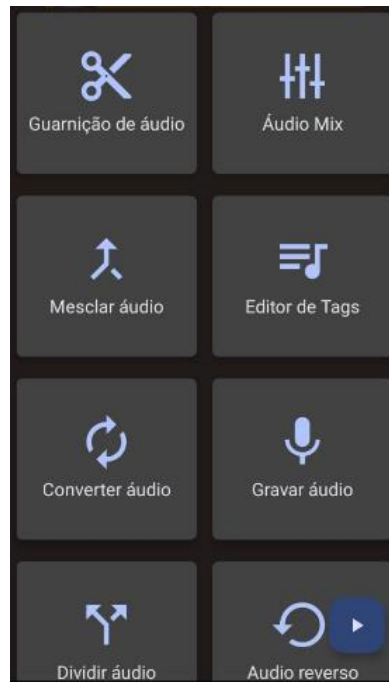
Onde estão as principais funcionalidades do aplicativo.

---

<sup>78</sup> <https://hitrolab.com/>

<sup>79</sup> *Playstore* é um serviço online que vende conteúdos digitais como jogos, jogos eletrônicos, filmes, programas de televisão, músicas e livros. É feito e operado pela *Google*.

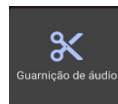
Figura 7 - Menu principal do aplicativo *Audiolab*.



Fonte: Auto, 2024.

### 3. Guarnição de áudio/Aparador de áudio

Figura 8 - Seção guarnição de áudio, do aplicativo *Audiolab*.

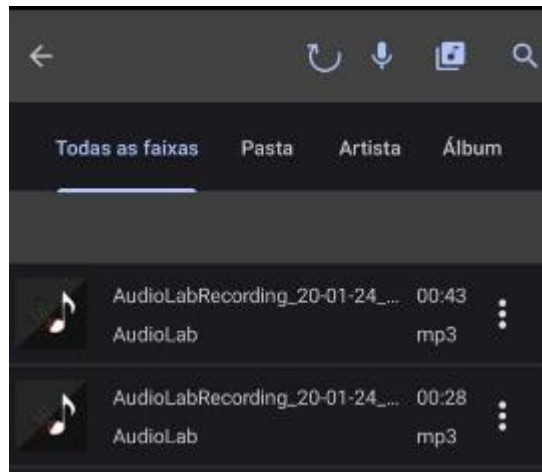


Fonte: Autor, 2024.

Para recortar parte do áudio basta acessar esse atalho.

#### 2.1. Escolha das faixas de áudio para a edição.

Figura 9 - Seção "Todas as faixas", do aplicativo *Audiolab*.

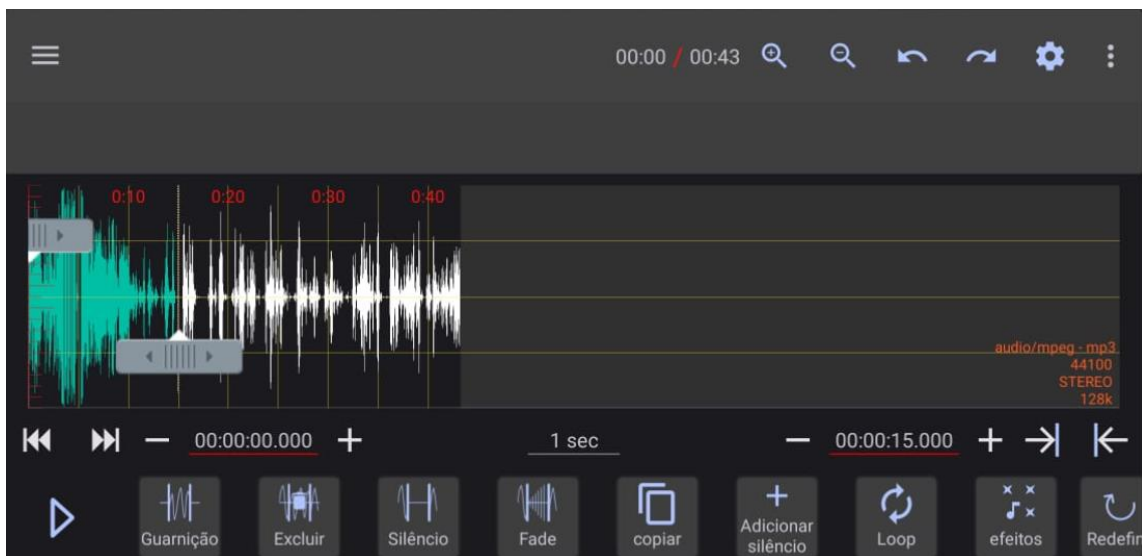


Fonte: Autor, 2024.

Esta opção você seleciona um ou mais arquivos disponíveis no smartphone para editar o áudio na próxima opção.

## 2.2. Escolha das faixas de áudio para a edição.

Figura 10 - Seção Edição de áudios, do aplicativo *Audiolab*.



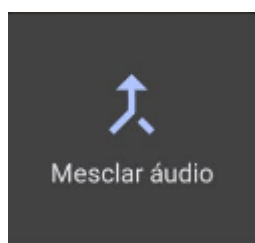
Fonte: Autor, 2024.

Nesta área, você pode selecionar o áudio arrastando com o cursor na área verde, conforme mostra a imagem 04. O item **Efeitos** de forma geral retira ruídos. O item **Loop** repete o som do trecho selecionado. Para deixar o arquivo de áudio

com um trecho de silêncio acessar a opção **Adicionar silêncio**. Para copiar uma parte do áudio selecionado acessar o item **Copiar**. Geralmente utilizado para iniciar e terminar um *podcast* o item **Fade** é utilizado para obter um aumento gradativo ou uma diminuição gradativa do volume do trecho selecionado. A opção **Silêncio**, possibilita deixar um trecho silencioso. Por fim, se desejar excluir parte da gravação, acessar o item **Excluir** e quando terminar acessar a opção **Guarnição** e em seguida aparecerá o item **Salvar** para não perder a edição do áudio editado.

### 3. Mesclar áudio

Figura 11 - Seção Mesclar áudio, do aplicativo *Audiolab*.

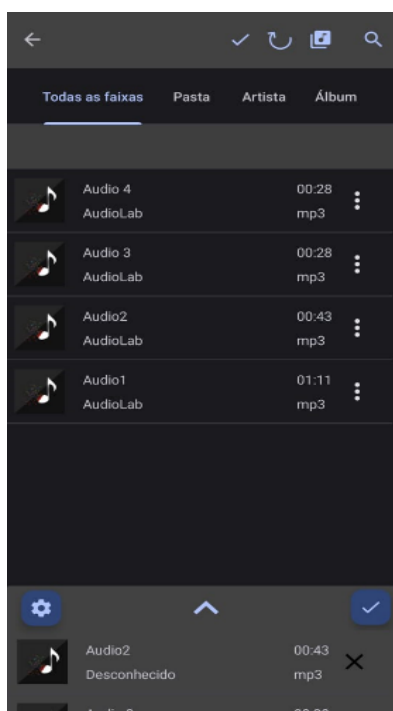


Fonte: Autor, 2024.

Permite a junção de dois ou mais áudios.

#### 3.1. Selecionar os arquivos de áudio.

Figura 12 - Seleção de arquivos, do aplicativo *Audiolab*.

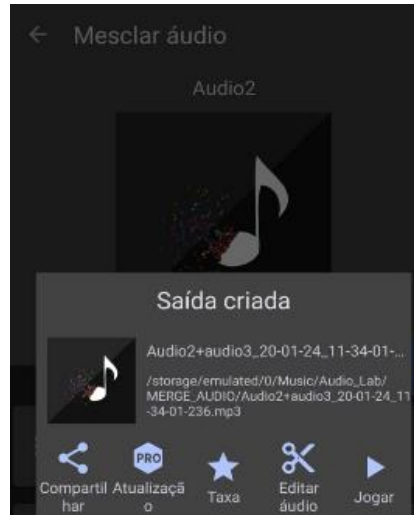


Fonte: Autor, 2024.

Seleção dos áudios que serão mesclados.

3.2. Criação de um novo arquivo com os áudios mesclados.

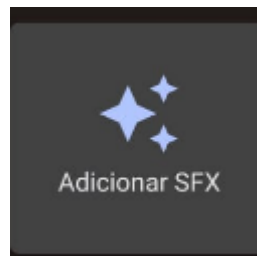
Figura 13 - Seção Mesclar áudio, do aplicativo *Audiolab*.



Fonte: Autor, 2024.

#### 4. Adicionar efeitos

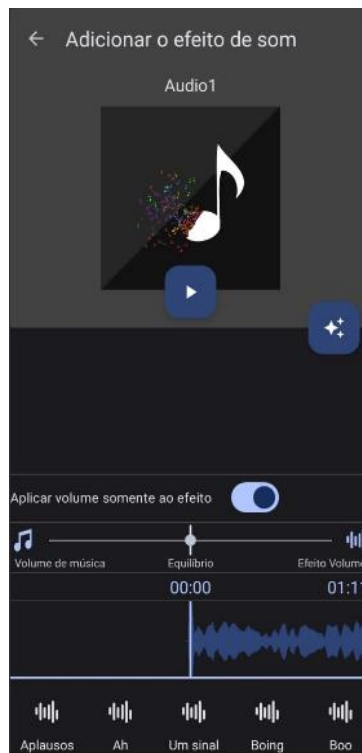
Figura 14 - Seção adição de efeitos (SFX), do aplicativo *Audiolab*.



Fonte: Autor, 2024.

4.1. Criação de um novo arquivo, com efeito.

Figura 15 - Criação de um novo arquivo com efeito, no aplicativo *Audiolab*.



Fonte: Autor, 2024.

## 2º momento:

O programa pode ser gravado na íntegra e posteriormente, na edição, retirados os erros. Outra alternativa é a de gravar em partes e juntá-las depois. Contudo, optamos por gravar direto e fazer as edições (cortando erros de gravação, adicionando efeitos, músicas, etc.) em casa, pois alguns integrantes já faziam esse tipo de edição em outros programas e tiveram mais facilidade para manusear o *Audiolab*.

A manipulação do aplicativo é parecida à de um editor de texto, porque se pode selecionar e copiar um trecho para colá-lo em outra parte, repetindo, ou simplesmente movendo de um lado a outro. É possível também apagar e diminuir o restante da faixa para não haver espaços vazios, ou desfazer ação e refazê-la.

O *Audiolab* possui várias funções e efeitos. Para iniciar o processo de edição, você precisa selecionar inicialmente o trecho que planeja editar e escolher o método de edição.

### **Cortando partes do áudio**

Sugerimos começar a edição recortando os trechos indesejados. Para isso basta ir na opção *guarnição de áudio*, selecionar o trecho a ser excluído, escute-o novamente para ter certeza se é exatamente o que quer apagar. Feito isso, selecionar a opção *guarnição* e salvar.

### **Juntando áudios diferentes**

Aqui, se o grupo quiser, inserir uma trilha sonora ou algum som, basta acessar o menu *mesclar áudios* e sem seguida selecionar os áudios para ser criado um novo arquivo com os áudios juntos.

### **Usando os efeitos**

O grupo pode adicionar efeitos como: aplausos, gritos, barulho de chuva e entre outros. Basicamente deverá selecionar o trecho de áudio que deseja aplicar o efeito e escolher o efeito que deseja aplicar.

### **Ajustes finais**

Após terminar a edição do *podcast* é possível realizar algum ajuste. Salientamos, que o *Audiolab* tem muitas funções, mas entendendo que possivelmente muitos estudantes nunca fizeram uma edição de áudio e tenham algumas limitações para o uso do aplicativo, apresentamos essas três principais funções, necessárias para criação de um *podcast*. Ficando a critério, a exploração das outras funções do aplicativo. Por fim, cada grupo encaminhou o roteiro e os grupos dos temas I e III encaminharam o *podcast* gravado.

## **3.3 VALIDAÇÃO DA METODOLOGIA: APLICAÇÃO E RESULTADO DA OFICINA**

### **Grupo do tema I e II**

Para esses grupos, convidamos duas advogadas especialistas em direito previdenciário e direito trabalhista para gravar um *podcast* no formato de entrevista. Elas aceitaram o convite e conseguimos gravar dois *podcasts*, o do

grupo do tema I e o do tema II. Explicamos a proposta do *podcast*, assim como a questão do tempo e que era voltado para o público de estudantes do ensino médio. No dia 17 de abril de 2024, às 9h30, iniciamos a primeira gravação. Colocamos xícaras personalizadas e café e lanches para os convidados. Por se tratar de uma novidade para os estudantes, alguns ficaram nervosos, mas o roteiro ajudou muito no que diz respeito à organização. É fato que a duração do *podcast* ultrapassou o previsto e o planejado, mas deixamos as convidadas à vontade para compartilhar o conhecimento.

Neste *podcast*, abordamos questões relacionadas aos direitos trabalhistas com base na própria CLT. Houve uma grande quantidade de perguntas surgidas de forma inesperada, o que aperfeiçoou ainda mais o *podcast*. À medida que o tempo foi passando, percebemos que os estudantes se sentiram mais à vontade para formular mais perguntas e tecer comentários. Ao final do programa, foi possível notar a satisfação demonstrada pelos participantes ao entrevistarem especialistas na área. Sugeri que fizesse recortes para criar vários *podcasts*, contudo devido a outras atividades e eventos da escola não foi possível realizar esse tipo de edição.

Os *podcasts* revelaram-se extremamente produtivos, sobretudo no que diz respeito ao aprendizado sobre direitos trabalhistas, tema de que muitos não tinham familiaridade.

Os *podcasts* estão disponíveis na pasta do *google drive*<sup>80</sup> e ficou acessível para quem tem o link<sup>81</sup>. As imagens do evento e do momento da gravação estão disponíveis no *Instagram* da escola<sup>82</sup>

### Grupo do tema III e IV

No dia 04 de abril de 2024, iniciamos o processo de criação do *podcast* entre 9h30 e 11h10 (terceira e quarta aula), os grupos gravaram um áudio pelo

---

<sup>80</sup> Ver em: [https://drive.google.com/drive/folders/1ZCICZMMNQ8-JPxQT2RFT4KCX0u6O6dG1?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1ZCICZMMNQ8-JPxQT2RFT4KCX0u6O6dG1?usp=drive_link).

<sup>81</sup> O link do *podcast* foi divulgado no grupo de *whatsapp* da turma, assim como o grupo geral da escola. Optamos em não colocar em alguma plataforma para respeitar o direito dos estudantes que não queriam compartilhar em plataformas de áudio (*Spotify*) e nas redes sociais.

<sup>82</sup> EREM BENIGNO PESSOA DE ARAUJO. **Direitos trabalhistas no Brasil**. Goiana, 17 abr. 2024. Instagram: @benigno.pessoa.de.araujo. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/C53OHILrOJZ/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/p/C53OHILrOJZ/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==). Acesso em 21 de abr. 2024.



*app Audiolab*, mas salientamos que existe a possibilidade de selecionar um arquivo de áudio já gravado. O processo de gravação foi divertido. Os estudantes realizaram a gravação acompanhando o roteiro planejado e adaptaram o que estava disponível no momento. Isso permitiu que os alunos estudassem e analisassem o tema para poderem fazer a melhor gravação possível. Nesse processo, treinamos várias habilidades, a leitura, a oralidade, a entonação e outras questões. Os grupos ficaram engajados e deixaram a gravação da melhor maneira possível e, portanto, gravamos e regravamos até ficar no ponto em que acreditamos que ficou ideal.

Orientamos a todo momento que eles tomassem como referência o roteiro construído, para que não se perdessem nas falas e nem na ordem que deveria cada integrante falar.

Sabemos dos desafios e dificuldades que possam existir nessa fase, como a falta do *smartphone*, ambiente adequado e equipamentos necessários para qualidade do áudio, gravamos da forma possível, por meio de um aplicativo e com um *smartphone*. A ideia era que cada um gravasse a sua fala em casa para podermos arquivá-la posteriormente, mas, infelizmente, nem todos os membros do grupo dispõem de um *smartphone* ou internet, ou de um ambiente adequado para a gravação. Diante dessas dificuldades, optamos pela gravação apenas com os integrantes dos grupos na sala de informática. Assim, conseguimos reter a atenção do grupo e minimizar os possíveis ruídos da escola.

A gravação foi realizada por um *smartphone* de um integrante do grupo, assim como a edição dos áudios. Esse grupo elaborou um roteiro bastante detalhado, mais denso e, conseqüentemente, com maior domínio do tema, uma vez que escolheram o modelo de entrevista, no qual eles mesmos tiveram que responder às perguntas.

Finalmente, notamos um grande envolvimento na produção do *podcast*, principalmente quando se preocuparam com o tempo, a qualidade e se o conteúdo ficou interessante para o público alvo (os estudantes de ensino médio).

O *podcast* está disponível em uma pasta do *google drive*<sup>83</sup> e ficou acessível apenas para quem tem o *link*. Também respeitamos o direito de alguns

---

<sup>83</sup> Ver em: [https://drive.google.com/drive/folders/1ZCICZMMNQ8-JPxQT2RFT4KCX0u6O6dG1?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1ZCICZMMNQ8-JPxQT2RFT4KCX0u6O6dG1?usp=drive_link).

integrantes dos grupos que não queriam a divulgação em plataformas como *spotify*.

### 3.4 QUINTO ENCONTRO: APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PODCASTS (2h/a)

#### 1º momento:

Nesse instante os grupos apresentaram na ordem dos temas (I, II, III e IV). Preparamos a sala de informática para a escuta dos *podcasts*<sup>84</sup>. Como a escola dispõe de caixa de som e outros equipamentos, selecionamos o arquivo dos grupos para que todos escutassem os *podcasts*. Nesse momento, muitos ficaram tímidos ao se ouvirem e identificaram pontos a melhorar na gravação. A comparação entre um estilo de podcast e outro foi bastante proveitosa. Ao final da apresentação, solicitamos aos grupos o seguinte:

1. Quais foram as dificuldades encontradas na produção do roteiro? E na produção do *podcast*?

2. O *podcast* lhe ajudou a aprender mais o conteúdo?

A maioria dos membros mencionou a falta de equipamentos adequados para uma gravação mais eficiente, além da complexidade do tema, visto que, ao longo dos estudos e aulas, perceberam que o tema é bastante amplo, mas conseguiram simplificar e tornar a linguagem acessível para o público jovem.

Em seguida elencamos os pontos positivos e os pontos a melhorar e avaliamos segundo os critérios levantados na orientação. Esperou-se que os grupos desenvolvessem os *podcasts* nas orientações citadas nas aulas anteriores, além disso, que eles pesquisassem a respeito dos conteúdos, resumissem os conteúdos, trabalhassem em grupo na produção do *podcast*, estimulando o desenvolvimento de diferentes habilidades, assim como a compreensão a importância da manutenção dos direitos trabalhistas e sua atualização, no sentido de melhorá-los.

---

<sup>84</sup> Para acesso aos *podcasts* gravados pelos grupos acessar o link: [https://drive.google.com/drive/folders/1ZCICZMMNQ8-JPxQT2RFT4KCX0u6O6dG1?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1ZCICZMMNQ8-JPxQT2RFT4KCX0u6O6dG1?usp=drive_link).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa teve por finalidade perceber e comparar quais são as representações dos direitos trabalhistas no Estado Novo e no governo Temer por meio do uso do *podcast*.

No primeiro capítulo realizamos uma análise histórica da rádio, por entendermos ser um antecedente do *podcast*, com o intuito de entendermos como as mídias no Brasil foram utilizadas para realizar atividades de ensino. Para a estruturação desse aspecto histórico utilizamos autores como Cunha e Haussen (2003); Andrelo (2012); Moreira, Mucelin, Martins, Oliveira, 2016 e Meneguel e Oliveira (2018).

Constatamos que, assim como o *podcast* e outros recursos de mídia digitais, no Brasil desde a década de 1920 já se tinha uma preocupação quanto ao uso dessas ferramentas para fins educacionais, entendendo sua rápida expansão e circulação.

Outro aspecto que analisamos foi o surgimento da mídia *podcast* e seus tipos e formatos. Para tanto, utilizamos autores como Jesus (2014); Souza (2016); Lenharo, Cristovão, 2016; Arruda, Carvalho, Cardoso Filho, 2021; Carvalho (2020); Junior, Coutinho, 2018. Observamos que essa mídia tem um poder de variação muito grande, tendo em vista sua rápida expansão, alinhada a popularização da internet e de equipamentos eletrônicos (Mp3, Mp4, celular, etc). E com isso o *podcast* passou do uso amador para o uso profissional, sobretudo nos últimos dez anos. Esse movimento se reverberou por meio da criação da Associação Brasileira de *podcasters*, no qual os produtores começaram a se reunir para debater a respeito. Também analisamos como historiadores estão se apropriando do *podcast* para divulgar a história para o público. Por fim, investigamos as pesquisas dos últimos anos no Profhistória sobre o *podcast* e o ensino de história, verificando as experiências e os resultados dessa mídia aplicada ao ensino de história.

A pesquisa teve como objetivo refletir sobre a possibilidade de utilização do *podcast* como uma ferramenta eficaz no processo de ensino e aprendizagem na disciplina de história. Considerando a variedade de obstáculos enfrentados por um professor em sala de aula e a diversidade e singularidade de cada turma

ou aluno, esta dissertação não tem como objetivo afirmar que o uso de podcast em sala de aula resolveria todos os problemas ou alcançaria todos os estudantes.

Quanto à sugestão de indicar um caminho para o uso do *podcast*, acreditamos que a análise dos quatro *podcasts* indicou uma possível rota, considerando, basicamente, os tipos e formatos (entrevista, debate, storytelling, solo, monólogo, etc.) e aspectos estruturais do episódio (como conteúdo e publicação). Ou seja, foi considerada a totalidade do *podcast*.

O objetivo foi atingido, uma vez que, ao longo do primeiro capítulo, após uma revisão de literatura e uma análise das dissertações do ProfHistória, ficou claro para o leitor que o podcast pode ser uma ótima ferramenta para a aplicação em uma aula de história, desde que o professor tenha domínio sobre essa linguagem.

Quanto à segunda parte da dissertação, consideramos também que a meta almejada foi atingida. Como parte do objetivo geral desta dissertação era lidar com os aspectos da influência do Novo Ensino Médio nos currículos dos estados da Paraíba e de Pernambuco, com foco na disciplina de história, analisando as semelhanças e diferenças. Além disso, analisamos a abordagem do livro didático do Novo Ensino Médio em relação às questões trabalhistas no Estado Novo e no Governo Temer, bem como os podcasts que tratam desses temas. Conseguimos identificar que os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio da Paraíba e de Pernambuco, ambos têm em comum o modelo de projeto de vida, no qual entende que o estudante é o protagonista da sua trajetória, o que está entrelaçado à preparação para o mundo do trabalho.

Também identificamos que apesar de todas as críticas, o livro do novo ensino médio, o livro que analisamos, discute de forma muito resumida a questão do Estado Novo, reproduzindo a ideia de que o então Presidente Getúlio Vargas concedeu direitos e discutiu de forma sucinta a influência das lutas trabalhistas nessas conquistas. Sobre a Reforma Trabalhista, o livro aborda apenas um parágrafo, contudo na atividade colocou dois textos onde propôs ao estudante a reflexão dos pontos negativos e positivos da reforma. Ainda sobre o livro didático, vimos que acompanhando a ascensão das tecnologias digitais, vimos que o livro propõe a escuta de *podcast*, reconhecendo de certa forma que é um recurso que possibilita o estudo da história.

Por fim, analisamos alguns episódios dos *podcasts* História FM, História em Meia Hora e Cola na história, como eles trabalharam os temas e se usaram conceitos e tudo mais. Acreditamos que todas essas análises serviram para demonstrar que na documentação oficial, os estados estão se adequando no sentido de influenciar o chamado projeto de vida do estudante, incentivando o protagonismo por meio de várias ferramentas. O *podcast* é um caminho viável, percebemos ao analisarmos alguns programas de *podcast* sobre a temática, inclusive no livro didático ele é abordado.

No último capítulo desta dissertação, propôs-se uma oficina de *podcast*, composta por cinco encontros, totalizando 10 h/a. A proposta inicial foi apresentada aos estudantes e o objetivo era compreender o conhecimento prévio deles. Posteriormente, exibimos a mídia *podcast* e constatamos que a maioria dos alunos da 3ª A da EREM Benigno Pessoa de Araújo estão ouvindo *podcasts*, o que nos deixou contentes.

Em outro momento, estudamos e analisamos programas sobre os direitos trabalhistas no Estado Novo e a Reforma Trabalhista de 2017, identificando o perfil dos *podcasts*.

Posteriormente, elaboramos os roteiros dos *podcasts*, um momento enriquecedor, já que observamos os alunos escrevendo, treinando e organizando as ideias estudadas.

A atividade de gravação foi o ponto alto da oficina, o que incentivou o protagonismo dos estudantes, permitindo que eles gravassem, regravassem e realizassem ajustes, utilizando o aplicativo *Audiolab*, que foi bastante simples de ser utilizado.

Finalmente, é possível notar que o *podcast* foi um instrumento que permitiu o exercício do protagonismo dos estudantes, assim como facilitou o aprendizado a respeito dos direitos trabalhistas, pois a expectativa de gravar e usar tecnologia digital despertou um grande interesse nos grupos. Os estudantes riram, tiveram receio, enfrentaram obstáculos e demonstraram determinação. Além disso, observou-se que, para além da gravação, que favorece a oralidade e alcança aqueles que são mais introspectivos, a montagem do roteiro também foi relevante na elaboração do texto, o que, conseqüentemente, a incentivou a escrever. E, também, entendemos que os estudantes compreenderam que nem tudo que está nas redes sociais tem base científica, muitas vezes é uma opinião

sem nenhum fundamento. Portanto, para além da produção do *podcast* e aprendizagem do conteúdo, acreditamos que eles adquiriram a capacidade de seleção dos conteúdos digitais disponíveis na internet.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABPOD. **Busca pelo termo “podcast” cresce 43% no Brasil este ano.** 2022. Acesso em: <https://abpod.org/busca-pelo-termo-podcast-cresce-43-no-brasil-este-ano>. Disponível em: 17 jun. 2023.

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos.** Belo Horizonte: RECIMAM, 2008

ANDRELO, R. O rádio a serviço da educação brasileira: uma história de nove décadas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 139–153, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i47.8640044. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640044>. Acesso em: 28 nov. 2022.

ANPUH. **Nota da Associação Nacional de História sobre a MPV 746/2016.** 2016. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3780-nota-da-associacao-nacional-de-historia-sobre-a-mpv-746-2016> . Acesso em: 02 abr. 2023.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

ARRUDA, R. P., Sodr , E. L. V., & Cardoso Filho, A. A. (2021). **O projeto de extens o “vozes da hist ria” se reinventa com o podcast “vozes na pandemia”.** Expressa Extens o, 26(1), 559-573.

AVRITZER, Leonardo. **O p ndulo da democracia.** S o Paulo: Todavia, 2019.

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello. **Ensino H brido personaliza o e tecnologia na educa o.** Porto Alegre. Penso. 2015.

BARCA, ISABEL. **Aula Oficina: do Projeto   Avalia o.** In. Para uma educa o de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educa o Hist rica. Braga, Centro de Investiga o em Educa o (CIED)/ Instituto de Educa o e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.

BRAGGIO, A. K.; SILVA, R. **O Projeto de Vidano Novo Ensino M dio.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educa o, Araraquara, v. 18, n. 2, p. 35-56,2023.

BARTON, K. C. **Agency, choice and historical action: How history teaching can help students think about democratic decision making,** Citizenship Teaching & Learning 7: 2, pp. 131–142. 2012.

BETAT, Inara dos Santos. **Regulamenta o dos direitos trabalhistas no Brasil: uma tentativa de concilia o entre o capital e o trabalho (1937-1945).** 2005. 135 f. Disserta o (mestrado em Economia). Universidade Federal do Esp rito Santo, Vit ria, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber hist rico na sala de aula.** S o Paulo: Contexto, 2002.

BORGES, Claudia; FRANCISCO, Luara; LOUVEM, Henrique. **Jogos e podcast no ensino de história**. IN: BORGES, Claudia; GONTIJO, Priscilla (Org.). Experiências docentes e a construção do saber histórico [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. v.4, p.159-184.

BOTTENTUIT JUNIOR, J. B.; COUTINHO, C. P. **Recomendações para produção de podcast e vantagens na utilização em ambientes virtuais de aprendizagem**. Prisma.com (Portugal), n. 6, p. 125-140, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72868>. Acesso em: 21 jan. 2023.

BOTINI, Altieres de Carvalho. **Legislação sindical e trabalhista durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934): corporativismo e despolitização do movimento operário**. Orientador: Carlos Batista Prado. 16 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso) – História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

BRAGGIO, A. K.; SILVA, R. **O projeto de vida no Novo Ensino Médio**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023041, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.16266>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília (DF): MEC, 2018

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 11 set. 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história**. Ministério da Educação/ Brasília: MEC / SEF, 1998.

CAETANO, Erica. **Ensino remoto e Covid-19: as maiores dificuldades dos estudantes na pandemia**. 2021. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/blog/ensino-remoto-e-covid-19-o-que-a-pandemia-nos-mostrou-sobre-essa-forma-de-estudar.htm>. Acesso em: 28 mai. 2023.

CAMPOS, Tiago Soares. **Extrema direita**. 2022. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/extrema-direita.htm>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Uma visão geral sobre a reforma trabalhista**. Mercado de trabalho: conjuntura e análise, nº 63, p. 82-94, out. 2017. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10299/7/bmt\\_63\\_reforma\\_trabalhista.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10299/7/bmt_63_reforma_trabalhista.pdf). Acesso em: 03/06/2023.

CARVALHO, Saulo Rodrigues. **PODCAST COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO REMOTO**. Revista Aproximação, [S.l.], v. 2, n. 05, dez. 2020. ISSN 2675-228X. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/aproximacao/article/view/6709>. Acesso em: 13 jan. 2023.



CASSANY, Daniel; AYALA, Gilmar. **Nativos e imigrantes digitais en la escuela**. Participación Educativa: revista del Consejo Escolar del Estado, v. 9, nov./2008, p. 53-71. Disponível em: [http://repositori.upf.edu/bitstream/handle/10230/21226/Cassany\\_PE\\_9.pdf?sequence=1](http://repositori.upf.edu/bitstream/handle/10230/21226/Cassany_PE_9.pdf?sequence=1). Acesso 14 jul. 2023.

CASTRO, E. A.; COELHO, V. ; SOARES, R. ; SOUZA, L. K. S. ; PEQUENO, J. O. M. ; MOREIRA, J. R. . **Ensino Híbrido: Desafio da Contemporaneidade**. Revista **Projeção e Docência**, v. 6, p. 47-58, 2015.

COLA NA HISTÓRIA: **Era Vargas 1 – Revolução de 1930**. Entrevistado: Francisco Araripe. Entrevistador: Rafael Bronz. [S. l.]:Spotify, set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0hOkmLdFQzCkOFpwipr9Ri>. Acesso em: 30 maio. 2023.

COLA NA HISTÓRIA: **Era Vargas 2 – Governo Provisório**. Entrevistado: Francisco Araripe. Entrevistador: Rafael Bronz. [S. l.]:Spotify, set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7upOe5CX6Ft7YxXH2qQzC6>. Acesso em: 30 maio. 2023.

COLA NA HISTÓRIA: **Era Vargas 3 – Período Constitucional**. Entrevistado: Francisco Araripe. Entrevistadores: Rafael Bronz. [S. l.]:Spotify, set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6XusOCuWo3ukAxG172eaRS>. Acesso em: 30 maio. 2023.

COUTINHO, Sayonara G. **Os desafios para a regulamentação: questões que não estão bem contempladas no arcabouço legal**. In: Futuro do trabalho no Brasil: perspectivas e diálogos tripartites. Genebra: OIT, 2018. p. 83-84.

SEABRA, George Leonardo; DOS SANTOS, Christiano Britto Monteiro; DA SILVA, Phillip Julia. **Roteiros de gameplay e ensino de história: experiências didáticas prática docente**. Revista Tecnologia e Sociedade, v. 19, n. 58, p. 394-410, 2023.

COLL, Cesar; MAURI, Teresa; ONRUBIA, Javier. **A incorporação das tecnologias de informação e da comunicação na educação: do projeto técnico-pedagógico às práticas de uso**. In: COLL, Cesar; MONEREO, Charles (Org.). Psicologia da Educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 66-93.

COSTA, Aryana Lima, OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá**. Revista Saeculum. Revista de História, n.16. João Pessoa, jan./jun. 2007.

CUNHA, Magda Rodrigues; HAUSSEN, Doris Fagundes (Org.). **Rádio Brasileiro: episódios e personagens**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DIOGO, M. F. **Implicações entre o ensino remoto emergencial e o aumento da desigualdade social**. 2021. Disponível em:

[https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2021/Anais\\_MM2021/MC15\\_1.pdf](https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2021/Anais_MM2021/MC15_1.pdf). Acesso em: 20 ago. 2022.

ESPÓSITO, César Augusto et al. **Reforma Trabalhista**. Revista científica Unilago, São Paulo, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/222>. Acesso em: 11 de mai. de 2023.

FARIAS, João Paulo de Oliveria. **O uso de Podcast para o ensino e aprendizagem de história: Produção e difusão com/para estudantes do ensino médio**. 2021. 153 f. Dissertação (mestrado profissional em ensino de história). Universidade Regional do Cariri, Crato, 2021.

FEITOSA, Cleydiane Cristina dos Santos Rodrigues. **Tele ensino no Maranhão: discursos jornalísticos (1998-2003)**. 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade do Estado do Maranhão, São Luís, 2019.

FERNANDES, A. C. et al. (Ed.). 2020. **Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Trabalho e tecnologia**. Manual do Professor. São Paulo, Moderna, 160 p. Disponível em: [https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/2021/05/FP\\_0190P21204\\_2\\_MP\\_PDF\\_CARAC](https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/2021/05/FP_0190P21204_2_MP_PDF_CARAC). Pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

FERNANDES, A. C. et al. (Ed.). 2020. **Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Ética, cidadania e direito humanos**. Manual do Professor. São Paulo, Moderna, 160 p. Disponível em: [https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/2021/05/FP\\_0190P21204\\_6\\_MP\\_PDF\\_CARAC](https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/2021/05/FP_0190P21204_6_MP_PDF_CARAC). Pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

FIA. **Full Stack: o que é, o que faz e habilidades deste profissional**. 2021. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/full-stack-o-que-e-o-que-faz-e-habilidades-deste-profissional/#:~:text=Boa%20leitura!-,O%20que%20%C3%A9%20Full%20Stack%3F,diferentes%20linguagens%2C%20c%C3%B3digos%20e%20tecnologias>. Acesso em: 13 mar. 2023

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados**. *Organicom*, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 9, p. 90–100, 2008. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2008.138986. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138986>. Acesso em: 03 set. 2023.

FLOWCASTCUTBRASIL. **Reforma Trabalhista** (Sofia Manzano). YouTube, 17 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://youtube.com/shorts/IgXGGg49seg?si=Yv5BUGKkKR2Zu8Rn>. Acesso em: 05 de dezembro de 2023.

FONSECA, Robson Rodrigo Pereira da. *Podcast de Storytelling: PASSADO EM DISPUTA: POSSIBILIDADES DO PODCAST PARA O ENSINO DE HISTÓRIA*. 2021. 105 f. Dissertação (mestrado profissional em ensino de história). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FREIRE, Eugênio P. A. **Podcast: breve história de uma nova tecnologia educacional**. Educação em Revista, Marília, v. 18, n. 2, nov. 2017.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GUNTZEL, Alessandro Roberto Hoppe. **Agência Histórica: uma abordagem por meio do podcast storytelling no Ensino de História**. O uso de Podcast para o ensino e aprendizagem de história: Produção e difusão com/para estudantes do ensino médio. 2022. 106 f. Dissertação (mestrado profissional em ensino de história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

HISTÓRIA EM MEIA HORA: **Estado Novo**. Locutor: Vítor Soares. [S. l.]: Spotify, 22 mar. 2023. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6zziQIY4ah4tHtLj6IHIM>. Acesso em: 30 out. 2023.

HISTÓRIA FM 134: **Trabalhismo das origens ao seu desenvolvimento**. Entrevistado: Reinaldo Longe. Entrevistador: Icles Rodrigues. [S. l.]: Spotify, 01 maio. 2023. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/40S7iqhhZTqmirdrEVFhFT>. Acesso em: 22 ago. 2023.

HORA DO TRAMPO: **Dentro e fora da lei: Trabalhar com e sem direitos no Estado Novo**. Entrevistado: Alisson Dropa, Tatiane Bartmann e Vinícius Furini. Entrevistador: William Candido. [S. l.]: Youtube, 14 fev. 2023. Podcast. Disponível em: [https://youtu.be/wjKPYIQlhZE?si=CaL5zlgKgTY\\_akb4](https://youtu.be/wjKPYIQlhZE?si=CaL5zlgKgTY_akb4). Acesso em: 30 maio. 2023.

HORN, Michel B.; STAKER, Hearther. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso. 2015.

IANNI, Octávio. **O mundo do trabalho**. São Paulo em Perspectiva, v. 8, n. 1, p. 2-12, 1994. [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01\\_01.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf).

INSTITUTO EDÉSIO PASSOS. Podcasts: A Reforma Trabalhista. YouTube, ago. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?app=desktop&list=PLMog1shxfwocOk3jY5GZPnn592FMHRshX>.

JESUS, Wagner Brito de. **Podcast e educação: um estudo de caso**. 2014. 56 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/121992>

KARINE RAUPP, D. **REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA E SUAS PRINCIPAIS MUDANÇAS**. Revista de Direito do Trabalho, Processo do

Trabalho e Direito da Seguridade Social, [S. l.], v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.laborjuris.com.br/laborjuris/article/view/137>. Acesso em: 13 jan. 2024.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 4.ed. São Paulo: Papyrus. 2006.

KREIN, J. D.. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista**. Tempo Social, v. 30, n. 1, p. 77–104, jan. 2018.

LEDESMA, Carlos (2017). **Las reformas laborales y el proyecto global de desregulación y flexibilización laboral**. In Marilane Teixeira et al. (Orgs.), Contribuição crítica à reforma trabalhista (pp. 161-181). UNICAMP/IE/CESIT.

LEE, Peter. **Literacia histórica e história transformativa**. Educar em Revista. Curitiba, n.60, abr/jun 2016.

LEE, P. **Progressão da compreensão dos alunos em história**. In: BARCA, I. (Org.). Perspectivas em educação histórica. Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Universidade do Minho, 2001. p. 13-29.

LEITE, Werlayne. Stuart Soares. RIBEIRO, Carlos. Augusto do Nascimento. **A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios**. Magis , Revista Internacional de Investigación en Educación, v.5, n.10, jul-dez 2012, p, 173-187. Disponível em: <<http://magisinvestigacioneducacion.javeriana.edu.co>>. Acesso em: 18 mar.2022.

LENHARO, R. I.; CRISTOVÃO, V. L. L.. **PODCAST, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO**. Educação em Revista, v. 32, n. Educ. rev., 2016 32(1), p. 307–335, jan. 2016.

LIMA, M. da C. S.; LUCAS GOMES, D. J. Novo Ensino Médio em Pernambuco: construção do currículo a partir dos itinerários formativos. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 315–336, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i35.1478. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1478>. Acesso em: 12 jan. 2024.

LOURES, João Victor. **Podcast de Storytelling: A produção de narrativas históricas digitais para o ensino de história**. 2018. 103 f. Dissertação (mestrado profissional em ensino de história). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

LÖWY, M. **Neofascismo: um fenômeno planetário. O caso Bolsonaro**. Revista Forum, out. 2019. Disponível em: <https://www.nodal.am/2019/10/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro--por-michael-lowy/>. Acesso em: 10 set. 2022.

LUCCHESI, Anita. **A história sem fio: questões para o historiador da Era Google**. In: XV Encontro Regional de História da ANPUH-RJ, 2012, Rio de

Janeiro. Anais do XV Encontro 115 Regional de História da ANPUH-RJ, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 1-09.

LUCCHESI, Anita. **Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital**. História Oral, v. 17, n. 1, jan./jun. 2014b, p. 39-69.

LUIZ, L. **Reflexões sobre o podcast**. Editora Marsupial, São Paulo, SP, Brasil. 2014.

LUIZ, Lucio; ASSIS, Pablo de. **O crescimento do podcast: origem e desenvolvimento de uma mídia da cibercultura**. Atas do III Simpósio Nacional ABCiber, São Paulo, SP. Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. Recuperado de [https://www.academia.edu/5872782/O\\_crescimento\\_do\\_podcast\\_origem\\_e\\_desenvolvimento\\_de\\_uma\\_m%C3%ADia\\_da\\_cibercultura](https://www.academia.edu/5872782/O_crescimento_do_podcast_origem_e_desenvolvimento_de_uma_m%C3%ADia_da_cibercultura), 2009.

MACEDO, R. M.. Direito ou privilégio? **Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 34, n. 73, p. 262–280, maio 2021.

MAGALHAES, André. **4 aplicativos para criar podcasts no celular**. 2021. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/apps/aplicativos-para-criar-podcasts-celular/>> Acesso em: 20 set. 2022.

MARTELLO, Alexando. **Nova lei trabalhista deve gerar mais de 6 milhões de empregos, diz Meirelles**. G1, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/nova-lei-trabalhista-vai-gerar-mais-de-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles.ghtml>. Acesso em: 21 maio. 2024.

MARTINS, Cristiane Pereira; OLIVEIRA, Marcia Ramos de; MOREIRA, Igor Lemos; MUCELIN, Patrícia Carla (Orgs). **História e tecnologia : diálogos em pesquisa e ensino** /– Florianópolis (SC) : Editora UDESC, 2017.

MCHUGH, Siobhan. **Podcast: o rádio reinventado**. Unesco, 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2020-1/podcast-o-radio-reinventado>.

MENEGUEL, Yvonete Pedra; OLIVEIRA, Oseias de. **O rádio no Brasil: do surgimento à década de 1940 e a primeira emissora de rádio em Guarapuava**. 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/713-4.pdf>. Acessado em: 11 abr. 2023.

MENDONÇA, Valéria Márcia. **Educação Popular: Experiências de Rádio-Educação no Brasil, de 1922 a 1960**. Boletim Técnico Do Senac,33(1), 28-41.v. 33 n. 1: Janeiro/Abril 2007. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/304> Acesso em: 21 jun. 2022.

MOREIRA, I. L. ; MUCELIN, P. C. (Org.) ; MARTINS, C. P. (Org.) ; OLIVEIRA, M. R. (Org.) . **História e Tecnologia: Diálogos em pesquisa e ensino**.. 1. ed. Florianópolis: Editora UDESC, 2016. v. 1. 155p.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

PARAÍBA. **Decreto n. 36.408, de 30 de novembro de 2015**. Cria a Escola Cidadã Integral, institui o Regime de Dedicção Docente Integral - RDDI e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 1 dez. 2015a. Disponível em: Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2015/12/Diario-Oficial-01-12-2015.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2023.

PARAÍBA. **Decreto n. 36.409, de 30 de novembro de 2015**. Cria a Escola Cidadã Integral Técnica, institui o Regime de Dedicção Docente Integral - RDDI e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba , João Pessoa, 1 dez. 2015b. Disponível em: Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2015/12/Diario-Oficial-01-12-2015.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2023.

PARAÍBA. Secretária Estadual de Educação. **Proposta Curricular do Ensino Médio**, 2020. disponível em: <https://pbeduca.see.pb.gov.br/p%C3%A1gina-inicial/propostas-curriculares-da-para%C3%ADba>. Acesso em: 7 de mar. 2022.

PEREIRA, Daniel Carvalho. **Espaços públicos, saberes públicos: um podcast como espaço de ensino de história**. 2016. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

PEREIRA, Nilton Mullet, GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Abordagem temática no ensino da história**. In.: BARROSO, Vera Lucia Maciel, PEREIRA, Nilton Mullet, BERGAMASCHI, Maria Aparecida, GEDOZ, Sirlei Teresinha, PADRÓS, Enrique Serra (org.). Ensino de história: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010.

PERNAMBUCO, Governo do Estado de. **Secretaria de Educação e Esportes**. Currículo de Pernambuco Ensino Médio. 2021.

RIBEIRO, Maycon Gama. **UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM PRAGMÁTICA PARA USO DE SMARTPHONE COMO RECURSO PEDAGÓGICO CONSIDERANDO ESCOLA PÚBLICA E PRIVADA**. 2022

RODRIGUES, Icles . **Usos pedagógicos para YouTube e podcast**. In: Jaime Pinsky; Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). Novos combates pela História: desafios, ensino. 1ed.São Paulo: Contexto, 2021, v. , p. 175-197.

RODRIGUES, Nara Caetano. **Tecnologias de informação e comunicação na educação: um desafio na prática docente**. *Fórum Linguístico*, v. 6, n. 1, p. 1-22, 2009.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica** - Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001

RÜSEN, Jörn. **Narrativa Histórica: Fundamentos, Tipos e Razão**. SCHMIDT, M.A.; BARCA, I.; MARTINS, E.R. (orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010b, pp. 93-108.

SÁ, A. N. M.. **IMPLANTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: EXPECTATIVAS E AVALIAÇÕES.** In: M.P. Bermúdez M. Guillot-Valdés. (Org.). *International Handbook for the Advancement of Science.* Ied.Pamplona: Thomson Reuters, 2022, v. 1, p. 1-6. ISBN: 978-84-1390-872-4.

SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes et al. **Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19.** *Cadernos de Saúde Pública*, [S.L.], v. 36, n. 12, p. e00178320, 2020.

SENTA QUE LÁ VEM HISTÓRIA #1: **Peste negra x Coronavírus - Podcast Senta Que Lá Vem História.** Entrevistado: Guilherme Queiroz. Entrevistadores: Luara e Miguel. [S. l.]:Spotify, abr. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/37oRttPYmREj7G3Iri1PIC>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SCHMIDT, M. A. **A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula.** In: BITTENCOURT, C. *O saber histórico na sala de aula.* 11 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, Andréa Carla Castro e. **Efeitos do discurso neoliberal na educação: o projeto de vida como dispositivo pedagógico de formação do sujeito-empresa.** 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

SILVA, Daniel Pinha. **O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades.** *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 99 – 129. jan./abr. 2017.

SILVA, E. L. P. **Da casa ao mangue: abordagem sócio-ecológica do processo de trabalho das marisqueiras do estuário do rio Paraíba/PB.** Dissertação de Mestrado— João Pessoa-PB: Universidade Federal da Paraíba - UFPB/CCHLA, 2011.

SILVA, J. **REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO: A NOVA FACE DA MODERNIZAÇÃO-CONSERVADORA NEOLIBERAL.** *Revista Trabalho Necessário*, v. 19, n. 39, p. 82-105, 27 maio 2021.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **Experiências de greve no Estado Novo.** *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 226-253, jun. 2015. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/16527>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SOUZA, Raone Ferreira de. **Usos e possibilidades do podcast no ensino de história.** 2016. 118 f. Dissertação (mestrado profissional em ensino de história). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

TECNOLOGIA NAS ESCOLAS É MAIS OFERTADA NA REDE PARTICULAR, AFIRMA CENSO. **Diário do Nordeste.** 19 de fev. 2021. Disponível em:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/educalab/tecnologia-nas-escolas-e-mais-ofertada-na-rede-particular-afirma-censo-1.3049479>.

TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. **Problematização da escolarização doméstica: uma defesa da escola pública enquanto espaço comum e democrático**. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 33, p. 1 -24, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0040>. Acesso em: nov. 2022.

UCHA, Leonardo Borghi. **MEMÓRIAS EM RODA: PROPOSIÇÕES PARA DECOLONIZAR AULAS DE HISTÓRIA EM UMA ESCOLA NA PERIFERIA DE PORTO ALEGRE** in Benito Schmidt, Caroline Pacievitch, Caroline Silveira Bauer (org.) Ensino de História: diferenças e desigualdade. Brasília, DF : CAPES - PROFHISTORIA; São Leopoldo: Oikos, 2021. 188 p. (Coleção (In)docências; v. 1)

VALENTE, GSC; MORAES, Érica B. de .; SANCHEZ, MCO.; SOUZA, DF de.; PACHECO, MCMD. **O ensino remoto diante das demandas do contexto pandêmico: reflexões sobre a prática docente**. Investigação, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v. 9, n. 9, pág. e843998153, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.8153. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8153>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ZANCAN, C. R. B.; TONO, C. C. P. **Hábitos dos adolescentes quanto ao uso das mídias digitais**. EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 98–119, 2018. DOI: 10.26568/2359-2087.2018.2647. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/2647>. Acesso em: 21 maio. 2024.



## ANEXOS

A - Transcrição do *podcast* Hora do Trampo – episódio: Dentro e fora da lei - Trabalhar com e sem direitos no Estado Novo”.

B - Transcrição do *podcast* À Deriva – A verdade sobre a reforma trabalhista. Hora do Trampo: Dentro e fora da lei - Trabalhar com e sem direitos no Estado Novo”.

## ANEXO A

### TRANSCRIÇÃO DO *PODCAST* HORA DO TRAMPO – EPISÓDIO: DENTRO E FORA DA LEI - TRABALHAR COM E SEM DIREITOS NO ESTADO NOVO<sup>85</sup>

Palestrante 1: [00:00:14] Olá, sou William Candido e este é mais uma hora do trampo podcast sobre a história do trabalho e dos trabalhadores ao longo de nossa história. Podcast esse produzido dentro do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Palestrante 2: [00:00:28] E eu sou Sofia Cousin E [00:00:30] hoje nós vamos falar de trabalho durante o Estado Novo.

Palestrante 3: [00:00:35] O trabalhador brasileiro possui hoje o seu Código de Direitos, a sua Carta de Emancipação Econômica.

Palestrante 1: [00:00:48] E quem não reconhece essa voz tão característica, né? Pois é. E o então presidente Getúlio Dornelles Vargas, no início de um discurso de 1943, em [00:01:00] pleno Estado Novo, período autoritário que se iniciou em 37 e foi até 45. O Estado Novo se iniciou com um golpe, ou melhor dizendo, um autogolpe do Getúlio Vargas, que impediu as realizações das eleições já previstas para 38. Ele fechou o Congresso e se manteve governando com poderes ditatoriais até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Palestrante 2: [00:01:24] É. Mas, por outro lado, esse período também é lembrado pela edição de diversas leis. [00:01:30] Leis que naquela época eram chamadas de legislação social. Leis que tratavam sobre direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Sem dúvidas, a mais conhecida dessas legislações é a CLT ou Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada em 43. Isso tudo acontecia num contexto de intenso desenvolvimento industrial, também incentivado pela Segunda Guerra Mundial e, portanto, de crescimento do número de operários e também de sindicatos. [00:02:00]

---

<sup>85</sup> Esse *podcast* pode ser acessado por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=wjKPYIQIhZE&t=477s>.

Palestrante 1: [00:02:01] Durante muito tempo, historiadores e cientistas sociais quebraram a cabeça para interpretar essa dualidade estranha entre ditadura e direitos sociais. Como assim? O autoritarismo podia conviver com a expansão dos direitos dos trabalhadores? Será que isso não significava a perda, por outro lado, da autonomia desses indivíduos, sem o amplo direito à, por exemplo, greves e mobilizações?

Palestrante 2: [00:02:25] No programa de hoje vamos pensar um pouco sobre quem eram os trabalhadores do Estado [00:02:30] Novo e suas relações com as leis trabalhistas, acerca de suas diversidades e seus interesses. E também como havia muitas pessoas que viviam do trabalho que não eram nem um pouco contempladas por essas legislações. Para começar, pedimos ao professor Alysson Muotri, doutor em História pela Unicamp e pesquisador do Centro de Inovação dos Trabalhadores da Argentina, para nos atualizar sobre as novas pesquisas envolvendo a relação entre os trabalhadores e o estado no Estado [00:03:00] Novo.

Palestrante 4: [00:03:02] Por muito tempo os historiadores compreenderam os direitos trabalhistas e a Justiça do Trabalho como produtos únicos do Estado. Como a lente redutora entendia que o arcabouço judicial teve como finalidade a busca do controle único dos trabalhadores, o Estado Novo. A Justiça do Trabalho, representada na figura de Getúlio Vargas, seria o único responsável pela consolidação [00:03:30] da estrutura legal. Nos últimos 20 anos, vimos a ampliação de pesquisas que buscam modificar essa realidade na historiográfica, utilizando se principalmente com uma gama de fontes documentais, entre elas os próprios processos judiciais. Verificou se que existiu outra história em relação a essa estrutura. Nesse sentido, os trabalhadores brasileiros tinham, vinham, [00:04:00] tinham desde o século XIX, uma percepção sobre a importância do Estado e do Poder Judiciário que, mesmo estando sobre a administração, o controle, como podemos dizer, da classe dominante, manteve certa margem de legitimação da lei. Até então, a lei e a justiça precisavam, pelo menos aparentemente, expressar uma lógica de justiça. O que não quer dizer que todos os trabalhadores entendiam essa estrutura legal da mesma forma. Como [00:04:30] afirma Fernando Teixeira da Silva. Para muitos trabalhadores, era um espaço. O Poder Judiciário era um espaço legítimo de reconhecimento, de

criação e ampliação de direitos. Mas, para outros trabalhadores, continuava sendo uma fraude. A Focando novamente, então nesse período anterior, né? Os historiadores descobriram algo muito mais plural, né? Principalmente [00:05:00] a gente pode resumir, né? Descobriram que, ao contrário de uma outorga de uma nova estrutura jurídica e judicial, o Estado Novo, na verdade, consolidou uma visão que já vinha sendo discutida ao longo dos anos 20 e 30. Da necessidade do estabelecimento dos direitos trabalhistas, de uma estrutura que fosse capaz de julgar as demandas dos trabalhadores de forma mais equânime.

Palestrante 1: [00:05:27] Essa preocupação com os direitos. Ela começa [00:05:30] com o Estado Novo ou ela já vinha de antes?

Palestrante 4: [00:05:34] Outra descoberta que os trabalhadores reivindicavam e conseguiam impor a construção de direitos, pelo menos desde os anos 1920. E aí a gente tem uma gama de leis restritas a determinadas categorias profissionais que são aprovadas dentro desse. Dentro desse período, a gente poderia citar decretos-leis. Relativo [00:06:00] a férias. Nós podemos citar um exemplo clássico que é a Lei Eloy Chaves, que na, na prática, instituiu as primeiras caixas de aposentadoria e pensões em um primeiro momento, beneficiando somente a categoria dos. Dos ferroviários. É claro que essas são essas leis que foram sendo instituídas na década de 20.

Na prática, muitas delas não eram cumpridas, né? Tanto é que em [00:06:30] 1932 se institui a primeira experiência, também anterior ao Estado Novo, né? A primeira experiência da Justiça do Trabalho, que são as Juntas de Conciliação e Julgamento, que tinham como principal função realmente solucionar as questões relativas aos. Ao direito individual às. Às reclamações individuais dos trabalhadores e também os chamados Conselhos Regionais de trabalho [00:07:00] que tinham a função também de. De julgar as questões relativas ao direito coletivo do trabalho. Tá.

Palestrante 1: [00:07:11] Obrigado Alisson. Mas afinal, quem eram esses trabalhadores que lutavam por seus direitos? No Estado Novo?

Palestrante 2: [00:07:19], Ou melhor dizendo, trabalhadores e trabalhadoras. Existiam muitas mulheres trabalhando no período do Estado Novo e elas viviam

em situações diferentes dos homens. [00:07:30] Geralmente tinham de acumular o trabalho fora de casa, como o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos também.

Palestrante 1: [00:07:37] Para saber mais sobre isso, a gente procurou a professora Tatiane Batman, mestre pela PUC e doutoranda em História pela UFRGS e que pesquisa justamente em processos trabalhistas daquela época. E assim, descobrindo dezenas de histórias de operárias. Tatiane quem eram as trabalhadoras durante o Estado Novo?

Palestrante 5: [00:07:58] Esse é um questionamento muito [00:08:00] bom, muito legal de se fazer, né? Para pensar essas trabalhadoras, para pensar, essas mulheres nos mundos do trabalho, que lugares elas ocupavam, né? Que salários elas recebiam, se recebiam salário, como que eram essas experiências? Esses questionamentos que eu vou tentar trazer alguns, alguma resposta ou alguns indícios, né? Para responder, eu tenho buscado essas respostas nos processos trabalhistas, que é a fonte que eu pesquiso [00:08:30] atualmente. Então vou só fazer um comentário sobre o que são esses processos trabalhistas. São ações? São processos que as mulheres. Mulheres, homens e mulheres. Mas aqui a gente vai falar um pouquinho mais sobre as mulheres. Então, são processos que elas iniciavam na Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho, que foi criada em 1941, na verdade, foi implementada em 1941 no Estado Novo. E essas mulheres? Elas procuravam, entravam [00:09:00] com processos, com reclamações, pedindo o pagamento do salário mínimo, pedindo férias, pagamento de férias, etc. “N” questões que depois a gente pode falar um pouquinho mais sobre essas reclamações. Mas então, essas mulheres. Elas buscavam a primeira instância da Justiça do Trabalho, que eram as chamadas juntas de conciliação e julgamento. Atualmente seriam as varas trabalhistas, né? E faziam essas reclamações. Então, para iniciar o processo, elas precisavam, precisavam [00:09:30] colocar algumas informações ali no documento e entre essas informações tinha a função. Elas precisavam colocar a função que elas exerciam dentro da empresa ou para o empregador, né? Que função que elas tinham? Então a gente pode tentar responder quem eram as trabalhadoras no período do Estado Novo a partir dessas. Dessas reclamações iniciais ou a petição inicial que dá início ao processo trabalhista.

Palestrante 3: [00:09:56] Trabalhadores do Brasil.

Palestrante 5: [00:10:02] Olhando [00:10:00] nesse material, nessas fontes, a gente consegue ver que elas ocupavam vários lugares, vários espaços. Muitas operárias, que é uma denominação não muito específica, né? Assim como as ajudantes e auxiliares. Aí aparece ajudante de oficina, ajudante de cozinha, auxiliar de lavanderia. Tem muitas costureiras reivindicando, também tem um grande número de processos de costureiras. Tem [00:10:30] as cozinheiras, as copeiras. Tem manicure, passadeira, balconista, camareira. Limpadora. Lustradeira. Tem algumas domésticas, também tem as garçonetes. E aí, queria fazer um comentário breve aqui sobre as garçonetes, que são processos muito interessantes, muito instigantes. Porque as garçonetes tinham. Elas tinham muita instabilidade no trabalho. Elas ficavam pouco tempo, então [00:11:00] parece ali o tempo de trabalho, né? No estabelecimento. E algumas delas não chegavam nem a receber salário. Elas ficavam somente com a gorjeta dos clientes. Então é uma situação extremamente precária de trabalho. Elas. Eu não vi nenhum processo ali onde as garçonetes eram contratadas com carteira assinada, né? Uma legislação que já existia na época, que deveria ser cumprida. E elas não tinham carteira assinada. Então era um trabalho informal, instável, [00:11:30] mal pago, né? Então essas situações assim nos explicam, dão indícios assim, onde estavam essas mulheres, né? Quem eram essas trabalhadoras? Eram trabalhadoras extremamente precarizadas. Ampliando um pouquinho a pergunta e pensando nas funções ocupadas pelos homens, a gente consegue perceber uma grande diferença. E entre os homens, muitos deles ocupavam lugares que exigiam [00:12:00] grande força muscular. Por exemplo, os homens eram muitas vezes carregador de bagagem, carpinteiro, entregador, estivador, foguista, quadrilheiro, pichador, mineiro, pedreiro, serralheiro, soldador. Então, nesses lugares as mulheres não estavam, né? Geralmente as mulheres ocupavam lugares. Que funções que eram? A gente pode entender, assim como uma [00:12:30] extensão do de funções domésticas. Os homens também circulam mais frequentemente em postos de chefia ou funções hierarquicamente superiores, como a função de contramestre, por exemplo. Então tem um número muito maior de homens ocupando esse lugar, essa categoria dos contramestres do que mulheres.

Palestrante 2: [00:12:52] Tati conta mais para gente como eram as vidas dessas mulheres.

Palestrante 5: [00:12:58] A vida dessas trabalhadoras não era [00:13:00] nada fácil. Para começar a conversa. Pensando nas experiências delas. E aí vou trazer os casos aqui das trabalhadoras tarefeiras. As tarefeiras eram aquelas que recebiam por tarefa, por peças produzidas muitas vezes. E é elas. A maioria reclama que não alcançava o salário mínimo. A gente sabe, por pesquisas de outros historiadores, que o salário mínimo ele era. [00:13:30] Ele não era um salário de consumo, ele era um salário de subsistência. Então ele era realmente o mínimo para se viver. Então pensem só se essas trabalhadoras estão reivindicando o pagamento do salário mínimo. Isso significa que nem o mínimo elas recebiam. Então a gente já pode ter uma ideia das experiências delas a partir daí, de como eram as suas vidas, né? Então, as tarefeiras eram as que mais reclamavam sobre o pagamento do salário mínimo. E entre essas tarefeiras, vou trazer alguns [00:14:00] exemplos. Aqui. A gente tem o caso da Tomásia da Rosa. Essa trabalhadora reivindicava contra a tinturaria paulista e ela entrou com o processo em junho de 1944, para a gente se situar um pouquinho no tempo. Ela pedia o pagamento do salário mínimo e dizia assim o que o empregador considerava como dia normal de trabalho às 15h40, 20 peças prontas, descontando do salário diário as que faltavam para inteirar [00:14:30] esse número. Então, se nesse horário, se às 15h40 não tivesse 20 peças, o que faltava para completar o número era descontado do salário. Então, isso é o que ela relata naquela reclamação inicial.

Palestrante 5: [00:14:42] É a reivindicação que ela tá fazendo. Tem outro caso da de Lourdes de Geórgia, que ela era trabalhadora, menor de idade, e ela entra na Justiça do Trabalho reclamando também o pagamento do salário mínimo, dizendo que quando ela se tornou maior, quando [00:15:00] ela ganhou a maioridade, ela passou a ser tarefeira. Aí o empregador decidiu que a forma de pagamento dela iria mudar e aí ela começou a receber por tarefa, por peça produzida. E aí ela disse que a partir de então ela não conseguiu mais alcançar o salário mínimo, então entrava na Justiça também pedindo isso. A gente consegue ver assim as formas de contratação, as formas de pagamento dessas trabalhadoras, tudo isso interfere, impacta diretamente nas vidas que elas

levavam. Outro caso [00:15:30] muito interessante é da Celina Araújo Fagundes, que trabalhava há quatro anos no matadouro de Aves e ela dizia que o trabalho dela era no preparo da galinha para venda. Então ela tirava as aves do galinheiro, ela matava, depenar, limpava essas aves e ela recebia 0,12 reais por galinha preparada. Ela entra com processo também na Justiça do Trabalho, também pedindo o pagamento do salário mínimo e [00:16:00] diz que por semana ela recebia 20 cruzeiros. Se a gente fizer um cálculo rápido, a gente consegue ver que a partir do que ela alegava, né? A gente consegue ter uma ideia de que ela matava e depenar 166 galinhas por semana, ou seja, 33 galinhas por dia. E mesmo assim não chegava ao mínimo diário.

Palestrante 3: [00:16:28] Trabalhadores do Brasil. [00:16:30]

Palestrante 5: [00:16:34] E outra questão que destacaria também é que para a Justiça do Trabalho e para a sociedade de modo geral, essas mulheres, elas antes de serem vistas como trabalhadoras, elas ainda estavam muito atreladas à esfera familiar. Então, antes de serem vistas como trabalhadoras, elas eram mães. Elas eram esposas. Isso a gente percebe também em alguns processos trabalhistas, onde as mulheres e [00:17:00] onde os juízes acabavam julgando alguns processos e dizendo que a trabalhadora não poderia sair depois das 18h00 porque ela ia pegar noite no caminho de retorno para casa e aí estaria vulnerável. E dizia que a Justiça do Trabalho tinha entre os seus preceitos, seus objetivos também proteger a vida dessas mulheres. Então, nessas falas, na própria proibição também do trabalho noturno [00:17:30] da mulher, que uma proibição feita a partir de um decreto de 1932 e que depois na CLT também se manteve essa proibição. Então, tudo isso contribui para a gente perceber que as mulheres, elas continuavam sendo vistas antes de serem trabalhadoras, como esposas, como mães, como ou futuras mães, aquelas que precisavam ser protegidas também. Então, não existia uma visão de autonomia dessas mulheres.

Palestrante 2: [00:17:59] O [00:18:00] que essas mulheres reivindicavam na Justiça.

Palestrante 5: [00:18:04] As reclamações das trabalhadoras na Justiça. Antes de colocá-las como vítimas de uma forma submissa, revelam as apropriações que



elas fizeram das leis e da própria Justiça do Trabalho para defender o seu ponto de vista, os seus interesses, os seus objetivos. E, nesse sentido, analisar as experiências reivindicatórias apontam [00:18:30] para as necessidades e também para as motivações das mulheres pobres e trabalhadoras. Entre essas necessidades, destacaria a assinatura da carteira profissional. Entre as mulheres, o número de reclamações nesse sentido é maior do que dos homens. E daí? Isso já revela muitas coisas. Isso já é um indício de que, provavelmente, grande parte das mulheres trabalhadoras estavam [00:19:00] na informalidade, sem a carteira assinada e sem garantia de qualquer outro direito.

[00:19:06] Trabalhadores do Brasil.

Palestrante 5: [00:19:12] Outra reclamação bem própria das mulheres é interessante de analisar da década de 40, né? São as reivindicações quanto ao salário maternidade. O decreto de 32, que eu já citei, regulamentava algumas semanas de afastamento [00:19:30] ali remunerado do trabalho e a CLT, em 1943, vai estabelecer seis semanas antes e seis semanas depois do parto, como o período de licença remunerada. E também constava na CLT que as mulheres grávidas não deveriam ter o contrato rescindido em função da gravidez, E a gravidez não seria então motivo de justa causa, né? Isso não seria justificativa para mandar a trabalhadora embora? [00:20:00] No entanto, o que se vê é que essas mulheres eram, sim, mandadas embora e que a legislação não garantia de fato esse direito de permanência no trabalho, de mais estabilidade no emprego. Não, isso não era garantido. Isso não era uma garantia. Era uma legislação facilmente burlada, porque o empregador, ele respondia os contratos usando outros argumentos. Então diziam: Não, não é por conta da gravidez. Aí [00:20:30] eles diziam que era pela baixa produtividade, pela desídia da própria trabalhadora. Má conduta, insubordinação. Vários argumentos e argumentos difíceis de contestar, né? Então as justificativas eram muitas e assim as mulheres se encontravam muitas vezes grávidas e desempregadas. E diante de todas essas situações, a Justiça do Trabalho [00:21:00] era um lugar onde elas poderiam apresentar suas reivindicações. E, como eu já comentei, elas souberam usar esses instrumentos, a lei e a justiça a seu favor.

Palestrante 1: [00:21:13] A legislação assim era utilizada conscientemente pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores na reivindicação de direitos que por diversas

vezes não eram garantidos na prática. Entretanto, nem todos os trabalhos eram amparados na chamada [00:21:30] legislação social. O doutorando em História pela UFRGS, Vinícius Reis Fiorini, estudou justamente os não contemplados pela lei trabalhista, Vinícius. Quem eram os trabalhadores da Doca das Frutas em Porto Alegre na época do Estado Novo?

Palestrante 6: [00:21:46] Na década de 1940. Estavam surgindo em diferentes pontos da capital, aglomerados de casas que eram construídos de maneira bastante precária, sem uma infraestrutura básica para moradia. E [00:22:00] erguidos muitas vezes em áreas tidas como irregulares. Esses conjuntos de casas foram sendo denominados como vilas de malocas e durante aproximadamente 30 anos, estiveram no centro do debate a respeito da habitação urbana na cidade. A Doca das Frutas, conforme pude investigar, é uma das vilas de malocas que apareceram em Porto Alegre já na década de 1940. E ela tinha a particularidade [00:22:30] de ser um espaço de moradia e com intensa atividade comercial, contando com a circulação de várias pessoas. Isso tudo por conta de sua localização geográfica, estando presente no centro urbano da cidade, na época à margem do rio Guaíba, em região onde hoje está a atual estação rodoviária, mas na época ficava próxima à Estação de Viação Férrea e também do Cais do Porto. Então os trabalhadores da Doca das Frutas eram em sua [00:23:00] maioria homens e mulheres. Porém, em sua maior parte, homens que trabalhavam de maneira informal, sobretudo em atividades que estivessem ligadas ao comércio fluvial ou ao trabalho braçal na região do cais do porto. Entretanto, eles tinham atividades diversas. Podiam ser trabalhadores do comércio e militares marítimos, jornaleiros, operários ou trabalharem na construção civil. Porém, uma parte significativa desses trabalhadores na doca das frutas [00:23:30] eram classificados como vadios e, conforme a documentação policial declarava, eles viviam de biscates e moravam em malocas na própria doca das Frutas. Possivelmente, se formos pensar no trabalhador da Doca das Frutas, estaríamos pensando em alguém que estava vindo do interior do Estado e acabou fixando residência na própria vila, na própria Doca das Frutas, e ali praticava suas [00:24:00] atividades profissionais.

Palestrante 1: [00:24:05] E Vinícius. Esses trabalhadores detinham algum direito trabalhista? Como que eles aparecem nas documentações dessa época?

Palestrante 6: [00:24:15] É uma espécie de lugar comum na historiografia pensar na história dos trabalhadores e trabalhadoras no século XX, através da experiência de pessoas sindicalizadas ou de trabalhadores atuantes do movimento operário. Porém, as experiências [00:24:30] de trabalhadores são muito diversas e o que observo é a existência de um segmento social que não estava contemplado pela legislação trabalhista de Vargas. Não estavam inseridos naquilo que a CLT de 1943 trazia em seu texto. Tampouco possuíam carteira profissional assinada. Se esses trabalhadores que trabalhavam e/ou residiam na Doca das Frutas não estavam inseridos na legislação trabalhista, eles [00:25:00] constantemente eram alvos da legislação criminal. A Lei de Contravenções Penais a LCP de 1941 previa medidas contra aquilo que era tido como vadiagem ou ociosidade de indivíduos que poderiam pertencer àquilo que era denominado como as classes perigosas. Esse seria o caso de grande parte dos trabalhadores na Doca das Frutas, que, por não conseguirem comprovar serem de fato trabalhadores, [00:25:30] isto é, por não estarem inseridos naquela lógica trabalhista, eram acusados da contravenção de vadiagem. Em geral, eles eram presos por estarem transitando em via pública, por frequentarem espaços vistos com suspeição pela polícia, como botequins na própria doca das frutas e ali consumirem bebidas alcoólicas. Assim, eram presos por serem vadios, conforme a justificativa dos policiais.

Palestrante 3: [00:25:59] Trabalhadores [00:26:00] do Brasil.

Palestrante 6: [00:26:05] É muito comum vermos na documentação policial e judicial a referência a estes sujeitos como elementos vadios e vagabundos, como perniciosos e que representavam um perigo à ordem pública e à moralidade. Eles eram reprimidos pela polícia que os prendia, não por um ato delituoso em si, mas por sua condição social, isto é, eram presos por serem vadios. Apesar [00:26:30] das inúmeras tentativas desses sujeitos de provarem sua condição trabalhadora, todos os casos analisados resultaram em condenação por parte da justiça. Observa-se ainda que a cor e a condição social foram fatores inter-relacionados e que influenciavam tanto a atuação policial como a condução do processo na Justiça. Considero os casos destes trabalhadores reprimidos pela polícia e presos por vadiagem como muito importantes [00:27:00] para o campo da história social do trabalho, uma vez que a partir deles podemos observar as linhas tênues

que separavam as fronteiras entre a ordem e a desordem, a moralidade e a imoralidade e o trabalho. Eu não trabalho.

[00:27:15] [Fala de Getúlio Vargas] Trabalhadores do Brasil.

Palestrante 1: [00:27:23] Para além da figura rotineiramente retratada desse período, o operário na fábrica, o Estado Novo possui inúmeras [00:27:30] experiências de trabalhadoras e trabalhadores que, em suas funções, detinham direitos e os reivindicavam através da justiça. Mas, ao mesmo tempo, outros trabalhadores não possuíam nada garantido legalmente, vivenciando a informalidade, sendo assim estigmatizados como vadios e desordeiros. Nesse episódio, então, tentamos conversar um pouco sobre a diversidade de trabalhadores durante esse período e como vivenciar as mudanças legais [00:28:00] e sociais no conturbado anos 40. Agradecemos muito o Alysson, a Tatiane e o Vinícius por suas contribuições. E assim termina mais um hora do trampo. Obrigado por escutarem até aqui e até mais.

Palestrante 2: [00:28:16] Até a próxima, gente!

## ANEXO B

Transcrição do trecho do *podcast* À Deriva – A verdade sobre a reforma trabalhista<sup>86</sup>.

[00:00:01] Palestrante 1: Eu queria perguntar sobre a reforma trabalhista que eu acho que tem a ver com o papel que a gente tava tendo antes, que a reforma trabalhista foi implementada com esse, com essa ideia de que vai aliviar para o empresário, vai aliviar para o trabalhador e todo mundo vai ganhar mais. Essa era o argumento que eu ouvia, pelo menos. E o que é? O que foi a reforma trabalhista de acordo com a tua visão e por que ela foi um erro? Está sendo um erro.

[00:00:23] Palestrante 2: Veja só a reforma trabalhista. Ela modificou mais de 200 itens da CLT. Mas quando há uma comparação entre as demandas da classe trabalhadora e as demandas da Confederação Nacional da Indústria, por exemplo, esse trabalho já foi feito por alguns pesquisadores. A reforma trabalhista. Ela. Ela contemplou todas as demandas da Confederação Nacional da Indústria e nenhuma demanda da classe trabalhadora. Por que, que eu falo as reivindicações? Porque é evidente que, do ponto de vista do trabalhador, nós também queremos mudar dispositivos legais nas relações de trabalho. No Brasil, por exemplo, o Brasil até hoje tem uma jornada de trabalho de 44 horas semanais. Nosso projeto é mudar esse dispositivo e passar para 30 horas semanais. Então é uma modificação, é uma reforma, é uma mudança na lei. Na reforma trabalhista, nenhuma das reivindicações que foram colocadas pelos representantes dos trabalhadores foi contemplada. Nenhuma. Todas as reivindicações dos industriais foram contempladas. Eu posso dizer algumas que são as mais prejudiciais para o trabalho e que atende a necessidade da dos empresários. A jornada intermitente, por exemplo, a jornada intermitente. Ela é

---

<sup>86</sup> Esse *podcast* pode ser acessado por meio do link: <  
<https://www.youtube.com/watch?v=esKKkcd8dZ4>>.

um uma nova escravidão, na verdade, porque o trabalhador, ele fica disponível para o trabalho o tempo todo. Só que ele só é remunerado quando ele efetivamente está trabalhando. Isso é impossível. Você organizar uma vida de você pensar no trabalhador como um ser humano. Se você reduz essa pessoa e a sua existência enquanto sujeito que produz a riqueza coletivamente apenas no momento em que ele está trabalhando, porque inclusive você impede ele de, no momento em que ele não está trabalhando, trabalhar para outro, porque ele não sabe se ele vai ser chamado ou não vai.

[00:02:31] Palestrante 2: Então você submete aquela pessoa a um regime de trabalho tão precarizado que é impossível sobreviver num tipo de situação como essa. Diversas outras questões, por exemplo, a terceirização de atividades fins, apesar de que esse tipo de processo já vinha de uma modificação na legislação trabalhista feita no governo Dilma, né? No Brasil, o processo de terceirização, a fim de permitir a terceirização, começa lá no governo Fernando Henrique. Modificações. Como eu disse, as modificações na legislação trabalhista ela vem do governo Fernando Henrique, passando pelo governo Lula e governo Dilma. E pior de tudo é a reforma trabalhista do governo Temer. Mas todos esses governos promoveram modificações que pioraram as condições de trabalho. Não teve modificação ali para melhorar as condições de trabalho, as condições. Quando eu falo condições de trabalho, são as relações de trabalho, a relação do contrato de trabalho. Bom, no governo Lula teve uma coisa que foi boa, que foi o reconhecimento das centrais sindicais, que não existia antes na legislação. Isso é importante. Mas veja que a terceirização nas empresas permitiu a terceirização das atividades meio. Então, se você tem uma empresa, uma empresa grande, que precisa de um setor de limpeza aí, mas a sua empresa é de produção, sei lá, de componentes de computador. Então você terceirizou a limpeza, terceirizou a segurança, terceirizou alguns serviços de escritório, vários serviços de escritório, enfim, terceirizou vários setores.

[00:04:14] Palestrante 1: A própria empresa não tem que criar um núcleo de limpeza. Aí exatamente, contrata uma empresa específica para isso.

[00:04:19] Palestrante 2: E isso tudo tem a ver com economizar com pagamento do trabalhador. Por quê? Porque se você trabalha numa empresa, se você trabalha num banco, por exemplo, você é submetido ao contrato coletivo de

trabalho dos bancários. Então, todos os direitos que os bancários têm, você também tem. Independente de você. Você está exercendo uma atividade bancária ou de limpeza. Agora, se você trabalha numa empresa de limpeza, você está submetido ao contrato de trabalho das pessoas que trabalham com limpeza, mesmo que você trabalha num banco, entendeu? Então a terceirização, ela já precariza as condições de trabalho, principalmente daqueles setores dos trabalhadores que já são mais precarizados. Quer limpeza, alimentação, segurança?

[00:05:16] Palestrante 1: Isola cada vez mais eles.

[00:05:18] Palestrante 2: Exatamente. E como é que fala Reparação, né? A pessoa que vai imaginar a Rede Globo deve ter um conjunto gigantesco de eletricitistas.

[00:05:30] Palestrante 1: A manutenção do lugar de manutenção.

[00:05:32] Palestrante 2: Você contrata uma empresa terceirizada, assim ele não é submetido às mesmas condições de trabalho de um trabalhador da Rede Globo.

[00:05:39] Palestrante 1: Teoricamente, se eles têm um programa de lucros lá, ele não. Ele não ganha porque ele é de outra empresa.

[00:05:46] Palestrante 2: E não é assim o vale-alimentação. Entendeu? Sei lá quanto ganha lá. Um vale-alimentação de um trabalhador da Rede Globo deve ganhar lá um dinheirão lá de vale-alimentação. Agora a moça da limpeza que trabalha na Rede Globo, se for terceirizada, eu tô falando que eu não sei, né? Não sei.

[00:06:05] Palestrante 1: Eu tô dando um exemplo.

[00:06:07] Palestrante 2: Ela vai ganhar o vale-alimentação que a empresa dela paga, gente. Mas ela é um ser humano igual a qualquer outro ali. Ela tem que comer da mesma forma. Por que ela tem que comer pior, sabe? Entende? Essa mentalidade que eu acabei de dar, esse exemplo é a mentalidade da classe dominante brasileira. É de achar que se você exerce uma atividade menos importante entre aspas, porque todas as atividades são importantes ou se você

é uma pessoa mais pobre ou menos escolarizada, você pode ser submetido às piores condições de existência.

[00:06:42] Palestrante 1: Por que eu acho que o cara pensa essa frase específica conscientemente ou ele só quer diminuir o custo e aumentar o lucro? E aí isso é uma consequência desse pensamento, uma consequência que não é consciente na mente do cara, né?

[00:06:54] Palestrante 2: Não é consciente porque é naturalizado, entendeu? Não é consciente. Se você perguntar para qualquer empresário, ele vai dizer que jamais ele não vai. Se bem que hoje em dia, com o aumento do com a ascensão do fascismo, as pessoas já estão dizendo coisas, barbaridades, já estão colocando para fora o que está lá no subconsciente de achar que porque a pessoa é negra ela é um subgente, porque LGBT ou porque é pobre, ou porque é mulher. Aí já é outro nível. Mas, digamos, ainda num processo de normalidade, isso está tão naturalizado no modo de ser da classe dominante no Brasil que ela não está pensando que uma profissional da limpeza é um ser humano menor do que o seu advogado. Mas ela age dessa forma.

[00:07:44] Palestrante 1: Porque ela vê tudo como número, né?

[00:07:46] Palestrante 2: Não é mais. Ela acha normal, normal assim. Ué, mas como assim eu vou ter que dar o mesmo? Vale-alimentação que o meu advogado tem para profissional da limpeza? Não, eu falei porque não? Ela não é gente, não tem o mesmo metabolismo, não é pessoa. Isso nem passa pela cabeça porque naturalizou essa desigualdade. É uma desigualdade que não é só uma desigualdade de renda. E também não é só uma desigualdade. Pensando assim, se eu a tratar de uma forma diferenciada, eu vou ter mais lucro. Acredita se mesmo que estas pessoas podem ser tratadas com esse grau de desigualdade porque naturalizou esse tipo de situação.

[00:08:31] Palestrante 1: Mas naturalizou por causa da corrida pelo lucro.

[00:08:36] Palestrante 2: É o que eu volto a dizer. Naturalizou porque a gente não superou a mentalidade escravocrata, entendeu? A gente não superou a clivagem. Há uma. Há um corte no nosso país entre quem merece ser considerado ser humano, com todos os direitos e, enfim, não estou nem falando



de dinheiro, mas com o respeito do ser humano e os que não merecem. Isso se naturalizou de tal forma que isso se reproduz em outros processos discriminatórios. Então se naturaliza a violência contra a mulher, se naturaliza o racismo, se naturaliza a LGBTfobia, se naturaliza o preconceito contra o nordestino, né? É muito engraçado. Sou paulista, vivo aqui há bastante tempo e conversando com médicas e médicos, falei Bom, eu vou mudar para a Bahia, porque eu moro lá há nove anos e vou morar lá e tal. Algumas pessoas falavam assim: Nossa, mas como é que você vai se consultar? Como é que você vai fazer isso? Eu falei Gente, vocês acham que eu tô mudando para onde? Vocês não visitam a Bahia? Vocês não vão para a Bahia? Sabe o brasileiro de classe média para cima? Ele tem uma dissociação. Entre o que é o mundo real e o mundo que ele imagina. E isso é um processo de naturalização dessa desigualdade que vem de uma não superação completa da escravidão no Brasil. Da clivagem dessa cisão que existe no nosso país entre aqueles que não necessariamente são a classe dominante, mas que se acham pertencentes à classe dominante e o restante da população brasileira.